

MEDICINA·NA·BEIRA·INTERIOR DA·PRÉ-HISTÓRIA·AO·SÉCULO·XX

Nº 8

O
U
T
U
B
R
O

1
9
9
4



CADERNOS DE CULTURA

MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XX



CADERNOS DE CULTURA

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Director

António Lourenço Marques

Editor

António Salvado

Nº8- Novembro de 1994

Secretariado

Urb. Quinta do Dr. Beirão

27 - 2º E

6000 CASTELO BRANCO

Telef.: (072) 22042

Direcção Gráfica

Capa

António Camões

Tomás Monteiro

Composição, montagem,

produção de fotolitos

AVALON, Oficina Gráfica, Lda

Publicidade

Projectarte-Comunicação, Lda.

Rua Mousinho Magro, 45

6000 CASTELO BRANCO

Telef. e Fax:(072) 320752

Impressão e acabamento

ALBIGRÁFICA, lda.

Os textos assinados são,
na forma e no conteúdo,
da inteira responsabilidade
dos respectivos autores.

SUMÁRIO

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA E OBRA DE AMATO LUSITANO	
J. Firmino Crespo	4
AMATO, MONTALTO E A ARTE DOS OLHOS NOS SÉCS. XVI E XVII	
Alfredo Rasteiro	6
ESTUDO DA PRIMEIRA CENTÚRIA DE AMATO LUSITANO	
António Manuel Lopes Dias	11
A VELHICE NO TEMPO DE AMATO LUSITANO	
António Lourenço Marques	17
O ENCICLOPEDISMO DE RIBEIRO SANCHES	
Carlota Boto	21
O CORPO: DOR E ESPLendor NA FESTA DE S. PEDRO, NO CATRÃO - SEC. XIX	
Albano Mendes de Matos	26
O POVO DA ALDEIA DE MALHADAL PERANTE A DOR	
Maria da Assunção Vilhena Fernandes	31
O PROBLEMA DOS EXPOSTOS NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	
António Lopes Pires Nunes	35
EXPOSTOS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NO SÉC. XIX (1820-1920)	
António Maria Romeiro de Carvalho	41
O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA BEIRA RAIANA NO OLHAR DE FERNANDO NAMORA	
Maria Adelaide Neto Salvado	48
UM PARTO PRODIGIOSO EM CASTELO BRANCO NO SÉC. XVIII	
Pedro Miguel Salvado	53
AS FILHAS DE EVA - QUE ESPLendor?	
Maria Antonieta Garcia	61
EXALTAÇÃO DA VIDA: PERCURSO DOCUMENTADO EM MIGUEL TORGA	
Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata	65
O CORPO, O PUDOR, O AMOR, O CIÚME, O DESEJO, O EU	
Raul D'Andrade	69
CENSURA & CENSURAS, UM UNIVERSO CASTRADOR	
Fernando Paulouro das Neves	73
O CORPO NOS MODELOS DO PINTOR	
J. Ribeiro Farinha	76
"FEBRE ROMÂNTICA"	
José Morgado Pereira	78
CONCLUSÕES - V JORNADAS DE ESTUDO	82

Medicina e Sociedades

Prova gratificante do reconhecimento do nosso labor é o facto de, recentemente, várias Sociedades científicas voltadas para a investigação nas áreas das Ciências Humanas virem ao nosso encontro, manifestando interesse numa colaboração estreita, no essencial materializada nas Jornadas anuais de História da Medicina que tem lugar em Castelo Branco e nestes Cadernos de Cultura. Julgamos que é o carácter interdisciplinar que tem norteado a acção desenvolvida há já alguns anos, que muito possivelmente terá constituído a mola dessa adesão a um projecto que, a pouco e pouco, foi ganhando consistência, corporizado pela participação de muitos estudiosos e investigadores, voltados para um desígnio comum: o melhor conhecimento do homem deste interior português.

Nesta perspectiva, apraz-nos registar o relacionamento com a Sociedade Portuguesa de História da Medicina e de Filosofia Médica, ligada, por intermédio do seu delegado em Portugal, à Société Internationale d'Histoire de la Médecine. Assim, poderemos anunciar que a próxima Assembleia Geral Ordinária daquela Sociedade ocorrerá, em Castelo Branco, aquando da realização das VI Jornadas de Medicina na Beira Interior. Acrescentemos ainda que estes Cadernos de Cultura serão meio divulgador das suas actividades, bem como dos trabalhos que os seus membros acharem por bem confiar-nos para publicação. Da nossa parte, aproveitamos para patentear uma inteira disponibilidade no que se refere ao estabelecimento de projectos de investigação que visem o princípio maior enunciado atrás, em coordenada de concretização do citado espírito de interdisciplinaridade.

Registemos também com muito agrado a visita de cumprimentos por parte da Sociedade da História da Medicina Portuguesa, na pessoa do seu Presidente, no propósito de se estruturar, no futuro, uma profícua colaboração dentro do espírito que norteia o projecto "Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XX".

A Direcção

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA E OBRA DE AMATO LUSITANO

por Firmino Crespo*

O meu convívio com Amato Lusitano através da sua obra principal - as *Sete Centúrias de Curas Mediciniais* - foi uma extraordinária experiência de surpresas e ensinamentos sobre a vida e a cultura humanas. Convém sublinhar que não foi fácil a tarefa de transferir para a língua portuguesa a obra em latim deste albicastrense ilustre que de seu nome português de João Rodrigues de Castelo Branco se mudou para o de Amatus Lusitanus. A língua latina era o instrumento internacional desse século renascentista em que se expressava a variada divulgação da cultura europeia. Por isso, Amato Lusitano a utilizou com proficiência em todos os seus escritos. Um acaso providencial trouxe-me ao encontro da edição completa das *Sete Centúrias* (*Curationum Medicinalium Centuriae Septem*), editada em Bordeus, 1620, e dela me servi durante anos(40?), como já disse no prefácio da edição completa portuguesa (1980 - Faculdade de Ciências Médicas - Lisboa), 1º volume. A leitura desse prefácio é imprescindível para quem tiver sério interesse no conhecimento da história da versão portuguesa das Centúrias. Longo foi o percurso, mas a vontade de contribuir para a tradição cultural da minha pátria lusitana deu-me coragem nas horas de desânimo ou cepticismo. Vinham-me à lembrança as palavras sugestivas do nosso grande épico: "É fraqueza desistir da obra começada". Até que um dia apareceu alguém disposto a concretizar a obra, ele também beirão e médico como Amato Lusitano, interessado na edição integral das *Sete Centúrias*. No meu prefácio referido exponho como se procedeu.

Mas entremos no assunto desta minha conferência e apontemos alguns dos casos mais típicos da vasta clientela europeia que foi tratada por Amato Lusitano, e seja o primeiro caso um breve apontamento rural da nossa Beira (e que ainda actualmente poderá acontecer). É ele a abertura da *Primeira Centúria* e descreve uma cena dramática cujos personagens são: uma mulher e sua filha de 13 anos que vão levar comida aos ceifeiros duma herdade próxima e ... uma víbora que atacou a rapariga. Imediatamente esta entra em pânico com dores. A mãe aflita trata logo de evitar que o veneno viperino se espalhe pelo corpo da linha. Com uma tira de casca de trovisco ali descoberto, aperta a parte superior da perna. De seguida deve ter

voltado para casa da povoação (C. Branco?) e recorreu aos cuidados do médico local, que era o Dr. João Rodrigues (Amato Lusitano). O caso é sério, requiere tratamento imediato, o que Amato Lusitano pratica salvando da morte por envenenamento a rapariga, escarificações da zona ferida, etc. E no comentário à cura explica-nos que fora uma víbora-macho a causadora do ataque e que a forma latina *vípera* provém da raiz etimológica *vivípera* e não *ovípera*.

Outros casos de tratamento clínicos por envenenamento, ou intoxicação, apareceu nas Centúrias e um dos mais curiosos aconteceu na Itália. Amato Lusitano é chamado para ver e tratar uma família a sofrer de vômitos e dores após uma refeição em cujos ingredientes entraram frangos: Vem registado na cura 64 da 1ª Centúria. Apercebe-se de que em casa todos estavam a sofrer, excepto uma criada, rapariga dos seus catorze anos, que nesse dia simulara jejum. De facto, após aplicar vomitos aos atacados descobre que a criada a que nessa manhã fora aplicada uma sova pelo patrão, determinou vingar-se e foi buscar ao quarto da senhora uma porção da pomada por esta usada para pintar as faces e em cuja confecção entrava sublimado com azougue. E salvou toda a família atacada, em cujo número entrava um gato.

Uma das mais notáveis actividades médicas, com investigação científica no campo da anatomia, é a da descoberta da válvulas das veias (veia ázigos) na circulação do sangue. O assunto tem sido tratado e analisado por muitos investigadores e médicos, portugueses e estrangeiros, universitários e historiadores. Vem primeiramente tratado na 52ª da Centúria e volta a tratar do assunto na cura 70ª da 5ª Centúria. Mas a revelação de tal descoberta valeu a Amato Lusitano críticas várias por médicos e cientistas contemporâneos, neste grupo incluindo André Vesálio, de Antuérpia. Merece a pena ler a cura 29ª da 1ª Centúria pois nela relembra a sua actividade anatómica na dissecação de corpos humanos e na universidade de Ferrara, presidindo aos trabalhos laboratoriais, explicando-os enquanto o seu colega e amigo - João Baptista Canano ia praticando a dissecação anatómica.

Mas não me devo alongar nesta parte da acção



médica de Amato; pois já foi estudada e desenvolvida por ilustres e competentes médicos e cientistas durante as comemorações do 4º Centenário da morte de A. Lusitano (1968). Estão incluídos no número especial dos *Estudos de Castelo Branco* (separata do IV Centenário - 1968). Ao Prof. Dr. Maximino Correia pertence uma valiosa conferência sobre a vida e obra de Amato Lusitano inserta nesse nº espacial onde há contributo vário e valioso doutros colaboradores. Creio que na Biblioteca do Liceu de Castelo Branco e na Biblioteca Municipal existirão exemplares desse referido número, oferta pessoal.

O interesse humano e cultural das Centúrias é rico e variado, mas não dispensa uma certa dose de paciência, como devem calcular. Por isso, antes de mencionar a experiência clínica de Amato Lusitano em Ragusa (hoje Dubrovnik) pareceu-me oportuno referir a extraordinária declaração deste médico e cientista a propósito de doenças incuráveis e da atitude clínica de Amato Lusitano. Diz ele mais ou menos isto: "Como médico eu nunca abandono um doente mesmo que saiba que vai morrer, porque às vezes dão-se surpreendentes milagres (miracula) e eu já tenho verificado alguns". Esta atitude de humildade profissional e declaração da relativa ignorância nossa sobre a complexidade da natureza humana impressionou-me e várias vezes a tenho apontado.

Ragusa. Nesta cinde, hoje Dubrownik na costa da Croácia) viveu A. L. cerca de cinco anos, a convite dos patrícios da cidade. No prefácio que Amato escreveu para a 6ª Centúria, ali inspirada, pelo que foi designada de Centúria Ragusina, esboça um quadro da cidade onde ia exercer clínica. A clientela dos que precisavam dos seus préstimos é vária, embora os de origem italiana predominem. Essa zona geográfica tinha então o nome de Dalmácia e Ilíria, no lado oriental do Mar Adriático, nela vivendo gentes de várias procedências e etnias. Recentes e actuais acontecimentos nessa área da Europa balcânica estão anotados já nas referências a clientes que o médico A. L. tratou, pois a diversidade de pessoas e origens étnicas confirma o drama de lutas ráticas ou étnicas actuais. Os nomes dos doentes tratados seus apelidos e seus familiares são elucidativos. Embora os italianos predominem, como disse outros aparecem com apelidos eslavos e turco-atomanos. É o caso de um filho dum mercador local, chamado Domingos Clarodovich que revela (cura 10ª.) ou o de um turco Imin, natural de Durazo (Cura 18ª.), cobrador dos impostos do imperador Solimão, ou de pessoas de passagem, vindo doutros lugares, como um Diogo Pirro (cura 30ª.), helenista e latinista e poeta afamado e residente nos subúrbios de Ragusa (cura 42ª.). O sufixo do vocábulo Cladorovich revela a sua origem étnica de um patronímico eslavo. Vários membros desta família foram assistidos por A. L. (ver curas várias desta Centúria).

De nação turca, ou atomana, era um tal Imin, como já referi, natural da cidade adriática de Durazzo (hoje na Albânia) que fazia a cobrança dos impostos para o imperador Suleimão (cura 18ª.). Igualmente veio a tratar de outro turco, de nome Thamar, mercador oriundo da cidade de Pérgamo (cura 43ª.) famosa no tempo de Galeno, mas nessa altura decadente (uma aldeia). Sofria ele de grave doença que Amato curou. Merece leitura este passo: Como Ragusa era um centro comercial importante, ali aportavam mercadores e negociantes de todas aquelas paragens, e não admira que lá existisse uma comunidade hebraica, compatriotas de Amato, e um residente consular, Abner Alpharim, tratado de grave doença de pele (Cura 64ª.). Mas a mais curiosa destas curas é a nº.96 onde aparece o filho do imperador Selim (Cura 96ª.) que recorreu a Amato L. para saber como era possível reconhecer a fecundidade feminina. Amato procurou satisfazer a curiosidade de Selim, elucidando-o através de um exposição que se pode ler nessa cura mencionada.

Mas merece a pena transcrever e trazer aqui o quadro que Amato anotou do que era a cidade de Ragusa. Eis a tradução portuguesa desse quadro:

«A cidade de Ragusa é pequena, mas antiga, semelhante a Veneza. Está situada junto ao mar ilírico (hoje Adriático), entre elevações rochosas, voltada para o sul. Por isso ela fica exposta aos ventos austrais, estando as pessoas sujeitas a mais frequentes e graves doenças durante o Inverno. Produz vinhos fortes, mas pouco saudáveis. escassa fruta e nenhum trigo, visto que não tem campos. A forma de governo é a república, mas nele só a classe nobre é admitida, constituída por homens políticos, bastante ricos e sóbrios. Além da aristocracia há uma numerosa classe popular de que uma parte são mercadores, pessoas bastante civilizadas, comerciando, como os patrícios, por muitas partes do mundo em grandes e magníficos navios. A restante parte da população é inferior e dominada pela pobreza.»

Hoje não é possível descrever a antiga Ragusa como A. Lusitano a viu nesses tempos, mas a referência à diversidade étnica dos habitantes e línguas, nessa zona adriática Subsiste como então ao que nos diz o noticiário televisivo sobre as lutas sangrentas actuais infelizmente.

Mais poderia dizer sobre Amato Lusitano e suas Centúrias, mas esta breve passagem bastará para ficarmos a admirar o saber profundo e a dedicação benemérita deste ilustre médico luso hebreu, nascido em Castelo Branco.

* Professor jubilado do Ensino Liceal. Investigador. Tradutor para português de Amato Lusitano

AMATO, MONTALTO E A ARTE DOS OLHOS NOS SÉCULOS XVI e XVII

por Alfredo Rasteiro*

A patologia e as terapêuticas oftalmológicas não conheceram avanços significativos com os trabalhos de Amato Lusitano (1511-1568) e Filipe Montalto (1567-1616), ordenadores e transmissores de conhecimentos que irão manter-se por muito tempo.

Amato, médico prático eficiente e grande mestre da Medicina, sempre atento «a todos os pormenores e aos mais pequenos sinais», na Cura 77, Quinta Centúria, 1561, «in qua agitur de viso diminuito...» deixou-nos um relatório muito completo sobre a oftalmologia do seu tempo.

Montalto procurou os fundamentos da visão num mundo em que o conhecimento estava limitado pela teoria dos quatro elementos e pela doutrina dos quatro humores e legou-nos uma OPTICA, 1606, que não acrescentará Kepler (1604) e será rapidamente ultrapassada por Scheiner (1619), Benito Daça de Valdes (1623) ou Descartes (1636), mas que será a única de autor «português» sobre este assunto, entre o DE OCULO, de Pedro Hispano (1220?-1277) e os Elementos de Cirurgia Ocular, 1793) de Joaquim José de Santa Anna (1735? -1814).

Na milenária história da Arte dos Olhos, o dia 16 de Dezembro de 1850 marca o nascimento da Oftalmologia dos nossos dias, quando Hermann von Helmholtz (1821-1894) apresentou «eine Kombination von Glasern», «um instrumento óptico que possibilitava a a observação e o exame da retina», instrumento e técnica que imediatamente deram lugar ao espelho côncavo perfurado de Reute (1852) e a toda a oftalmoscopia. Nos milénios que ficaram para trás, a Arte dos Olhos iniciara «sem querer» a abordagem cirúrgica da lente cristalina e, em alguns casos, com uma agulha, provocara o abatimento da catarata e conseguiu recuperações cirúrgicas da visão, tendo Antoine Maitre Jean (1650-1730) estabelecido em 1692 o assento da catarata na lente cristalina,

após o que, em 8 de Abril de 1747, Jacques Daviel (1693-1762) tentou, pela primeira vez, uma extracção total, divulgando técnica e resultados em 1753.

No século XVI a assistência aos olhos era prestada por Mestres na Arte dos Olhos, por Médicos com alguma formação cirúrgica, por Físicos a que hoje chamaríamos Médicos, por Cirurgiões sem formação

médica, por Boticários, por curandeiros e mezinheiros, e ainda por construtores e vendedores de óculos. Registe-se que os primeiros títulos ditos de idade, de lentes convexas, para correcção da presbiopia, começaram a ser construídos na China e pouco depois na Europa desde o final do século XIII e que os óculos para a vista curta, de lentes côncavas, para a miopia, apenas se começaram a fabricar na segunda metade do século XVI, cabendo a Benito Daça de Valdes, funcionário da Inquisição de Sevilha, a honra de ter publicado em 1623 o primeiro livro sobre o Uso de los antoios



para todo genero de vistas: «en que se enseña a conocer los grados que a cada uno le faltan de su vista, y los que tienen qualesquier antojos...», com a referência de que quem quisesse bons «antojos» os encomendasse a «Madrid o a Lisboa, que es la fuente de ellos». O SUMMARIO de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, iniciado em 1551, dá-nos conta da gente de ofícios que há em Lisboa: «Físicos cincoenta e sete, Cirurgiões sessenta, Boticários quarenta e seis»... registando, entre os Tendeiros, «Homens que fazem óculos quatro» e, no fim da lista, «Cegos quarenta e um». Na mesma época, em 1554, a Rainha D. Catarina (1507-1578) encomendava a um francês de nome Jacques vinte e quatro pares de óculos em pedra «veryll», uma variedade de esmeralda abundante na Índia, adquirindo mais quatro pares em 1556... Neste ano de 1556, em Pesaro, Itália, - Quinta Centúria de Curas Medicinais, Cura 77ª, - Amato Lusitano (1511-1568) mostrou como se poderia fazer uma abordagem

correcta de um doente dos olhos, ensinou como se elaborava correctamente uma história clínica oftalmológica e que sinais se deveriam pesquisar para obtenção de um diagnóstico que possibilitasse o prognóstico e determinasse as orientações terapêuticas médica e cirúrgica necessárias à obtenção da cura, mas, como em Coimbra não existem as *CVTRATIONUM MEDICINALIM CENTVRIAE QVINQVE*, Tessalonica, 1561, servi-me da versão Firmino Crespo, Universidade Nova de Lisboa, 1980, que é apenas uma tradução e não beneficia de eruditos comentários como os que José Lopes Dias elaborou para a primeira edição portuguesa das três primeiras Centúrias.

Assim, este Caso Clínico septuagésimo sétimo, em que se discutem curas de perdas progressivas da visão, começa pelo registo individual do doente, o hebreu Maalem de Castro, seguindo-se o inquérito minucioso a dez circunstâncias que, segundo Galeno, devem estar sempre presentes no espírito do médico: o aspecto, os sintomas, a localização, o tempo, a evolução, a idade, a natureza, a alimentação, as mudanças do tempo e a profissão, resumidas pelo Doutor João Rodrigues no Prefácio da PRIMEIRA CENTÚRIA DE CURAS MÉDICAS, Ancona, 1 de Dezembro de 1549, nos Seguintes versos: «*Sunt bis quinque tibi humores ut noveris omnes, / Et valeas aegro remove e corpore morbos, / Nempe color, casusque, vocant simptomata Graeci, / Et regio, et tempus, morbusque his additur aetas, / Natura, et victus, mutatio temporis, arsque*».

Maalém de Castro, cobrador de impostos no Egipto por conta do imperador da Turquia, perdera visão e apresentava na córnea do olho direito uma opacificação larga e espessa. De observações anteriores Amato tinha conhecimento de que no Egipto grassavam duas espécies de doenças: o tracoma e a elefantíase ou, na tradução de Firmino Crespo: «o obscurecimento da vista e a ruptura dos testículos». Depois, como usavam turbante, este podia descair e traumatizar os olhos, que eram atingidos pelo suor que escorria da fronte e ainda pelo ar seco carregado de poeiras levantadas pelo vento e destas causas podia surgir todo o género de doenças dos olhos: a oftalmia ou lepitude, a sufusão, que os gregos chamavam hipoquima e correspondia à catarata, a amaurose ou cegueira, a midriase ou dilatação da pupila, a miose e a «luscícia», situação que permitiria uma melhor visão durante a noite, opinião que Amato colheu em Galeno, que contesta Heródoto.

Atingidos pelo sol, pelo vento e pelas poeiras, os olhos dos egípcios apresentavam frequentemente onix, ungula ou unguis, o que hoje corresponderá a pinguécula ou a pterigion, conforme está limitado à conjuntiva ou invade a córnea e ainda a porosis e a hipoquisis ou catarata, a que se deveriam juntar as albugens ou névoas, que poderiam ser superficiais e

ténues, as nefelia, ou profundas e espessas, os leucomas, umas e outras consequência de cicatrizes. Na córnea e por vezes também nas pálpebras e cantos dos olhos podem surgir filictenas pequenas pústulas. Outra doença grave frequente no Egipto era o glaucoma, cor esverdeada atrás da menina do olho, que, para Amato, poderia estar relacionada com a ingestão de grande quantidade de água para vencer a sede, um mecanismo fisiopatológico ainda hoje utilizado como teste de provocação do glaucoma, a chamada Prova da água, que consiste em beber um litro em cinco minutos, de manhã, em jejum, após tonometria, sendo patológicos aumentos de pressão superiores a 8-9 milímetros de mercúrio e 15,5 o valor médio normal.

O doente que procurou os cuidados de Amato tinha cinquenta anos de idade, era de temperamento bilioso, apresentava uma filictena na córnea do olho direito e no olho esquerdo tinha uma catarata em início. Via muito pouco, queixava-se de moscas volantes e a chama de uma vela parecia-lhe dupla.

Medicado com colírios em que entrava verde de cobre, açúcar, alés, cânfora e água de chuva nocturna filtrada por canas, purgado o organismo e tratado por via geral com um decocto de Raiz da China durante vinte dias, a transparência da córnea melhorou e foi possível concluir que a diminuição da visão era provocada pela catarata, que seria tratada por reclinção ou por abaixamento, quando a diminuição da visão o justificasse.

Até 1692, ano em que Antoine Maitre Jean (1650-1730) «*estabeleceo o assento da cataracta na lente crystalina*», a expressão grega hipoquima e a sua versão latina sufusão, designaram uma aparente concreção de humor aquoso entre o cristalino e a córnea, tal como a cortina de espuma que se levanta em frente de uma queda de água impedindo que a vejamos e esse falso conceito fundamentou a prática do abaixamento da catarata com uma agulha introduzida no olho, situação diferente do glaucoma, em que a cor esverdeada da catarata era de mau prognóstico. Alguns autores chamaram-lhe gota, uns casos curavam, outros não e Amato chamou a atenção para a necessidade de diagnósticos correctos e indicou a semiologia disponível, apontando para a importância prognóstica da percepção luminosa e para a pesquisa do reflexo fotomotor. Lamento não dispor de uma versão latina da Quinta Centúria. A tradução Firmino Crespo regista: «... *fechado um dos*



olhos, o outro é comprimido pelo dedo e aberto repentinamente, dilatando-se nele a sufusão. Mas não é dividida porque se, apertado um olho e aberto imediatamente, a sufusão se dividir em partes e se



separar então é imperfeita, não aceitando o tratamento por meio de agulha» e quero crer que Amato estará a chamar a atenção para o reflexo fotomotor, patognomónico de uma nevrite retrobulbar.

descrito em 27 de Julho de 1904 em Londres, por Marcus Gunn, já antes assinalado em 1772 por SaintYves (?1731) no «Nouveau traité des Maladies des Yeux, des Remèdes qui y conviennent et les Opérations de Chirurgie que leur Guérison exige» que, a propósito da gota serena, na página 339, nos diz: «en fermant l'oeil sain on remarque que la prunelle de celui qui est malade se dilate, quoiqu' exposé à la lumière...» (in Luc Missotten: LE SIGNE PUPILLAIRE DE SANT- YVES, l'Ophtalmologie des Origines a nos Jours, Tome 6, Année 1990, pp. 93-94). “Gota serena e paciente, resignada, como a providência misericordiosa de Deus permite quase sempre que sejam os que neste mundo destinou à dura prova de tão desconsolado martírio”, escreverá João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1802-1854) nas VIAGENS NA MINHA TERRA, cap. XI, rota-serena, expressão e conceito que foram varridos dos livros de Oftalmologia publicados neste século, mas que há trinta anos ainda eram registadas em algumas aldeias do nosso País, querendo significar cegueira de causa desconhecida.

Pesquisando reacções pupilares à luz e destacando a importância prognóstica destes sinais, João Rodrigues de Castelo Branco, o Amato lusitano, apenas pela Cura 77 da Quinta Centúria, merece ser apontado como um dos fundadores da Oftalmologia, ao mesmo tempo que ficou com lugar reservado nas Histórias da Medicina e da Oftalmologia Tropicais por ter destacado doenças que eram mais frequentes no Egito, tais como a elefantíase do escroto, que hoje se sabe ser causada por filárias ou as queratoconjuntivites do doente Maalem de Castro, que terão sido casos de tracoma.

Mais conhecido na História da Oftalmologia, embora apenas tenha codificado e teorizado alguns dos seus capítulos, terá sido o sobrinho-neto de Amato, igualmente nascido em Castelo Branco, Philippi

Montalto Lusitano (1567-1616), igualmente Doutor em Medicina, autor da OPTICA, Florença, 1606, de que existem dois exemplares em Coimbra e de uma ARCHIPATHOLOGIA, Paris, 1614, que não vi.

A OPTICA, INTRA PHILOSOPHIAE & MEDICINAE AREAM, DE VISU, DE VISUS ORGANO, & OBJECTO THEORIAM ACCURATE COMPLECTENS, dedicada ao sereníssimo Príncipe da Hetruria D. Cosme de Medicis, autorizada em 14 de Novembro de 1606 e impressa em Florença na casa de Cosme Ivn tam, é composta de cinco partes, ou livros, divididos em capítulos e sob-capítulos, que nada acrescentam ao conhecido *DE VISIONE, DE VOCE, DE AVDITV*, Veneza, 1600, de Hieronymi Fabricii ab Aqvapendente (1533-1616) que apresentava, acompanhada de desenhos, a primeira descrição morfológica objectiva do cristalino. Registe-se que o primeiro tratado sobre a graduação e a prescrição das lentes, do *VSO DE LOS ANTOIOS PARA TODO GENERO DE VISTAS* de Benito Daça de Valdes será publicado em 1623 e que só mais tarde surgirá a *DIOPTRICA*, Leiden, 1637, de René du Perron Descartes (1596-1650). No seu livro, Montalto cita autores desde Divina escritura, seguida de Aristóteles, até Xenophon, referindo pelo meio importantes autores como Nicolaus Copernicus (1473-1543), Manardus (Giovani Manardi, 1462-1536), Hermolaus Barbarus (1434-1493), Realdus (Realdo Colombo, 1500-1559) e Thomas Linacer (1460-1524), esquecendo portugueses como Valesco de Taranta (1359-1420) e o importante capítulo segundo do livro deste autor *PRATICA SIVE PHILONIUM, PHARMACEVTICUM ET CHIRURGICUM DE MEDENDIS OMNIBUS CUM INTERNUS TUM EXTERNUS HUMANIS CORPORIS AFFECTIBUS*, 1418, que começa pela anatomia do olho e que ao longo de 48 capítulos estuda a anatomia, a patologia e a terapêutica ocular, desconhecendo os trabalhos anatómicos de Fabrício publicados em 1600 e deixando sem referência o *AD VITELIONEM, PARALIPOMENA*, Francfurt, 1604, de Johannes Kepler (1571 -1630). Dir-se-á que o livro de Montalto, é apenas um estudo sobre a anatomia do olho e uma muito suada tentativa para explicar aquilo que aos olhos se deparava, influenciado pela falsa noção de que a visão iria poisar sobre as coisas, ainda que as sensações se viessem a formar no cérebro, depois de passarem pela lente cristalina. Daí a necessidade de começar por discutir a fábrica e a natureza do olho, a nobreza e a dignidade da visão, os humores, as tûnicas, os músculos, os nervos, as veias e as artérias do olho e suas ligações, natureza ígnea, temperamento e atributos segundo a doutrina dos quatro elementos. Vem depois a discussão relativa à localização e à forma como a visão se opera, se no olho, se no cérebro. A terceira parte do livro, o «Liber Tertius», é sobre funções de algumas estruturas do olho e tem treze capítulos com vários subcapítulos.

O «Quarto livro» trata da cor dos olhos e tem doze capítulos. Segue-se o «Quinto livro» sobre o objecto da visão, vinte capítulos em que os corpos se apresentam lúcidos quando se vê através deles, diáfanos se a luz os penetra, ou opacos. Finalmente «*CONDIÇÕES E REQUISITOS DA VISÃO*», páginas 279 a 289, colocam um remate nesta obra, que termina com as palavras: «Deo annuente, cui soli honor & gloria».

E no dia-a-dia, com honra e glória, o grande edifício da Arte dos Olhos foi sendo construído com heranças mais ou menos valiosas que passaram por Pedro Julião (1200-1277) e Valesco de Taranta, por Nacim que foi Mestre dos Olhos e em 1434 foi autorizado a passar cartas de habilitação, por catarateiros ambulantes e também pelos artistas anónimos que poliram lentes e construíram óculos,

Amato Lusitano conhecia bem a patologia ocular que era possível conhecer na primeira metade do século XVI, procurou fazer diagnósticos correctos e curou os seus doentes utilizando todos os meios de que dispunha, incríveis receitas que fazem lembrar aquelas que Pedro das Hespanhas reunira no *TESAURUS PAUPERUM*, mas Amato, além de procurar a especificidade das drogas que utilizava, preocupou-se com a qualidade dos componentes dos remédios e isso talvez o aproxime daqueles que mais tarde insistirão no grau de pureza dos constituintes dos colírios. Na época haveria médicos que talvez não estivessem muito sensibilizados para problemas dos olhos, por exemplo Garcia d'Orta (1500-1568) quando, nos *COLOQUIOS*, Goa, 1563, a propósito de carambolas, Colóquio duodécimo, página 44 verso, nos diz não saber do respectivo uso em medicina, que somente sabia que as davam por dieta e que «com o çumo dellas e outras cousas, fazem hum colirio pera a neuoa dos olhos, e achanse bem com elle,...». Uma outra grande figura da Medicina portuguesa, que nem sequer era médico, Luis de Almeida (1525-1583), registará no Japão, a propósito de um bonzo que era muito velho, que lhe levou, quando o foi visitar, «uma certa mezinha para os olhos, porque estava muito enfermo delles, com que muito se alegrou...», confessando, em carta datada de 20 de Novembro de 1559, numa apreciação global das mezinhas que utilizava, que não acreditava que elas actuassem por si próprias, Quero crer que então, como ho je, sempre a terapêutica oftalmológica se situou entre a aplicação de múltiplos ingredientes de actividade duvidosa e a esperança de que as forças curativas da natureza restabelecessem a saúde muito melhor do que o médico, tal como na comédia *PLUTO*, sobre *A RIOUEZA*, de Aristófanes (445-387), representada em 388 a.C., em Atenas, sem contar que em muitos casos, o médico estava completamente desarmado, como se poderá ver no capítulo relativo às feridas dos olhos, na página do livro do Dr. João Bravo, *DE*

MEDENDIS CORPORIS MALIS PER MANUALEM OPERATIONEM, Coimbra, 1605, que nos oferece a «maravilha»: «Allia, vina, venus, fumus, lux, acra, pulvis, // Ista nocent oculis, sed vigilare magis», oftalmologia preventiva que passou pelo *LIBER DE CONSERVANDA SANITATE*, de Pedro Hespano.

A patologia ocular e as terapêuticas médica e cirúrgica para as doenças dos olhos não conhecerão avanços significativos com Amato nem com Montalto, ordenadores e transmissores de conhecimentos oftalmológicos que irão manter-se sem grandes alterações ainda por muito tempo, *A HISTORIAE CHIRURGICAE EPITOME*, Coimbra, 1790, de Caetano José Pinto de Almeida (1783-1798) e a respectiva tradução e acrescentos de José Bento Lopes, *PRIMEIROS ELEMENTOS DE CIRURGIA THERAPEUTICA*, Porto, Partes 1, 1794 e 11, 1794, mostram que dois séculos depois de Amato a patologia ainda evoluíra muito pouco e que finalmente a cirurgia ocular começava a fundamentar-se em bases anatómicas.

O tempo de Montalto avizinhava-se rapidamente do momento em que será proclamada a descoberta da circulação do sangue, *EXERCITATIO ANATOMICA DE MOTU CORDIS ET SANGUINIS IN ANIMALIBUS*, Francofurti, 1628, de Guilielmi Harvey Angli (1578-1657), passagem definitiva de um mundo regido por qualidades a uma nova era de pesos e medidas, de quantidades exactas, Na *OPTICA* de Montalto damos conta dos conhecimentos anatómicos e da inquietação espiritual marcada por muitas dúvidas e por minha parte lamento não conhecer melhor os fundamentos da língua que me ensinaram na Escola para melhor o entender. Os capítulos em que trata da anatomia são mais acessíveis e algumas descrições permanecem actuais. Por exemplo, na página 11, sobre a Córnea: «Anteriori parte pellucida est, & tenuissima; dura tamen, ac densa: venarum, arteriarum, nervorumque nulla habet germina, sed polita, tersa laevis, & lubrica existit; ad potest, ac si ex laminis, squammisue constitueretur; ex qua etiam ad cornu similitudine inditum nomen videri potest.» E hoje continuamos a dizer que a córnea é atravessada pela luz, pouco espessa, dura, densa, não tem artérias nem veias no estado normal e *a parte central é desprovida de nervos*, é polida, limpa e brilhante, composta de lâminas sobrepostas, pode ser cortada radiariamente... e chamo a atenção para este pormenor verdadeiramente actual da obra de Filipe Montalto: nos nossos dias está na moda «tratar» a miopia pela Queratectomia radiária porque é possível esse tipo de incisões e ainda pelo *EXIMER LASER*, que pode actuar mais ou menos profundamente nas camadas sobrepostas que dão espessura à córnea.

Augusto da Silva Carvalho escreveu sobre a *OPTICA*: «É um tratado de Anatomia e Fisiologia do aparelho visual, seguido das idéias ao tempo correntes

sobre a Física da luz. É certo que dois anos antes em Francfort saíra o livro de Kepler *AD VITELIONEM, PARALIPOMENA*, que era um tratado da visão, em que se demonstrava que a retina é a parte essencial desta função e que a convergência dos raios visuais antes de alcançarem a retina é a causa da miopia». Mas Montalto, que na lista de autores citados no seu livro não refere Johannes Kepler (1571-1630), dirá no *Liber secundus in quo agitur/ De loco, in quo visio perficitur, & de modo, quo visiva, facultas operatur, deque primo ipsius organo./ Pars prima./ In qua discutitur, an in oculo, an in cerebro visio persiciatur*», no capítulo 1, página 35: «Quidam (a) non in celebris viri exteriorum sensuum sensationes non in ipsorum organis, sed in cerebro perfici opinati sunt; visionem, exempli gratia, initiari in oculo, compleri in cerebro. Nec defuere, qui eas in corde perfici asseverarint; ex iis nempe, qui Peripateticae sectae dogmata, quasi irrefragabilia amplexantes, cor primum sensorium falso dredidere... «e mais à frente, na parte final da obra, na página 259: «Exedit pro videndi functione crystalloides, caeterarumque oculi particularum temperiem, structuram, & unitatem pro naturae lege se habere: easdem quoque in cerebro, & opticis seruari, nam inculpatum apparente oculo, sola opticorum obstructio caecitatem accersit. Si ergo crystalloides, aut partium aliqua,...». Em suma, esta obra merece ser estudada.

Neste ano de 1993 em que no Japão se comemoram quatrocentos e cinquenta anos sobre a chegada dos portugueses, será oportuno referir que os artistas japoneses que pintavam Biombos não esqueceram as figuras dos portadores de óculos e que os representaram. Será oportuno referir um par de Biombos que desde 1954 se encontram à guarda do Museu Nacional de Arte Antiga, atribuídos a Kano Naizen e pintados em 1603-1610, com nove figuras de portadores de óculos, três com lentes coradas, cinco com lentes de idade e um com óculos para a vista curta, possivelmente o Padre Francisco Cabral que em 1571 juntou em Guifu 4 a 5 mil japoneses que queriam ver essa maravilha do mundo com *quatro olhos*, «...dous no lugar comum, onde os tem naturalmente todos os homens, e outros dous, deitados para fora, que reluziam como espelho e que era couza temerosa de ver», como Luis Fróis

(1532-1597) registou na HISTORIA DE JAPAN, uma das primeiras representações de óculos de lentes côncavas e que neste país que é o nosso, os Correios de Portugal resolveram mudar para óculos escuros chineses, num selo emitido em 22 de Setembro de 1993, aqui e em Macau.

* Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra

Bibliografia

Carvalho, A. S.: História da Oftalmologia Portuguesa (Século XVII), Bol. Soc. Port. Oftalmol., 2.63-86, 1940
Crespo, F.: Amato Lusitano. Centúrias de Curas Mediciniais. Vol. III, Univ. Nova, Lisboa. 1980

Missotten, L.: Le signe pupillaire de Saint-Yves. L'OPHTALMOLOGIE DES ORIGINES ANS JOURS. 6, 93-94, 1990.

Rasteiro, A.: Perda progressiva da visão. Século XVI, EXPERIENTIA OPHTHALMOL... 13, 41, 1987

Rasteiro, A.: A Reforma Universitária de 1772 e a Oftalmologia. EXPERIENTIA OPHTHALMOL., 16, 35-42. 1990

Rasteiro, A.: A grande viagem dos óculos, Kalliope, De medicina. 3, 7-8, 1990

Rasteiro, A.: L'impact de l'ophtalmologie européenne sur le Japon au XVI^e siècle, 33 contributions à l'histoire de l'ophtalmologie, pp. 114-117. Facultas. Wien. 1991

Rasteiro, A.: Aspects of the medical relationship between Portugal and Japan in the sixteenth century, particularly in the field of ophthalmology pp. 241-249, The Great Maritime Discoveries and World Health, Escola Nac. Saúde Pública, Lisboa, 1991 Rasteiro, A.: A propósito da correcção da miopia, EXPERIENTIA OPHTHALMOL 18. 15-16, 1992

Rasteiro, A.: Medicina e Descobrimentos, Almedina. Coimbra, 1992.

ESTUDO DA PRIMEIRA CENTÚRIA DE AMATO LUSITANO - O uso das plantas, imagens de aromáticas da região da Serra da Estrela e abordagem da sua composição florística.

por António Manuel Lopes Dias*

Não é a primeira vez em Portugal, desde a sua origem, que se conhecem conjunturas de excepcional acumulação de riqueza e de importação de capitais, fruto da exploração e comércio ou mesmo da pilhagem das colónias ou com outras mentalidades como acontece agora.

Nos idos de quinhentos entre muitos eficazes esforços, poder-se-ão apontar alguns muito importantes como é o caso das especiarias, não só aromáticas da alimentação, como as medicinais empregues por aqueles que velavam pela saúde dos povos.

Épocas auspiciosas de quinhentos deram lugar a uma euforia de progresso fácil e relativamente rápido e homens inteligentes e do saber como Amato Lusitano, Garcia de Orta, Henrique Cuellar e Rodrigo de Castro estudaram e utilizaram as espécies de outros continentes⁽⁴⁾.

Nos trabalhos Amatianos sente-se a preocupação constante de melhorar os tratamentos, não só, ligando o que foi dito até à sua época e durante o desenrolar da sua vida profissional, como aquilo que foi enriquecido com o desenvolvimento do comércio dos portugueses. Este tomou proporções universais com as feitorias e o comércio que percorria o Índico e o Pacífico.

Fazendo uma leitura às sete centúrias, preferimos abordar com o cuidado possível, uma delas, e assim fazer um computo mais aproximado, das plantas e dos produtos que foram utilizados na primeira, aquela com a qual o médico escritor, iria iniciar uma sequência de curas, das mulheres e dos homens do seu tempo,

Depois do cuidado posto no numeramento, chegamos a um somatório de 281 plantas utilizadas por João Rodrigues. Repare-se que o número observado em relação à centúria descrita dá-nos uma média que não chega a três plantas por cura. Número, aliás modesto, que faz pensar em como os Meios eram ecléticos, mas que ao mesmo tempo permitiam criar agrupamentos de plantas que poderiam lentamente alterar as defesas às doenças que era necessário interpor até onde fosse possível. Faz impressão, vistas as doenças pela óptica do dia de hoje, o tempo que demoravam a debelar e a paciência

que o médico e sobretudo o doente tinham que ter para conquistar a saúde.

Os remédios tinham o contributo desde a planta isolada até um decocto com 31 colaborações botânicas (Cura 21). A experiência que o médico foi adquirindo com a variação de participação das plantas intervenientes de caso para caso e de apontamento para o seguinte.

Outra observação que se pode fazer é de que as plantas utilizadas nesta primeira centúria, muitas delas, vieram de longe, de fora da Europa, e são cerca de 76, o que dá uma percentagem de cerca de 27% em relação ao total. É importante ver a participação de plantas oriundas de fora da Europa, naquela altura, em relação ao conjunto total. Utilizando as descrições das plantas de Garcia de Orta, nos Colóquios dos Simples, sendo contemporâneo de Amato, não encontramos melhor, pois as suas indicações para o Rei de Portugal são de confiança e referiam-se a uma botânica não europeia que interessava às feitorias do Índico e o seu comércio com todo o Pacífico.

Outros produtos usados que não eram de origem vegetal, desde o leite de mulher até ao lapis-lazuli, dá ao todo um computo de 53 na I centúria. Assim vê-se que os produtos exteriores aos vegetais, indicam 16% e aqueles com 84%. O valor da botânica na defesa da vida, intensificou-se no século XVI e é muito significativo.

Colocou-se então uma pergunta ao nosso espírito. Nas outras seis centúrias são descritas as mesmas e outras plantas com a mesma frequência que encontramos, no primeiro livro?

A resposta é de que há ao longo do tempo o aparecimento de novas plantas, como é de calcular, todavia o seu número é de crescimento mais modesto. Encontramos muitas repetições na elaboração dos remédios necessários e só algumas vezes é possível aparecer no rol de Amato um novo ser vivo vegetal. Vê-se que as escolhas não eram tão grandes como pode parecer à primeira vista, e por outro lado, sente-se o cuidado com que o cientista experimenta os novos simples com a maior cautela e cuidado. Nas repetições dos mesmos e nas suas misturas, como aparecem em substituições doutros.

Era nosso desejo verificar diversos agrupamentos

de plantas nos seus decoctos ou nas decocções, nos clisteres, nos cozimentos, nos unguentos, nos lambedores, nos emplastos, nos vomitórios, nos purgantes fortíssimos, nos gargarejos, nos fumadoiros, nos linimentos, nos remédios tópicos ou de fomento, nas bebidas e no pessário. Mas só poderemos modestamente referir, que os xaropes e as purgas, os clisteres, os unguentos e os decoctos são os mais usados, excedendo em quantidade a todos os outros a decocção.

Para terminar pareceu-nos justo referenciar os pesos e as medidas usados na confeição dos remédios e que são bem definidos, como descreve Maximiano Lemos, em 1497 na Câmara de Lisboa, com o mestre António de Lucena físico-mor de el-rei, e mestre João, físico da cidade e mais quatro procuradores dos misteres. Adoptaram as medidas de Nicolau Myrepso, do seu livro *Antidotarium*, que possui 2656 fórmulas. E diz assim: “segundo ordem de Nicolaão, que é de vinte grãos de trigo por escrúpulo, e sessenta por dracma e nove dracmas por onça e 12 onças por libra”⁽⁴⁾. Aproximadamente ficamos a saber os pesos que eram usados, e assim o escrúpulo corresponde a 1 grama, a dracma correspondia a 3 g e a onça a 27g. Uma libra valia trezentas e vinte e quatro gramas⁽⁷⁾⁽¹⁵⁾.

2. O uso das plantas

Maximiano Lemos diz que Amato viajou por todo o país, pois indica várias terras, catorze ao todo onde viveu, e é de crer que o motivo principal que o levava a empreender estas viagens era o de conhecer as plantas indígenas de que mais tarde havia de mostrar tanto conhecimento.

Na sua ida para Ferrara em 1541, João Rodrigues volta a falar no ensejo de aprofundar os estudos botânicos, onde existia, na altura, um jardim com plantas de raridade extrema⁽⁴⁾.

Vamos continuar a abordar as plantas que ele usava e que deixaram alguma confusão, até podermos alcançar uma descrição completa e actualizada. Para isso necessitamos de mais algum tempo, possivelmente um ano, para o tentar realizar.

Genciana lutea L. = Genciana das Boticas = Argençana dos Pastores.

Pertence à família das Gencianáceas.

É espontânea na Serra da Estrela e é actualmente raríssima, podendo-se afirmar que a sua existência actual se deve a uma Cooperativa, a Codicor, de Cortes do Meio. É uma associação de desenvolvimento integrado e dedica-se a ervanária e a ervas aromáticas e medicinais. A área estende-se por 5000 ha do planalto das Penhas da Saúde à planície do Ourondinho. A genciana serve de emblema a Codicor que a elegeu como o ser vivo mais raro e que é preciso preservar. Além do que já tinha sido dito, há dois anos, é preciso completar que tem 20 espécies na Europa de várias

centenas delas e pensa-se que deve o nome a Gentius, rei da Ilíria, que teria revelado a acção benéfica da planta.

Esta genciana, uma das mais belas cresce muito lentamente, é vivaz nas pastagens de alta montanha e dá a primeira flor aos 10 anos e pode viver ao todo mais de 50, produzindo apenas um único caule floral de 4 em 4 ou mesmo de 8 em 8 anos. E vem provar que toda a beleza é melindrosa. É ainda necessário cuidado pois pode-se confundir com o Heléboro-branco, que é muito tóxico, mas que é fácil de distinguir pois as flores deste são brancas⁽¹⁶⁾.

A raiz da argençana dos pastores é um poderoso febrífugo e também um excelente amargo vegetal estimulando as funções do aparelho digestivo.

Esta planta foi também aplicada pelo Dr. Leonardo Nunes, físico-mor do Reino e, albicastrense ilustre, contemporâneo de João Rodrigues e que lhe faz alusão nos *Comentários a Dioscorides*, como descreveu José Lopes Dias⁽⁵⁾.

Cassia angustifolia Vahl. = Sene

Da família das Cesalpiniáceas, temos o sen da Índia mais conhecida por sene. Em inglês senna e cassia em latim. Tem como princípios activos, azeite essencial, resina, mucilagens e alguns glucosídeos da antraquinona. É basicamente usada como purgante. Geralmente empregam-se as folhas secas, Amato usava ainda as flores e os frutos. Está presente em muitos medicamentos⁽²⁾. Deve ser empregado sob conselho médico e segundo é indicado, não deve ser usado nas grávidas.

Cinnamomum zeylanicum BL = Canela de Ceilão
Pertence à família das Lauráceas do inglês Cinnamon, tem um azeite essencial, cinamaldeído, tanino, mucilagens, amido, ácido cinâmico, terpenos e eugenol. É capaz de estimular a secreção dos sucos gástricos e a parte mais utilizada é a casca do caule e da raiz. É empregue contra a hiperacidez, mas também na cosmética e nos licorosos. Amato distinguiu bem a canela e descreveu-a bem, em *Dioscorides*, da sene, mas muitos outros autores confundiram a sene com a canela. Haja em vista como descreveu Cristovão da Costa de Garcia de Orta, e até que a canela em castelhano se chamava, no séc XVI, cassia⁽³⁾.

Piper cubeba L. = Cubeba

Da família das Piperáceas, tem como princípios activos, um azeite essencial, resina, cubebina e ácidos orgânicos. Tem efeitos nas inflamações do trato urinário e estimula as funções estomacais. Emprega-se o fruto. Aplica-se em alguns fármacos e também nas infecções dos brônquios. Actualmente é importante na perfumaria deixando-se de usar como condimento. Embora não seja de origem europeia pode-se conseguir no comércio⁽²⁾.

Garcia de Orta explica-nos que o nome vem dos árabes e o seu uso no oriente servia para confortar o

estômago. Era conhecida de quem navegava no Índico e Pacífico. A sua origem deve-se a Sunda e os portugueses depois da chegada à Índia começaram a sua utilização. Amato nunca se enganou com este fruto ao contrário de muitos dos seus pares que a confundiram com a pimenta, com o mirto silvestre e outras e escreveram muita variedade de confusões como diz Orta⁽³⁾.

***Polvgonum aviculare* L.** = Centinódia = Sanguinária.

A Centinódia pertence à família das Polygonáceas e tem este nome em espanhol, em catalão e em italiano. É anual com talos ramificados, é relativamente robusta, tem em média de 5 a 120 cm de altura. Distribui-se por toda a Europa e tem como princípios activos o ácido silícico, tanino, saponina, mucilago e ainda azeite essencial. Tem efeito diurético e ligeiramente expectorante. Seca-se a planta quando está em flor e emprega-se no seu total. Usa-se uma infusão para reumatismo e para as enfermidades dos rins. É muito usada para chás de mistura de ervas.

***Rubia tinctorum* L.** = Ruiva dos tintoreiros

A ruiva é uma planta vivaz com rizoma rasteiro e bem desenvolvido de cor amarela e com raízes fibrosas de cor vermelha brilhante. Pertence à família das Rubiáceas e pode ter até 1m de altura. Aparece geralmente em terrenos baldios. O seu solar é o Mediterrâneo, por vezes chega ao centro da Europa. Tem como princípios activos glucosidos da antraquinona, taninos, ácidos orgânicos, azeite gordo, pectina e açúcar. Tem o efeito de evitar ou melhorar os espasmos e é ligeiramente diurética. O rizoma e as raízes são utilizadas depois de bem secos e lavados. Usa-se contra a anemia, a amenorreia, a anorexia e distúrbios do baço e contra as cólicas renais.

3. Imagens de aromáticas da região da Serra da Estrela

Na Oração de Sapiência de André de Resende em 1 de Outubro de 1534, no mesmo ano em que Garcia de Orta foi para a Índia, apontava as falhas de educação, fenómeno velho pelos vistos e da necessidade de estudo devido à ignorância dos que esqueciam a obrigação de conhecerem as ervas e as plantas, como bem indicava o Professor Rasteiro⁽¹⁾.

A. Até à Espécie

1. *Chamaespartium tridentatum* (L) P. Gibbs = Carqueija.

. Parte utilizada: flor

Propriedades: Excelente béquico e emoliente (gripe, bronquites, pneumonias, traqueítes, etc). Preparo: Infusão das flores secas 30:1000.

2. *Prunus avium* L. — Cerejeira.

Parte utilizada: pedúnculos de cereja

Componentes: ácidos orgânicos, tanino

Propriedades: Diurético, laxativo, artrite, digestão, gota, obesidade, obstipação

Preparo: Cozimento 30:100.

3. *Capsella rubella* Reuter = Bolsa de Pastor.

Parte utilizada: Emprega-se toda a planta, incluindo as raízes.

Componentes: Colina, acetilcolina, aminofenol, tiromina, flavonas, sais de potássio, alcalóides, etc. .

Propriedades: Possui propriedades hemostáticas, nas hemorragias uterinas, nos casos de tumores, nas cistites e nas areias e pedras nos órgãos urinários.

. Preparo: Como tintura tomada às gotas (20, 30 ou mais por dia) ou como infusão de 15 a 25 g em meio litro de água, fervendo 1-2 minutos e estando 1 hora em infusão. Também se usa como chá, ou emprega-se como suco de planta 30 g por dia.

4. *Castanea sativa* Miller = Castanheiro.

Parte utilizada: amentilhos

Componentes: Tanino, sais minerais

Propriedades: Estomático, adstringente, remineralizante, tónico, sedativo (astenia, convalescença desmineralização, diarreia, esterilidade, tosse)

Preparo: Filtrar as preparações.

5. *Zea mays* L. = Milho.

. Parte utilizada: barbas ou melenas Componentes: saponinas, azeite essencial, traços dum alcaloide, resina, goma.

. Propriedades: diurético e sedativo (inflamações da bexiga, calculose renal, albuminária, anúrias em geral).

Preparo: decocção a 30:1000 (3-4 chávenas por dia).

6. *Olea europaea* L. = Oliveira.

Parte utilizada: as folhas

Componentes: 4 espécies de óleo, oleína principalmente, um amargo, saponinas, vitaminas e sais diversos.

Propriedades: dilatação das artérias e fazer baixar a tensão arterial. Tem propriedades antidiabéticas. .

Preparo: cozimento 30 g para 1 l de água. Infusão 1 hora. Coar 2-3 chávenas por dia, fora das refeições.

7. *Mentha pulegium* L. = Poejos.

Parte utilizada: planta fresca ou seca em flor, secar à sombra.

Componentes: resina, óleo essencial, tanino e uma acetona, a pulegona na proporção de 80%. Propriedades: aperitivo, contra a asma, tosse, diversas desordens estomacais e abdominais, artrites, emenagogo e cicatrizante.

Preparo: Uma infusão (20:1000). Bebida agradável a seguir às refeições. Serve como condimento de vários pratos. Já por nós descrita em 1990.

8. *Fraxinus angustifolia* Vahl = Freixo.

Parte utilizada: folhas secas sem o pecíolo e a nervura principal.

Componentes: tanino, azeite essencial, um

glucosido a fraxina, manitol mucilagem e vitamina C.
Propriedades: Ligeiramente diurético e ligeiramente purgante.

Preparo: Uma infusão 3-4 vezes por dia, que pode servir para as dores de reumático e cistites. A decocção é febrífuga e externamente contra as feridas. Também é usada em medicamentos para a evacuação difícil.

B. Até ao Género

9. *Tilia* sp* = Tília.

Árvore muito conhecida. Usam-se as brácteas (vulgarmente flores). Tem um óleo essencial- o fomesol de cheiro agradável, mucilagens, tanino e glucosidos flavónicos. Tem efeitos antiespasmódicos, sudoríferos e hipotensoras. Faz-se uma infusão de 10 g para 1 l de água.

10. *Echium* sp. = Soagem. Erva anual ou bienal; Fam. Boraginaceas.

Parte empregada: folhas e os lançamentos florais antes da floracção. Emprega-se a planta para mordeduras de serpentes, na epilepsia e para a purificação do sangue. Também estimula o desejo sexual. A soagem também é conhecida pela erva viperina = *E. vulgareh*.

11. *Salix* sp. = Salgueiro branco. (*S. alba* L.) *S. Fragilis* ou *S. purpurea*.

Parte empregada: a casca seca dos ramos de 3-6 anos de idade. Componentes: a salicina empregada como aspirina, tanino e resina. Propriedades: Contra a gripe, dor de cabeça e dores reumáticas, cistites e artrites. Preparo: uma decocção interna (uso) e para uso externo para feridas.

12. *Verbascum* sp. = Verbasco. (Poderá ser o *V. densiflorum* Bertol.). Fam. Escrofularáceas.

Parte empregada: flores secas sem o cálice e recolher em dia de sol ou a planta fresca depois da floração. Componentes: mucilagem, saponinas, pigmentos amarelos, hesperidina, verbascósido, aucubina. Propriedades: Expectorante, abranda a pele. Preparo: Uma infusão contra irritação da garganta. Também se emprega contra as dores do reumatismo em homeopatia e externamente para desinfectar feridas. Usa-se em medicamentos contra a tosse.

13. *Lavandula* sp. = Alfazema.

Encontra-se esta Labiada entre as rochas e por todo o lado.

Parte empregada: As flores frescas ou secas que não estejam completamente abertas. Secar à sombra. Componentes: azeite essencial, tanino, um glucosido e saponina.

Propriedades: contra as dores musculares e reumáticas, contra as desordens da vesícula biliar, insónias e problemas nervosos. Preparos: uma infusão. Também se emprega em perfumaria, especialmente na preparação de água de colónia.

14. *Eucalyptus* sp. = Eucalipto.

Originária do oriente e cultivada em quase toda a Europa. Partes empregadas: As folhas e cápsulas (ou cones).

Componentes: óleo essencial, matéria resinosa, princípio amargo neutro, ácidos gálico e tânico, clorofila, sais calcários e carbonatos alcalinos. A essência do eucalipto oxida-se, originando, por esse motivo o eucaliptol.

Propriedades: tónico-febrífugo, antibronquítico, desinfectante das vias respiratórias e urinárias e ainda é útil na diabetes.

Preparo: infusão 25-35 g por 1l água. Em irrigações 40 g para 1l água. Inalações com o cozimento para tratamento da larangite. Também se usa a infusão e o cozimento no tratamento de feridas e úlceras sob a forma de compressas.

15. *Rubus* sp.

A este pertence o *Rubus genevieri* Bor. spp. herminius (Samp.) P.Cout., espécie que vegeta a menor altitude. Endemismo exclusivo da Serra da Estrela. Um dos 7 endemismos da Serra da Estrela (exclusivos).(a) Da família das rosáceas, o *R. fruticosus* L. é a sarça e o *R. idaeus* L. é a framboesa⁽¹¹⁾.

Partes empregadas: folhas secas, secas em lugar bem ventilado e sem calor artificial. Componentes: taninos, vitamina C, ácido cítrico, ácido málico, açúcar, compostos aromáticos, pectina.

Propriedades: adstringente e anti-inflamatório e por vezes diurético.

Preparo: as folhas dão lugar a um chá muito bom. Os frutos dão marmelada ou geleias.

16. *Hypericum* spp.** = Hipericão.

Que pode ser o *H. androseum* = Hipericão do gerês ou o *H. perforatum* = hipericão vulgar = Milfurada ou Erva de São João.

Parte empregada: flores frescas ou eixos florais secos ou frescos.

Componentes: hipericina, taninos, azeite essencial, flavonoides e resina.

Propriedades: alivia os espasmos, antidepressivo, estimula a secreção do intestino e da bilis.

Preparo: Infusão, de 2 colheradas de chá da erva fresca duas vezes ao dia contra as desordens menstruais, gástricas e intestinais. Melhora a depressão ou as melancolias. Também se usa como cataplasma para as feridas.

17. *Plantago* spp. O *Plantago lanceolata* L. Tanchagem O P. *indica* L. = Zaragatoa

Das sementes fazem-se purgantes. Já descrita por nós em 1991.

18. *Sanguisorba* sp. Pimpinela maior = *S. officinalis* L. Pimpinela menor = *S. minor* Scop. Pertence as Rosáceas. Deve ser a P. maior que aparece nas montanhas. Parte empregada: folhas secas e os gomos jovens antes da floração. Componentes: Taninos, sanguisorbina (um glucosido), saponinas e

vestígios de um azeite essencial. Propriedades: contra a diarreia e desordens intestinais, assim como hemorragias internas. Preparo: uma infusão.

19. *Fumaria* sp. A *F. officinalis* L.

É a Fumaria ou a Molarinha. Emprega-se a planta inteira com as dores da vesícula, hidropesia e eczemas. Já descrita por nós em 1991⁽⁶⁾ ⁽¹⁶⁾.

4. Abordagem da sua composição florística

Estamos quase a fazer duzentos anos que o Conde de Hoffmansegg e o Professor Heinrich Friedrich Link, de 1798 a 1800 visitaram o nosso país e nos deixaram informações admiráveis sobre a composição florística da nossa Serra da Estrela. O conde de Hoffmansegg era antigo oficial da Guarda Real de Saxe e tinha 32 anos e o doutor Heinrich Friedrich Link, era professor de botânica e química na Universidade de Rostock e tinha menos um ano que o seu companheiro. Vinham estudar a flora do nosso país - a "India Europae Dicenda, terra lendária, ainda mal calcorreada, segundo as palavras de Lineu e Vandelli - país onde, desde Clusius, senão já desde o nosso proscrito Amato, constava existir uma flora plena de preciosidades apenas escassamente conhecidas do mundo científico. E por aqui andaram, Link só até à primavera de 1799 e Hoffmansegg até ao verão de 1801. Em 1798 e 99 e 1800, além de outra ainda em 99 ao Algarve. Na de Junho de 1799 vieram de Lisboa até Portalegre e Marvão e depois até Castelo Branco tendo regressado pela Sertã e Tomar. Em 1798 e 1800, estiveram na Serra da Estrela, e nesta última passaram pela Guarda, Covilhã, percorreram a Serra, e depois pelo Fundão foram para Coimbra. Os livros de Link saíram de 1801 a 1804 em Kiel e foram depois traduzidos em francês de 1803 a 1805 e a versão mais conhecida, entre nós, é "Voyage en Portugal"⁽¹¹⁾.

Na zona atlântica ocidental poucas montanhas há que possam ser consideradas subalpinas, e só uma, a da Estrela atinge a região alpina. Esta serra ergue-se entre bacias do Mondego e do Zêzere e forma um dique que se estende de nordeste para sudoeste, sendo a parte mais alta muito larga e achatada e coberta de neve, desde Outubro, por vezes, até Junho.

J. A. Henriques, um explorador da flora desta serra, já visitada por botânicos como Clusius e Tournefort e principalmente por Link e Hoffmansegg, dividiu-a em seis zonas agronómicas e que Wilkomm também aceitou. A primeira até ao nível dos 400 m. corresponde a zona inferior; a segunda até aos 800 m. temos a região superior quente; a terceira até 1500 m. é a zona montanhosa; a quarta até 1750 m. é a zona subalpina; a zona alpina até ao cume (2000 m.), subdividida em zona alpina inferior que chega aos 1858 m., seria a quinta zona e a sexta a zona alpina superior desta cota ao ponto mais elevado. A primeira na zona inferior, apanha a bacia do Mondego até à sua foz. Na segunda, a região superior quente prepondera

a cultura do milho, mas já é considerável a do centeio, as videiras, as oliveiras, o carvalho pedunculado e a sudeste o castanheiro. A fisionomia da vegetação é inteiramente mediterrânica onde aparecem os *Cistus*, as estevas. Principalmente o *Cistus crispus*, o *C. ladaníferus* é o *C. salvifolius* aparecem nesta fase. Na terceira, até aos 1500 m, a zona montanhosa, ainda se cultiva o centeio acompanhado pelo feto *Pteris aquilina* L. Os *Cistus* são substituídos pelo *Halimium occidentale* WK., que cobre largas superfícies formando brenhas baixas, que em virtude da sua cor cinzenta-parda imprimem à paisagem um aspecto altamente monótono. Logo acima do limite do centeio, principiam as *Ericáceas*, que se encontram espalhadas por toda a zona subalpina, sucedendo-se as seguintes espécies, umas às outras: o queiró que é a *Erica umbellata* Rud., a *E. arborea* Rud. ou urze branca, a *E. lusitanica* Rud. e a *E. aragonensis* WK. e a *Calluna vulgaris* Sal.. Nesta região vegeta o azevinho e a bétula. Na zona alpina inferior até 1858 m., aparece o *Juniperus nana* W., em massiços espessos de cor verde escura. Contrastam notavelmente, com a cor verde clara, do *Nardus stricta* L., que constitui quase exclusivamente os relvados destes pontos da serra. O Nardo cobre em grande parte o solo da região alpina superior (acima dos 1858m.), associado ao *Juncus tanageja* L. abundante nos lugares pantanosos. Nas fendas das rochas, cresce a *Genista boissieri* sp., a única planta lenhosa desta zona.

Amato empregava muito nardo ou servum, como pó, a planta total silvestre e o óleo, igualmente o junco a que várias vezes chama perfumado. Os *Cistus* a que João Rodrigues chama o visco da esteva e por vezes o Ladamim, *Cistus ladaniferus* L. é também empregue por ele. Todas as plantas medicinais da Estrela, foram usadas por Amato, e parece-nos que conhecia bem a Serra, como estes botânicos igualmente célebres, que como era natural, o consideravam seu par⁽¹²⁾.

* Eng. Agrónomo.

* sp. = espécie

(a) Endemismo: Fenómeno da distribuição das espécies (ou subespécies) animais ou vegetais referida a uma área restrita e mais ou menos isolada.

** spp = espécies

Bibliografia

1. RASTEIRO, Prof. Dr. Alfredo, *Medicina e Descobrimientos, Liv.* Almedina, Coimbra, 1992.
2. LAUNERT, Edmund. *Guia de las Plantas Medicinales y Comestibles de España y de Europa*, Ed. Omega S.A., Barcelona, 1982.
3. COSTA, Cristovão da, No qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta, Versão Portuguesa com Introd. e notas do Dr. Jaime Walter, Ed. *Comemorativa do Quarto Centenário da Publicação dos Colóquios dos Simples de Garcia de Orta*, J. Invest. Ultramar, 1964.
4. LEMOS, Maximiano, *História da Medecina em Portugal, Doutrinas e Instituições*, Vols. I e II, Manuel Gomes, Edit. Livreiro de suas Magestades e Altezas, R. (Garrett (Chiado), 70-72, Lisboa, 1899.
5. LOPES DIAS, José, «Algumas notas biográficas do Dr. Leonardo Nunes, Físico-mor do Reino e Albicastrense Ilustre», Separata da *"Imprensa Medica"*. Ano 34 Maio de 1960.
6. SARAIVA, Isabel, *Classificação das Plantas da Serra da Estrela. E.A.N.*, docum. pessoal, Oeiras, 1992,
7. TORRINHA, Francisco, *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa para os estudantes e para o povo*, 5 Ed., 2º Milhar, Liv. Simões Lopes de Domingos Barreira (Editor). Rua do Almada. 119-123, Porto, 1935.
8. GONÇALVES, Joaquim Simões, *Pastagens de Montanha, Serra da Estrela*, Rev. Past. e Forrag., Vol 9. Nº 2, Socied. Past. e Forrag., Elvas, 1998.
9. PIRES, Jaime M., M.S.L. Centeno, F. C. Rego, José A. Raposo, Mário J. R. Carvalho, *Efeito da Fertilização na Composição Florística de Lameiros*, Rev. Past. e Fomg., Vol. II, Nº 2, Socied. Past e Forragens, Pag. 69, Elvas, 1990.
10. CARDOSO, Leandro, J. C., *Potencialidades e Estrangulamentos para o Desenvolvimento das Pastagens e Forragens na Beira Interior - Região da Guarda*, Rev. Past. e Forrag- Vol 1, Socied. Past. e Forrag. Pag 155, Elvas, 1979.
11. PINTO DA SILVA. A.R., *A Flora no "Voyage en Portugal - de Link, Hist. e Desenvolvim. Ciência em Portugal, II Vol.*, Public. II Cent, Acad. das Ciênc. Lisboa, Lisboa, 1986.
12. WILLKOMM, M., *As Regiões Botânicas de Portugal* (Trad. Moller, A.F.), Bol. Soc. Brat., Ser, 1, 17:89185, Lisboa. 1900.
13. LOPES DIAS, A, M., *Algumas Plantas Aromáticas e Terapêuticas Usadas por Amato Lusitano*. C. Branco, 1990.
14. LOPES DIAS, A.M., *Plantas Usadas por Amato Lusitano. Sua Localização em Solos Árveis do Distrito de Castelo Branco. Algumas em Perigo de Extinção*, C. Branco, 1991.
15. AMATO LUSITANO, Centúrias de Curas Médicas, Vols. I a IV, Prefácio e Tradução de Firmino Crespo, Universid. Nova de Lisboa, Faculd. Ciências Médicas. Lisboa, 1980.
16. CODICOR, Ervanária. Coop. de Desenvolvimento Integrado de Cortes, Cortes do Meio, s/ data.

A VELHICE NO TEMPO DE AMATO LUSITANO

por António Lourenço Marques*



Simone de Beauvoir, que escreveu um dos raros livros dedicados à história da velhice, intitulado precisamente *A velhice*, afirma que “não é fácil estudar a condição dos velhos através dos tempos”⁽¹⁾, porque estes não são habitualmente identificados como tal, nos diversos documentos existentes, aparecendo com frequência diluídos no conjunto dos adultos. As particularidades, que permitem individualizá-los num grupo social próprio, ou são silenciadas ou então são apresentadas de tal maneira que causam perplexidade sobre a validade dos juízos dominantes acerca da velhice nas diferentes épocas.

Pensa-se vulgarmente que a opinião mais persistente sobre quem chega às idades mais avançadas é atribuir-lhe um corpo desvalorizado nas dimensões físicas da robustez e da beleza e enriquecido noutros planos menos materiais, como o da sabedoria, uma preciosidade sempre desejada mas profundamente ligada à duração do viver. Respeito, protecção e carinho dos mais novos são as atitudes que se espera encontrar, regra geral, em todos os lugares e em todas as épocas, na relação com os velhos.

No entanto, este modelo será de facto o mais verificável na perspectiva da história?

É quase uma surpresa constatar a carência de estudos sobre a história da velhice. Sendo esta uma das “queixas mais comuns inspiradas pela vida terrestre”, como diz Burckardt, seria de esperar que o

tema suscitasse um grande empenhamento dos estudiosos. Porém, mesmo as histórias gerais da medicina são quase sempre silenciosas sobre a evolução do conjunto dos saberes, que vieram a agrupar-se em disciplinas próprias, como a Gerontologia e a Geriatria.

Isto não significa que não há já testemunhos sobre a velhice de diversas épocas e lugares. Tanto as mitologias, como a literatura nas diversas formas, o romance, o género epistolar, o memorialismo, a literatura de costumes, etc., etc., e a arte, com grande abundância de expressões, contêm referências à velhice, como fase da vida sujeita a condições de existência e tratamento particulares. Não é muito invulgar testemunhar-se tal atributo como “condição que configura o destino singular de cada indivíduo”,

No Renascimento, “o corpo é exaltado”. E o que seduz, de uma forma intensa e provavelmente nova é a perfeição “encantadora” da juventude. A velhice, pelo contrário, é considerada fisicamente um “naufrágio”. Esta imagem de ruína chega-nos de autores tão importantes da época, como por exemplo Petrarca (1304-1374)⁽²⁾.

Também Dante (1265-1321) comparou o velho a um navegante a recolher suavemente as velas, quando se aproxima da terra, com o porto à vista⁽³⁾. Porto que é almejado, sendo a vida o naufrágio e a velhice, que é a chegada ao porto, uma oportunidade de paz.

Assim o entendia também Frei Heitor Pinto,

No Renascimento, “o corpo é exaltado”. E o que seduz, de uma forma intensa e provavelmente nova é a perfeição “encantadora” da juventude”. A velhice, pelo contrário, é considerada fisicamente um “naufrágio”

finíssimo escritor covilhanense, falecido em Toledo, em 1584. Diz este autor, no Diálogo da Lembrança da Morte: “Estou contente porque me parece que vou já vendo a terra, e que, cansado da longa navegação da vida, começo já a entrar pela barra do porto da morte: nem queria por nenhum preço tornar outra vez a empregar-me nas duvidosas e tempestuosas ondas”⁽⁴⁾.

A imagem do velho sofre no entanto oscilações subtis nessas apreciações. Este encontra-se quase sempre num ponto de passagem, no decurso de uma viagem mais ou menos longa. Porém, há quem o veja chegar do tal mar encrespado, a refugiar-se no porto-abrigo, mas outros observadores invertem o sentido dessa viagem. Talvez os velhos permaneçam sempre nesse mar e julguem estar a abandonar o porto que é “o tempo e os prazeres” e em pleno mar observam agora a terra. Alguns iludem-se mesmo, julgando-se parados no barco que foge. “Os velhos, diz Castiglioni (1478-1528), parecem-me como os que partindo de algum porto, olham a terra, iludem-se que se move, e que é ela que parte e eles que permanecem; sendo muito ao contrário, que o porto, que é o tempo e os prazeres, está sempre quieto no seu estado”⁽⁵⁾. A perspectiva do porto, visto do mar, tanto pode ser a de alguém que, naufragado, o procura atingir, como a de quem já partiu e só lhe resta a memória, como doce ilusão. O velho situa-se numa encruzilhada, entre o chegar e o partir, entre o termo e a memória.

Desdém pelo velho?

O mundo moderno inicia-se, na Europa, nos finais do século XV. As descobertas científicas e técnicas provocaram o despertar económico que implicou uma reorganização profunda da estrutura social. Aparece então a burguesia enriquecida pelas novas actividades económicas e pelo comércio. E a vida torna-se um palco de disputa mais ou menos violenta pelas posições de domínio. O velho, de certa forma, representa o poder antigo, a velha casta dirigente, detentora de privilégios cristalizados, que travam o desenvolvimento das novas formas de acumular a riqueza. Portanto, simbolicamente, identifica-se com as classes que resistem à mudança. O empenho em garantir os privilégios acumulados ao longo da vida, vai determinar uma disputa feroz, e o velho, fragilizado, suporta indelicadezas sem fim. É abundante na literatura da época a sátira, mesmo erudita, sobre a velhice. Esta forma “ridícula” de o apresentar inscreve-se numa tradição que remonta aos autores gregos e romanos, continuada por Bocácio e Chaucer e depois prolongada e reafirmada pelos humanistas do Renascimento.

A visão negativa da velhice é relativamente comum nas obras destes autores. Shakespeare desconsiderou quase sempre o homem idoso, que é apresentado habitualmente como um personagem feio,

burlesco e algo repulsivo. Assim é retratado no Hamlet, no Rey Lear, no Romeu e Julieta, etc. Até na poesia!

“Quando quarenta invernos a fronte te assaltarem, no campo da beleza cavando fundas valas”⁽⁶⁾

Esta ideia da decrepitude do corpo, provocada pela idade, parece pois dominante. A literatura manifesta uma profunda intolerância perante as mazelas do idoso. É um desprezo que se exacerba com os novos tempos. Na Idade Média menosprezava-se o “*farrapo humano*” a que a velhice arrastava o corpo. O Renascimento, ao exaltar a beleza do jovem, agrava a apreciação sobre o corpo gasto e rude, despido dos contornos suaves e graciosos de outrora. “A fealdade dos velhos parece, comparativamente, ainda mais odiosa”⁽⁷⁾.

A *Celestina*, a célebre tragicomédia de Fernando Rojas, escrita por volta de 1499, retrato vivo da sociedade espanhola da Idade de Ouro, tem como personagem principal uma velha repelente, felizmente ressalvada pela longa experiência da vida. “... sabe sempre a palavra que há-de dizer e que atitude deve tomar”⁽⁸⁾.

Frei Heitor Pinto comunga desta ideia da dissipação do corpo com o passar do tempo “O tempo, observa o frade jerónimo no Diálogo dos Verdadeiros e Falsos Bens, leva consigo a formosura”⁽⁹⁾. A força da beleza do corpo jovem, que a civilização do Renascimento tanto enobreceu, reconhece-se mesmo nesta literatura “teológico-moralista”, inspirada nos princípios da contra-reforma. “A formosura enquanto dura” afirma Heitor Pinto, reconhecendo esta realidade. Porém, “caindo o corpo, que necessariamente há-de cair, cai ela (a formosura) também”. O envelhecimento é pois, antes de mais, o desgaste da formosura. “Consumido o corpo, fica ela consumida”⁽¹⁰⁾. A intensidade das imagens dos corpos do jovem e do velho é deveras espantosa. Não se esbatem, nem se ofuscam. A bem dizer, provocam tais reverberações entre elas, que o vigor de uma só se capta verdadeiramente no confronto com a outra. É o contraste enérgico destas imagens que impressiona. A formosura do corpo é “transitória e enganosa e momentânea. É uma flor (...) que pela manhã está fresca e à tarde se murcha e cai: é uma bela pintura sobre madeira comida do caruncho: um brocado de tumba que cobre ossos de finados: um lenho podre que luz de noite: uma árvore florida que não dá fruto”⁽¹¹⁾.

Mas quem são os velhos? Quanto tempo é preciso viver para atingir tal condição?

Sabemos que esta idade não foi sempre uniforme. As primeiras tentativas de definir as idades da vida remontam aos gregos. É no *Corpus Hippocraticum* que encontramos as referências inaugurais, aparecendo aí uma idade definida como velhice. Esta atinge-se cada vez mais tarde, com o decorrer dos tempos. Já na Idade Média, começava “entre os

Na Idade Média menosprezava-se o “*farrapo humano*” a que a velhice arrastava o corpo

quarenta e cinco e os sessenta anos, de acordo com as ideias do respectivo teorizador⁽¹²⁾. O poeta francês Eustaches Deschamps (1346-1407) chega a estabelecer o início da velhice das mulheres aos 30 anos e o dos homens aos 50. Dante considera a idade dos 45 anos e Palmieri, com minúcia, a dos 56. Há ainda a idade da decrepitude que é o segmento final da idade avançada da vida, ou então a verdadeira velhice. Na Renascença atinge-se depois dos setenta anos. Hoje, fala-se em velhice declarada, entre os 72 e os 90 anos e só depois se considera a grande velhice⁽¹³⁾.

Há pois uma variação considerável, traduzindo habitualmente um sentido ascensional no tempo, quanto ao alcance das idades extremas, até esse ponto limite da decrepitude,

Esta diversidade na parcelação da vida em idades, examinada na sua projecção histórica, traduz a distinta valorização da vivência dos diferentes períodos da vida. No caso das idades avançadas, exprime ainda o peso das imagens, mais ou menos negativas, que em cada época dominaram a visão da velhice. Alguém que espera a morte ou alguém que ainda “tem atributos positivos, segura de si mesma, acaso orgulhosa e esperançada”⁽¹⁴⁾. A coexistência destas duas perspectivas foi uma realidade e a Renascença não esteve de todo insensível à revelação, por vezes até com alguma pujança, das duas facetas.

Uma outra visão

Isto pode ser verificado na obra de Amato Lusitano, um autor renascentista por excelência. Se perscrutarmos a sua obra, deparamos com



personagens de velhos, habitualmente vigorosos, com existências que não parecem ser de todo desinteressantes.

É de realçar que os doentes curados ou tratados por Amato Lusitano, referidos nas Curas, não são muito numerosos. Isto traduz um facto conhecido, que é o grupo dos velhos ser

reduzido na estrutura social da época. Por outro lado, é também a expressão da selecção natural a que o homem estava sujeito, resistindo os mais saudáveis. Sabemos que a população idosa na Europa medieval era duas ou três vezes inferior à das sociedades industriais da actualidade. Apenas 4,8% da população de Florença, em 1480, era constituída por velhos⁽¹⁵⁾. No entanto, podiam existir circunstâncias mais favoráveis e o seu número crescer. É o caso dos velhos camponeses da Toscana que, em 1427, atingiam 10%, da população⁽¹⁶⁾. Curiosamente, nesta altura, a sua proporção era mais elevada entre o povo e a pequena burguesia do que entre as classes mais opulentas,

onde habitualmente não ultrapassava 3 a 4%.

No final da Idade Média, a vida era extremamente precária e a longevidade um atributo raro. Ao morrer, em 1380, Carlos V contava apenas 42 anos de idade, Porém, deixava na memória a reputação de “velho sábio”⁽¹⁷⁾. Esta época, incluindo o início dos tempos modernos, foi dominada por calamidades, nas quais um número impressionante de pessoas foram dizimadas. As condições de vida das populações eram extremamente frágeis. As fomes, os dramas provocados pela superpopulação, as pestes e as guerras quase permanentes, tornavam o ser humano pouco resistente. Mas o que sobrevivia, nesses grandes sorvedouros das vidas humanas, podia almejar com mais esperança uma idade provecta.

É assim que os velhos referidos por Amato Lusitano raramente se confundem com a imagem de uma velhice desoladora. Os dados sobre eles, que regista nas Centúrias, reflectem habitualmente corpos e espíritos ainda nos limites da robustez, da jovialidade e da alegria. Vidas que pressentimos merecidamente vividas, mesmo quando a idade já é avançada. É uma visão que contrasta com a de Heitor Pinto, que lamenta a longa idade como palco da “velhice castigadora dos erros da mocidade”⁽¹⁸⁾, na linha do pensamento de vários autores clássicos, como Plutarco, que compara a velhice a um melancólico Outono : “Ora dir-se-ia que o Outono é a velhice do ano, ao cabo da sua evolução e torna os corpos propensos e dispostos às doenças”⁽¹⁹⁾.

Amato Lusitano considera a idade de 60 anos já de velhice. Mas tal idade não significa necessariamente decrepitude ou degradação física. Na Cura VIII da II Centúria⁽²⁰⁾, perante um doente com 62 anos, foi colocada a “questão da debilidade das forças vitais em que este caíra nos últimos dias”. Um dos médicos assistentes defendeu a hipótese de este enfraquecimento das forças se dever “à decomposição e dissipação da idade senil”, sendo então responsável pela “malignidade da doença” presente. No entanto, outros médicos, entre os quais se encontrava Amato, defenderam uma posição diversa, que traduz uma opinião a realçar na história da velhice. O doente, apesar da idade, apresentava “ótimo aspecto e robustez”. Sendo assim, aquela debilidade não poderia ter surgido por velhice. Ainda por cima, no curto espaço de dois dias!

Pois os velhos de Amato, aos sessenta anos são “fortes, robustos”, “ativos”, de “bom aspecto”, “dotados de boa constituição física e disposição” e “preocupados com os negócios”. Estas são adjectivações e qualificativos que encontramos nas Curas LXXII e LXXIII da Terceira Centúria na Cura I da Quarta Centúria e na Cura XXVIII da primeira Centúria. Mesmo um frade “gasto de velhice” ao ser presenteado com “vinho em abundância”, sentiu “logo melhoras e passados poucos dias, ficou bom de todo”⁽²¹⁾. Só um

(...) os velhos referidos por Amato Lusitano raramente se confundem com a imagem de uma velhice desoladora

velho rijo se poderia comportar de tal maneira perante a doença.

E os testemunhos da Amato Lusitano sobre o vigor dos velhos continuam. Temos o velho Abenaser, de 65 anos, “de bom aspecto”(22) e o reverendo frei Jerónimo de Monte Policiano, com setenta e dois anos de idade, “dotado de bom temperamento” que com uma doença da duração de um ano, “foi restituído á saúde” (23). Aos setenta anos ainda podem ter “óptima saúde” (24). Também um patrício de Ragusa, de 80 anos, “muito respeitado”, foi tratado por Amato a uma doença “e em breve disse que se sentia muito bem” (25).

Estes testemunhos de um autor que, como médico, conhecia melhor o corpo humano e também a alma dos seus doentes, demonstram que a idade avançada não tinha na sua época necessariamente o selo fatídico da degradação física, como poderia concluir-se nos outros documentos literários que citámos. Amato Lusitano reconhece também que a cultura e a sabedoria são essencialmente fruto do tempo vivido e enobrecem o velho. Quando descreve a morte de um homem de setenta e seis anos, cujas forças “só lhe começaram a faltar” escassos dias antes de morrer, caracteriza com nobreza esse velho como “pessoa de grande saber, homem culto e sábio” (26),

São ensinamentos de Amato que projectam uma luz singular sobre este tema, talvez desfocado sem a sua presença.

* Assistente Hospitalar Graduado. Consultor de Anestesiologia

Bibliografia

1. Beauvoir S., *A Velhice*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1970, p. 98.
2. Philippe Braunstein, *Abordagem da intimidade* séc. XIV e XV, In: História da Vida Privada, dir: Philippe Ariès, vol.3, Círculo de Leitores p. 589.
3. Beauvoir S., op. cit., p. 159.
4. Frei Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*, vol. 2, Sá da Costa, 1956, p. 149.
5. Castiglioni, *El Cortesano*. Biblioteca de Política, Economia y Sociologia, Barcelona. 1985, p.p. 87 e 88.
6. *50 Sonetos de Shakespeare*, Editorial Inova, Porto, p. 56 .
7. Beauvoir S., op. cit., p. 166
8. Jesus Alda, *Estudo In: La Celestina*. Zaragoza 1964, p. 22.
9. Frei Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*. vol. 4, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1958. II, 189.
10. Frei Heitor Pinto, op. cit., vol. 4, p.p. 189-190.
11. Frei Heitor Pinto, op. cit, vol. 4, p. 188.
12. Iria Gonçalves, *Fragilidades da velhice e da doença: alguns exemplos da Idade Média beirã*. In: Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. XX”. nº 4, Castelo Branco, 1991, p. 6
13. Pietro de Nicola. *Fundamentos de Gerontologia*, Porto, p. 14.
14. Grangel L. S., História de ta Vejez, Salamanca, p. 17.
15. La Roncière C., *Quadros*. In: História da Vida Privada dir. Duby G., vol.2, Círculo de Leitores, 1990, p. 231
16. Op. cit., p. 231.
17. Beauvoir S., op. cit., p. 158.
18. Heitor Pinto, op. cit., vol. IV, p. 149.
19. Beauvoir S. op. cit., p. 125.
20. Amato Lusitano, *Segunda Centúria de Curas Mediciniais*, trad. Firmino Crespo Instituto Português de Oncologia. Lisboa, 1949, p. 25.
21. Amato Lusitano, *Terceira Centúria de Curas Mediciniais*, trad. Firmino Crespo, Instituto Português de Oncologia, Lisboa, 1956. p. 152.
22. Amato Lusitano, *Segunda Centúria*, trad. Firmino Crespo, 1949, p. 47.
23. Amato Lusitano, *Segunda Centúria*, p. 124.
24. Amato Lusitano, *Centúrias de Curas Mediciniais*, trad. Firmino Crespo, vol. 3, Universidade Nova de Lisboa, p. 61.
25. Amato Lusitano, *Centúrias de Curas Mediciniais*, trad. Firmino Crespo, vol. 4, U.N.L., p. 30.
26. Amato Lusitano, *Segunda Centúria*, ibid., p. 147.

O ENCICLOPEDISMO DE RIBEIRO SANCHES: PEDAGOGIA E MEDICINA NA CONFECÇÃO DO ESTADO

por Carlota Boto*

«todos sabem que a mais sólida base de hum poderoso Estado consiste na multidão dos subditos e no seu augmento, e que desta origem resultão as suas Forças, poder, grandeza e magestade (...) Mas como poderá augmentar-se sem leis e regramentos a Conservação da Saúde dos Povos, e curar as enfermidades a que estão expostos?»

I. A época, o seu homem

Expoente privilegiado do movimento iluminista português, teórico de tratados de medicina e educação, Ribeiro Sanches - considerado muitas vezes o suporte teórico das reformas pombalinas - surge em seus escritos, primordialmente como estrategista da política. A partir dos pressupostos mais autorizados para a época que pretendia cimentar as novas descobertas nos múltiplos domínios do conhecimento, o iluminismo português verterá o território de sua intriga para o domínio do Estado. A nação portuguesa, cuja vocação transnacional teria sido suplantada por um progressivo período decadentista não soubera consubstanciar as promessas do tempo das navegações. Isso significava, por outras palavras, que -na travessia- Portugal não teria sido capaz de espraiair por seu império colonial a identidade com que galgara a aventura da expansão. Pela lógica do iluminismo, havia que se recuperar o Estado português mediante práticas efectivas que agissem no sentido de reerguer o universo material e mental do Homem dos setecentos. Daí que a preocupação de Ribeiro Sanches enquanto teórico da educação fosse referenciada pela arquitectura de um estado-pedagogo. Por outro lado, os trabalhos sobre medicina acenam claramente para o vector político da prática médica na conformação do reino. Fiel à Ilustração, que vê nas reformas sociais o pilar do engendramento da modernidade que viria a recriar o estado-nação, Ribeiro Sanches morre em Paris em 1783, sem ter oportunidade de verificar a apropriação desse reformismo por parte dos revolucionários franceses.

II. Ribeiro Sanches na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert

Natural de Penamacor, António Nunes Ribeiro Sanches nasce em 1699, praticamente na viragem do século. Forma-se em Medicina pela Universidade de Salamanca, para onde se transferiu após os primeiros anos cursados em Coimbra. Ao concluir o curso e obter o diploma, não tarda em ausentar-se do país aos 27 anos, afastamento esse que muitos dos seus biógrafos atribuem ao receio de perseguições e de dificuldades profissionais pelo facto de ser um cristão-novo que à época o impediria de pleitear emprego publico. Por outro lado, há quem acredite que a viva curiosidade intelectual, aliada ao anseio pelo contacto com as novas conquistas no âmbito da ciência moderna teriam sido factores relevantes na sua opção pelo estrangeiro. Tendo permanecido na

Rússia entre 1731 e 1747, ali obteve experiências na direcção do mesmo Hospital onde realizou grande parte das suas investigações científicas. Foi também médico da Escola Militar de São Petersburgo, o que - segundo consta - teria proporcionado parte das reflexões acerca da prática da escolarização. Finalmente tornar-se-ia médico particular da própria czarina Ana Ivanovna na Corte.

Em 1747, transferindo-se para Paris, Ribeiro Sanches presencia o tempo talvez de maior efervescência do movimento iluminista, tornando-se desde logo amigo dos principais organizadores da **Encyclopédie** - Diderot e D'Alembert - contacto esse

que o levaria a situar-se entre os 250 colaboradores daquele que historicamente pode ser considerado um dos mais expressivos projectos editoriais já ensaiados. Redactor do verbete "Maladie vénérienne chronique", Ribeiro Sanches pode ser considerado como fiel tributário das acepções pedagógicas expressas pelo verbete "Collège" de D'Alembert, inclusive nas aparentes incongruências entre a radicalidade da crítica e a timidez das propostas. Podendo ser caracterizado como um emblemático intelectual



do seu tempo, Ribeiro Sanches revela-se um activo militante no sentido de tentar enxergar as perplexidades da época e buscar em variados domínios responder a questões que se lhe colocavam à sua contemporaneidade. Sabendo olhar de fora o interior mais recôndito da sua nação, talvez tenha sido exactamente a condição de estrangeirado que lhe possibilitou tanta precisão no diagnóstico com que profetizou os germes propulsores dos males do reino. Os trabalhos que legou à posteridade revelam ainda a actualidade de muitas das indagações com que o intelectual desconfiava do percurso adoptado para delinear os contornos do ser português.



Sanches prognosticava a possibilidade de Portugal vir a perder suas colónias, nomeadamente o Brasil,

mediante a indefensável orientação com que eram norteadas as relações mercantis num modelo de colonização fundado ex-pressamente sobre a extracção da riqueza colonial, na ausência de cultivo e produção que viessem a equilibrar a balança comercial. Ribeiro Sanches refere-se à existência de uma “guerra mental” entre Portugal e Inglaterra e à probabilidade de vitória desta segunda potência. Recorde-se que no antigo sistema colonial que presidia a economia mundial nesse período, o Brasil tinha seu ouro extraído pelas mãos de Portugal que imediatamente

tratava de transferir essa riqueza para quitar suas dívidas para com a Inglaterra, de quem - ainda para mais - importava cereais. Ora, para a perspectiva desse iluminista, cujo suporte teórico deveria passar pela doutrina dos fisiocratas, tornava-se urgente - a bem do Estado português - garantir mecanismos de fortalecimento de actividades produtivas capazes de aproveitar, para bem do desenvolvimento da nação, o potencial agrícola que permanecia desajustadamente imóvel. No mais fiel espírito enciclopedista, ao soberano caberia desen-volver política de distribuição dos súbditos e da pro-dução de riqueza na constelação do reino desejado. Para tanto, ao Estado delegar-se-iam os esforços de centralização de práticas políticas públicas, na direcção das duas prioridades para regenerar a pátria em perigo: educação e medicina.

III. Advertências para regenerar a nação decadente

Já à partida, havia que se retirar do domínio jesuítico o monopólio do ensino, que corresponderia ao exclusivo religioso no tocante à formação das almas. No parecer de Ribeiro Sanches, antes pelo contrário, era inoperativa a secularização do ensino para preparar as novas gerações para o cumprimento de suas obrigações civis; o que, em última instância, corresponderia ao desejo de preparar bons e disciplinados súbditos para o fortalecimento do reino. Ora, sendo que os jesuitas eram nitidamente um estado à margem do Estado, cercear seu poder significava abertamente a possibilidade de derrocar estruturas obsoletas consideradas pelo autor como óbices para recuperação da decadência. Destruir as prerrogativas da nobreza e do clero seriam, desde logo, os primeiros esforços no sentido de regenerar a nação mediante a superação até mesmo de certos quadros mentais pontuados pela premência da hierarquia e do princípio da autoridade, que se mostravam fincados nas estruturas de pensamento e acção quotidianos no homem comum português.⁽¹⁾

Pensar a transformação do reino em direcção da sua perfectibilidade supunha pelo olhar iluminista a mutação de determinadas estruturas da sociedade, o que possibilitaria a reconstrução do pacto social e uma consequente mudança na acepção da sociedade civil. Para tanto, urgia abolir a escravatura negra, mapear a estratégia de distribuição demográfica das populações metropolitana e coloniais no sentido de fortalecer uma política económica cujo pilar motriz seria posto na plataforma propugnada para a educação da mocidade.

Manter a força do reinado português e consequentemente perpetuar a vocação de grandeza do seu povo era tarefa que dependia da capacidade de conservação do império colonial. Ora, Ribeiro

IV. O código político da educação: o Estado-pedagogo

O controle estatal sobre a prática escolar reportava-se a três objectivos fundastes: configuração de súbditos preparados e disciplinados em função das novas necessidades do reino; criação de um universo de poder simbólico sob controle centralizado dos poderes da monarquia; preparação de uma estratégia direccionada para altear Portugal em direcção da modernidade, mediante a superação de estruturas de pensar e sentir em completo desacordo com o que se pensava ser a infalibilidade dos progressos da razão. Ora, dado que a nova educação deveria esculpir um novo esboço de homem, que, ainda cristão, deveria corresponder, enquanto sujeito civil, às reais necessidades do Estado, Ribeiro Sanches propugnará uma estrutura curricular cimentada pelo estudo da agricultura e do comércio, com o fito último de proceder ao fortalecimento das capacidades técnicas e produtivas do reino. A fabricação ideológica do consenso social viria aqui acoplada ao ofício de engendramento da riqueza material capaz de permitir

a Portugal a permanência da conquista⁽²⁾. Por outro lado, dever-se-ia ensinar à juventude resignação e obediência perante o cumprimento das leis. A vida civil deveria ser apreendida como se de um catecismo se tratasse. Por obras, por exemplos e acções, sugere-se mesmo a utilização de livros padronizados nas escolas, que introduzissem preceitos de civilidade, de vida civil desde as mais tenras idades. A esse respeito, argumenta Ribeiro Sanches: “Se o mestre destas escolas explicasse com exemplos este compêndio, que proponho, da vida civil, se o fizesse observar por acções, e habituar aquela infância a obrá-las e a fazê-las, e ao mesmo lhe inculcasse e lhe fizesse aplicar este princípio em todas as suas acções: que o homem nascido entre os homens deveria obrar e fazer tudo conforme as leis estabelecidas entre eles; que a vinguem era lícito viver conforme a sua vontade, conforme o seu prazer e fantasia... No mesmo compêndio queira eu que estivessem escritas as obrigações com que nascemos: como devemos amar a Deus; como somos obrigados a honrar nossos pais e a quem tem o seu lugar; que temos a mesma obrigação de respeitar os mais velhos; que devemos ser amigos fieis; cuidar em tudo do seu bem, que é o nosso: e como el-rei é a cabeça dela, que a este (conto a nosso primeiro pai na terra) devemos respeitar e honrar”⁽³⁾.

Em face a essa perspectiva quase hobbesiana de corpo social, há aqui uma nítida clivagem entre a soberania delegada ao governante e o lugar desse monarca na função exclusiva de garantia do bem estar dos súbditos e prosperidade do reino. Sendo que o esforço pedagógico situava-se no âmbito de uma estratégia norteada para suprir as necessidades públicas do reino, não se trata -em matéria educativa- de nada que se pudesse qualificar como democratização do ensino, entendida esta expressão como equalização de oportunidades de acesso ao conhecimento. Antes pelo contrário: Ribeiro Sanches defendia a supressão das escolas das aldeias, considerando que haveria critérios diferenciados para pensar a educação, em consonância com os múltiplos ofícios sócio-profissionais a serem desempenhados pelas várias camadas da sociedade civil. Assim, se o Estado a ser modernizado tinha, sim, necessidade de letrados, jurisconsultos e médicos, havia também que se preparar secretários, intendentos, assessores de vários escalões administrativos. Finalmente haveria uma parcela da população, cujo rude trabalho na lavoura não exigiria mais do que o esforço braçal. Para esse “povo, Ribeiro Sanches segue a trilha de Voltaire e preconiza apenas a modesta transmissão do ofício

entre pais e filhos. Até porque: “Que filhos de jornaleiro, de pescador, de tambor, e outros ofícios vis e mui penosos, sem os quais não pode subsistir a república, quererão ficar no ofício de seus pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso?”⁽⁴⁾

Por considerar que o fortalecimento da monarquia seria correspondente à eficaz distribuição dos súbditos na arquitectura do estado-nação, Ribeiro Sanches estruturaria modelos curriculares e planos pedagógicos para o traçado da educação da fidalguia e camadas sociais privilegiadas, consoante os interesses de preservação e desenvolvimento do estado. A esse respeito, o autor não transigia com os princípios de controle estatal sobre quaisquer iniciativas sistematizadas dirigidas para a educação da mocidade: “É da obrigação do Soberano cuidar da Educação da mocidade, destinada a servir a pátria



em casos de paz e guerra; destinada a servir os cargos da religião, tanto para o bem dos povos como para a felicidade do mesmo soberano. Daqui vem que ninguém deve ensinar legitimamente em escola pública sem autoridade Real; daqui se segue que um Secretário de Estado deveria presidir a todas as escolas tanto de ler e escrever (fundamentalmente só nas Vilas do Reino e proibidas nos lugares e Aldeias do Reino) como as escolas das línguas, Aritmética, Geografia, Geometria, Colégios Seculares ou Eclesiásticos Seculares

e Universidades.⁽⁵⁾

V. Para tratar de conservar a saúde dos povos, anotações sobre a prática médica

Na mesma trilha, segue o autor quando discorre acerca das questões atinentes à Medicina, território este que deveria estar também sob a jurisdição do Estado. Nos escritos de Ribeiro Sanches o tema da esfera médica vem sempre a reboque da sua preocupação matricial, e que ele chamará de conservação da saúde dos povos. Ora, o manifesto intuito de previsão, controle e provimento dessa saúde colectiva passaria pela acepção orgânica da sociedade civil: estruturada como um organismo, sua dinâmica vital estaria na dependência da capacidade de preservar-se e fortalecer-se em termos demográficos. Se o Estado se organiza pela força da conquista e expansão, o estado mantém-se mediante dois factores: povoação do território ocupado e adesão dos súbditos ao soberano. No primeiro caso, tratar-se-ia de proceder a uma certa higienização do corpo social, mediante actuação centralizada e estatal sobre a prática médica. No segundo, como vimos, compreender-se-ia a percepção política da iniciativa

pedagógica.

Ao considerar que a sociedade civil e aumento do Estado seriam consentâneas, Ribeiro Sanches propõe efectivamente uma estratégia de medicina política capaz de possibilitar ao governo a obtenção de informação necessária em múltiplos domínios para proceder a tácticas eficazes de preservação do espaço. Para tanto, havia que se organizar um tribunal de Medicina (sob controle estatal) para onde deveriam ser remetidos periodicamente dados a respeito da situação das águas dos rios, doenças endémicas ou epidémicas, índices de natalidade e mortalidade, controle da profissionalização da prática dos médicos, cirurgiões, parteiras e boticários. Além do intuito manifesto do controle e vigilância do ofício médico, acena-se para a possibilidade governamental de planeamento no âmbito familiar, social e fundamentalmente no tocante à distribuição dos súbditos na ocupação do território nacional. Tal intervenção do estado estaria ainda comprometida com a actividade de investigação e constante aperfeiçoamento teórico no âmbito da cura e da cirurgia.⁽⁶⁾

O controle pedagógico e tutelar por parte do Estado seria, no parecer de Ribeiro Sanches, expressamente dirigido no sentido de cercear práticas de medicina popular correntes e tradicionais entre as populações camponesas. De tal maneira que: "(...) nenhum cirurgião, sangrador, oculista, boticário, droguista e parteira pudessem exercer o seu ofício sem serem examinados e aprovados pelo mesmo Tribunal (...) E que no caso que se achassem pessoas que vendessem segredos de Medicina, que curassem com operações as enfermidades dos olhos ou outras quaisquer pertencentes à Medicina e à Cirurgia, ainda que vivessem debaixo da protecção e asilo de Comunidade alguma Secular ou Eclesiástica, que deveriam ser perscrutados (...)".⁽⁷⁾ Tal propósito de interditar qualquer exercício da prática médica que fugisse da Jurisdição governamental revelava o mesmo intuito já explicitado no caso da instrução: a presença do Estado, o crivo da clivagem governamental como imperativo para autorização ao ofício. O Estado moderno, tal como deveria ser configurado aos olhos do reformismo iluminista surgia assim como candidato ao monopólio do poder simbólico, por um lado sobre o conhecimento (vedando, inclusivé, a autonomia da Universidade, cujo poder far-se-ia concorrente da alçada governamental), e por outro sobre a vida e a morte. Ribeiro Sanches, sob esse enfoque, é categórico em concordar se não seria lícito ao médico de ter só consigo o segredo da vida. Contrário ao sigilo profissional característico da medicina, o autor defende que o médico teria, por dever de ofício, de prestar contas ao Estado dos mistérios que encobrem a arte de salvar a vida humana. No mesmo acorde com que denunciou a ilegitimidade da actuação pedagógica da igreja no âmbito da formação das almas,

Ribeiro Sanches desafia a corporação médica e religiosa quando sugere procedimentos específicos direccionados para a dessacralização dos mistérios do corpo. Se o segredo médico não poderia, dali por diante, pertencer senão ao Estado, se, da individualização do ofício, a prática médica pudesse vir a ser aperfeiçoada mediante a intervenção de um tribunal que centralizasse os dados e fizesse por progredir os conhecimentos, havia que se proceder, ainda, ao exame dos abortos criminosos e a abertura dos "cadáveres de morte violenta por feridas, contusões ou veneno"⁽⁸⁾. Isso prefigurava já a organização de laboratórios anatómicos, tal como, posteriormente, a reforma pombalina faria por concebê-los.⁽⁹⁾

Por fim, exortando Portugal a modificar a sua política colonial, sob pena de perder a sua identidade, Ribeiro Sanches recorda que a glória das descobertas não garantia por si a perpetuação da saúde daquele império de conquista. A nação exigia, pela voz do intelectual estrangeirado, uma arquitectura de engendramento da conservação dos povos coloniais e metropolitano. Falar em Medicina é, pois, para Ribeiro Sanches, atentar para a política. Sua aparentemente óbvia afirmação de que "quem erra na medicina mata" significaria, pela entrelinha, que o erro na medicina política poderia ser fatal para destruição do reino. Assim como suas reflexões sobre educação supõem sempre o ensino colectivo, o pensamento de Ribeiro Sanches acerca das questões médicas são concernentes à plena convicção do âmbito social para o qual deveria convergir o compromisso do Estado. E, na confluência entre educação e saúde pública, Ribeiro Sanches mostrar-se-á pioneiro quanto à sugestão das premissas da ciência moderna -fundamentalmente sobre práticas indutivas de observação e experimentação - como alicerces a serem fincados na reorientação dos estudos médicos. Portugal, que soube navegar, estaria agora posto à prova da história para a árdua tarefa de ancorar os territórios conquistados. Fazer isso era, de alguma forma, prestar um tributo ao imaginário da sua vocação.

* Docente na Universidade de S. Paulo (Brasil)

Notas

(1) (...) perde-se toda a ideia da igualdade, da justiça e do bem comum. Deste modo, cada português quer ser senhor do seu estado: repreende ao rapaz que vai cantando pela rua, porque lhe não agrada: e julga que tem autoridade para fazê-lo emudecer. Está em companhia: observa alguma acção que lhe não agrada? Com a mesma fantástica autoridade o repreende e o maltrata, porque se imagina senhor e porque o fidalgo faz o mesmo e o eclesiástico ainda muito mais, na sacções que não são da sua competência. (Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade* pp. 99-100).

(2) —Agricultura e comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado: mas esta vida de lavrador e de oficiais, de mercadores, de marinheiros e soldados não se conserva com privilégios dos fidalgos, com imunidades e jurisdição covil dos eclesiásticos, com escravidão e com a intolerância civil. Não se conserva com a educação de saber ler e escrever, as quatro regras de aritmética, latim e a língua pátria, e por toda a ciência o catecismo da doutrina cristã. Não se conserva com o ódio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação, porque já o Estado tem maior necessidade do súbditos instruídos em outros conhecimentos: já não necessita em todos eles aquele ânimo altivo, guerreiro, aspirando sempre a ser nobre e distinguido, até chegar a ser cavaleiro ou eclesiástico". (Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*, p. 116).

(3) Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade*, pp 134-135.

(4) Idem. *ibid* em, p. 127. Além disso, acrescenta o autor: "O povo imita a acção dos seus maiores. A gente das vilas imita o trato das cidades à roda: as cidades o trato da capital: e a capital o da corte. Deste modo, que a mocidade pelbeia tenha ou não tenha mestre. os costumes que tiver serão sempre a imitação dos que virem dos seus maiores, e não do ensino que tiveram nas escolas" (Ribeiro Sanches, *op. cit.*, p. 131).

(5) Ribeiro Sanches. "Sobre o Núncio em Portugal", In: *Dificuldades que tem u Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*. p. 107.

(6) Por estas relações o Tribunal Médico ficaria informado exactamente da capacidade de cada Médico no seu serviço: e ao mesmo tempo poderia ordenar as disposições necessárias, ou para prover as enfermidades, ou para remediá-las, dando parte ao Ministério Público para que ordenasse o que lhe ensinaria de salutar para ser executado por ordem dos Magistrados e dos Generais. E dando instruções aos Médicos empregados para curar com maior acerto.

(Ribeiro Sanches, *Obras vol II*. p. 31).

(7) Ribeiro Sanches. *Obras vol II*, p. 33.

(8) Id. *Ibid.*, p. 32.

(9) É coisa notável que nenhuma república consinta que oficial algum exercite a sua arte sem havê-la aprendido, e que seja lícito aos Médicos exercitar a sua arte sem haverem aprendido a curar doenças! Seis ou sete anos gastam nas universidades orando, e argumentando. (...) e no fim (...) ficam autorizados a tratar toda a sorte de enfermidades, sem haverem dado provas evidentes que saibam curar um enfermo. Hipócrates comparou a arte médica à arte de navegar: e quem seria tão negligente da sua vida que se entregasse à disposição de um piloto que jamais tivesse navegado, ainda que fosse o maior astrónomo conhecido?! Seria logo na verdade mais decoroso para os médicos e mui veil para os povos: que a Medicina, como também a cirurgia se aprendesse à imitação da arte náutica: nesta a teoria se aprende ao mesmo tempo que se adere à prática. Tanto necessita o piloto saber a cosmografia e a astronomia como o médico a anatomia, a fisiologia e a patologia: mas o piloto no mesmo tempo aprende a prática navegando; se o médico, desde o primeiro dia que entrasse nas aulas, começasse logo a visitar enfermos em um hospital e ali aprendesse a conhecer os seus males e a curá-los, enquanto aprendia a teoria da Medicina, e certo que por este método alcançaria maiores conhecimentos na sua arte do que aqueles que hoje se aprendem nas Universidades (Id. *Ibid.*, p. 155).

Bibliografia

SANCHES, Ribeiro. *Dificuldades que tem um reino para emendar-se* (e outros textos): selecção, apresentação e notas de Vítor de Sá. Porto, Inova. Ltda. s/d.

SANCHES A.N. Ribeiro, *Obras*. Volumes I e II. Coimbra. Por ordem da Universidade de Coimbra. 1966.

SANCHES.A. N. Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*.

O CORPO: DOR E ESPLENDOR NA FESTA DE SÃO PEDRO, NO CATRÃO - SÉCULO XIX

por Albano Mendes de Matos*



No mundo camponês, o corpo é visto, na sua utilização material, como uma tecnologia, com diversos usos Orientados por processos educativos e aprendizagens, que se reproduzem socialmente aos ritmos da Natureza, repetindo-se continuamente. O corpo tem sido, nos últimos tempos, um tema bastante estudado e discutido no domínio das ciências históricas e antropológicas do quotidiano, com realce para diversos aspectos das manifestações humanas, seja na vida privada, na morte, no amor, na festa ou no jogo. Ora são assinaladas as suas misérias, ora são evidenciados os seus valores de beleza, de habilidades e de esplendor.

O Corpo emerge como um objecto real que, envolvido pela sua materialidade ou organicidade biológica, se aperfeiçoa num processo de elaboração social e cultural, sujeito a constrangimentos e servidões sociais, segundo as mentalidades, costumes e normas de conduta, em conjugação com momentos de libertação, em situações favoráveis e em circunstâncias desagradáveis.

Nos inícios do século XIX, políticas de educação e de preservação do corpo, emanadas do Governo, fundamentadas na base da moral e do bem-estar, embora num confronto de mentalidades, reprimiram os excessos corporais, com acentuada premência nas actividades lúdicas e nos conflitos, no sentido de ser mantida a integridade das pessoas, bem como

orientavam no combate às doenças.

Em 24 de Outubro de 1812, uma Portaria do Governo do Reino prescreve que os médicos e cirurgiões do País devem enviar, aos provedores das comarcas, relatórios mensais das doenças mais acentuadas, com indicação das causas prováveis e das formas de tratamento mais eficazes.

Estas preocupações foram motivadas pela malta de saúde, especialmente nas populações do interior, nas quais diminuam os casamentos, com emigração para as zonas do litoral e centros urbanos, que provocavam o despovoamento dos campos, com a consequente ruína da agricultura, factos a que não ficou alheia a Comarca de Castelo Branco⁽¹⁾.

O ambiente do homem da Gardunha, no primeiro quartel do século passado, não era exemplar. Um médico de Alpedrinha atribuía a causa de muitas doenças, verificadas na sua área, às águas ingeridas pelos habitantes do campo, pois, bebiam dos poços águas de "cor lactescente", "gosto salobro", "quase mornas no Verão", que provocavam "cruzas no estômago, flatulências e atonia desta víscera"⁽²⁾. Nesta localidade, na mesma época, as doenças estivais mais frequentes, na passagens do Verão para o Outono, eram disenterias e carbúnculos provocados por má alimentação, que atormentavam as elites pobres, alimentadas de "carnes nsagras de ovelha e de cabra, de frutos quentes e apodrecidos, caídos no

chão ou em adiantada maturação, acompanhados de pão centeio”⁽³⁾.

Refere o mesmo médico que a subalimentação crónica dos camponeses, com a ingestão de frutas verdes e quentes, porque a fome não admitia o tempo para amadurecerem, as rápidas mudanças de temperatura e a dormida ao relento eram causa para o aparecimento de doenças que matavam as pessoas, como catarros, sezões, febres gástricas e biliosas⁽⁴⁾.

Para além destas doenças, os camponeses estavam sujeitos a epidemias que grassavam pelos campos, com grandes mortandades, que provocavam o pânico das populações, o que, nos inícios do século XIX, era um assunto de Estado⁽⁵⁾.

Conta a memória colectiva das gentes, regista um viajante da Gardunha⁽⁶⁾ e depõem várias testemunhas⁽⁷⁾, que, em tempos passados, os habitantes da antiga povoação do Catrão, situada na estrada real que seguia para a Calcinha, a cerca de uma légua a Nordeste de Vale de Prazeres, foram atacados por uma “moléstia” que devastou a maior parte dos moradores, ficando apenas catorze pessoas⁽⁸⁾.

Os catorze sobreviventes, como toda a população, por certo, o fizera, suplicaram a São Pedro, padroeiro do Catrão, que os livrasse da doença e da morte, prometendo fazerem-lhe uma festa todos os anos.

Perante a dor dos familiares mortos e a angústia de poderem ser vítimas, os catorze resolveram abandonar o local funesto, dirigindo-se às povoações do Alcaide, da Fatela e de Vale de Prazeres, cujos moradores não aceitaram recebê-los. Continuando pelos campos, chegaram à aldeia de Peroviseu, onde foram bem acolhidos pelo Prior. As catorze pessoas foram integradas na população desta aldeia, ficando individualizadas pela alcunha “catorze”, que passou para apelido dos descendentes, existindo, actualmente, algumas famílias com este apelido integrado no nome, dispersas por algumas terras vizinhas, coillo Alcaide, Fatela, Valverde e Fundão.

Cumprindo a promessa, os “catorze” e os seus descendentes passaram a realizar a festa em agradecimento a São Pedro, no luar do Catrão e no dia em que a Igreja comemora o santo, com Missa solene, celebrada pelo Prior da Peroviseu, acorrendo à romaria pastores e ganhoes das vizinhanças, bem

como população do Alcaide, de Fatela e de Vale de Prazeres.

Depois da Missa, era organizado o Jogo da Barra, entre os homens valentes do Alcaide, da Fatela e de Vale de Prazeres, dirigido pelo Prior da Peroviseu, que apresentava os prémios, depositados na capela, para os vencedores: uma “bola de pau” de um “alqueire de trigo para a aldeia à qual pertencesse o “valentão” que atirasse a “barra” mais longe, ou seja, uma grande pedra, e uma “vara” de saragoça (4,80 metros), segundo José Inácio Cardoso⁽⁹⁾ ou de uns côvado (66 centímetros), segundo testemunhas⁽¹⁰⁾, para o valentão que vencesse todos os outros na luta.

O costume destes jogos, que originavam sofrimento e dor, embora tivessem a função de demonstrar o vigor, a habilidade e a fortaleza do corpo, parece prender-se “nos antigos usos da barbaridade e davam origens a

grandes desordens», refere José Inácio Cardoso⁽¹¹⁾, e “não tem outro fim mais do que matar homens ou deixá-los incapazes de trabalhar”⁽¹²⁾, como refere o Juiz Ordinário do Alcaide, pois, nas lutas, algumas vezes morreram homens e outros ficaram estropiados.

Perante os factos relativos às catorze pessoas fugidas do Catrão, que têm por base o corpo e a doença, podemos tecer algumas considerações sobre manifestações de sociabilidade, como a festa, o jogo, a competição e o conflito.

Numa visão do mundo camponesa, embebida na noção central de “casa” ou “lar”, com a posição social baseada num bem económico visível, seguro e estável, como a terra,

com carácter comunal, tipificada pelo conceito de economia de subsistência, os “males da natureza”, os flagelos cíclicos e as epidemias apareciam, quase sempre, como sinais de justiça divina, como castigo da Divindade, em face de culpabilidades humanas, individuais ou colectivas, assumidas fatalmente.

As pessoas, condicionadas entre a saúde e a moléstia, entre o bem e o mal, entre o pecado e a salvação, entre a fortuna e a miséria, sentiam-se na necessidade de apaziguar a Divindade, com oferendas, preces e sacrifícios, quase sempre dolorosamente.

Era, então, uma necessidade cuidar da alma e do corpo, este condenado perpetuamente ao trabalho, com preocupações para evitar malinas, evitar desordens, funcionais e quaisquer anomalias que

O corpo tem sido, nos últimos tempos, um tema bastante estudado e discutido no domínio das ciências históricas e antropológicas do quotidiano, com realce para diversos aspectos das manifestações humanas, seja na vida privada, na morte, no amor, na festa ou no jogo. Ora são assinaladas as suas misérias, ora são evidenciados os seus valores de beleza, de habilidades e de esplendor.

prejudicassem a normal utilização dos saberes e das técnicas produtivas.

A aliança socialmente construiria, no imaginário popular, entre o homem e a Divindade, segundo a fé e a crença, garante a continuidade integral num dualismo de reciprocidades entre o mundo humano e o mundo sobrenatural. Por isso, o cumprimento da promessa feita a São Pedro, no Catrão, pelos catorze sobreviventes da epidemia, mediante a realização da festa no dia 29 de Junho de cada ano, como agradecimento por ter sido poupada a integridade dos corpos, para perpetuação do grupo social sobrevivente, com a dor sofrida com os familiares e amigos mortos.

A festa, actualmente realizada no domingo mais próximo do dia 29 de Junho, em igreja construída recentemente, no Monte Carvalho⁽¹³⁾, enquadra-se no ciclo dos santos, que acentua momentos particulares de participação colectiva, com rupturas no quotidiano, com afirmação do ser comunitário e das identidades, oscilando entre a transgressão e a Harmonia social, engloba duas componentes: a primeira liga-se à comunidade e aos grupos sociais, como afirmação de identidade, e a segunda, com fins profiláticos, reporta-se ao corpo e à saúde. A mentalidade camponesa das comunidades tradicionais admite duas concepções da origem das doenças uma de sentido religioso, culpabilizante, como castigo, e outra racional, natural, com explicação científica. Foi como doença punição que os Habitantes do Catrão encararam a “grande malina” que atingiu a sua terra, como castigo de uma falta que pôde ser dos próprios, ou punição indirecta ou diferida, por uma culpa de antepassados ou de outros, para a qual foi solicitado o auxílio do santo protector, patrono ou padroeiro.

Os catorze indivíduos, como foi referido, para preservarem os corpos da doença e evitarem a morte, abandonaram a sua terra e dirigiram-se a Vale de Prazeres, ao Alcaide e à Fatela para solicitarem abrigo e acolhimento, implorando solidariedade, mas são vistos, naquelas povoações, como perigosos e indesejáveis. As fronteiras das aldeias são lhes fechadas. Eles são potenciais portadores de agentes da doença; são considerados inimigos, gerando-se um estado de desconfiança, um comportamento de rejeição, sendo-lhes negado o acolhimento solicitado, como precaução e prevenção contra o contágio directo, que poderia provocar doença nos corpos e perturbações nas comunidades.

O universo está organizado em estruturas de

acolhimento. Todos os corpos, células e organismos são acolhedores de outros. O homem, como ser social, para o equilíbrio funcional do seu corpo, necessita de boas relações e de acolhimento, num plano de troca e de igualdade com o “outro”.

A reciprocidade no acolhimento fundamenta-se numa forte componente de sociabilidade e prende-se em estruturas mentais hereditárias que são exteriorizadas em comportamentos visíveis de acolher e ser acolhido. Se a cadeia de acolhimento é quebrada ou se se manifesta por sentimentos de conflito, o indivíduo necessitado de acolhimento sofre no seu corpo, entra em desequilíbrios e estados de angústia manifestam-se no seu campo psicológico.

O que os fugitivos do Catrão procuravam, para além do simples acolhimento, era um estado de protecção e segurança para os seus corpos. Ameaçados pela doença, com a dor e a angústia pelos seus mortos, levados por uma pulsão instintiva de defesa, comportamento racional e lógico.

As comunidades do Alcaide, de Vale de Prazeres e da Fatela bloquearam as suas fronteiras, levadas por um sentimento de medo do “outro”, do “estrangeiro, do que poderia prejudicar a sua integridade física. O “outro” foi considerado impuro, colocado à “margem”, humilhado e angustiado. O medo do “outro” gerou uma acção instintiva de defesa que esfumou qualquer sentimento racional de acolhimento, surgindo como obstáculo men-

tal às relações sociais, negando ao corpo do “outro” uma das necessidades humanas primárias.

Os flagelados do Catrão foram acolhidos pelo Prior da Peroviseu e integrados na população da aldeia, talvez por não terem conhecimento directo dos efeitos mortíferos da epidemia, mas, com certeza, por sentimentos naturais de dó e de piedade pelo “outro” em dificuldade crítica, minimizando a dor, a angústia, a solidão e o desespero.

Manuel Afonso Catorze, pastor, de 68 anos de idade, residente no Monte Silva, no Catrão, declarou, em 1830, que seu pai foi testemunha da epidemia que grassou nesta localidade e foi um dos fugitivos para a Peroviseu, regressando ao Catrão quando sentiu segurança⁽¹⁴⁾.

A comunidade extinguiu-se no Catrão, ficando a capela com o santo e os campos abandonados. A capela, situada no termo de Penamacor, passou para a dependência eclesiástica do Prior da Peroviseu, por ter sido este a acolher os fugitivos do Catrão, pelo que passou a receber um terço dos dízimos dos

O universo está organizado em estruturas de acolhimento. Todos os corpos, células e organismos são acolhedores de outros. O homem, como ser social, para o equilíbrio funcional do seu corpo, necessita de boas relações e de acolhimento, num plano de troca e de igualdade com o “outro”.

produtos agrícolas produzidos em terras do Catrão⁽¹⁵⁾.

Ao Catrão, regressavam os catorze sobreviventes e os seus descendentes, todos os anos, até finais do século XIX, para a realização da festa ao São Pedro, como pagamento da promessa.

No recinto sagrado da festa, surge o jogo como exercício lúdico de competição e de demonstração das artes e habilidades do corpo, no seu esplendor atlético. Passam a disputar o Jogo da Barra, homens das povoações do Alcaide, da Fatela e de Vale de Prazeres, precisamente das comunidades que fecharam as fronteiras aos catorze, talvez como forma de reconciliação e de apaziguamento de tensões e de conflitos, remissão de culpabilidade pela rejeição do acolhimento.

O jogo, os seus objectos materiais e os comportamentos, inseridos na festa, tomam um carácter sagrado, porque estão associados à vida colectiva⁽¹⁶⁾ das populações intervenientes, à sua mentalidade, à sua crença, a sua visão do mundo e a sua relação com o sobrenatural.

O Jogo da Barra servia para mostrar os homens fortes e valentes, de corpo mais vigoroso, que apareciam para competir segundo o código de honra masculino, demonstrado por três factores: força física, coragem e valentia. O jogo, no Catrão, era disputado em duas partes. Na primeira, é disputada uma grande “bola de pau”, num Jogo em que está em causa a colectividade. Ganha a bola a aldeia a que pertencer o “valentão” que atirar a pedra, a “barra”, a maior distância, ou seja, um prémio simbólico. Na segunda fase, o Prior apresenta uma “vara” de saragoça, que entrega ao valentão que vencer todos os outros, como prémio utilitário, de valor individual.

No primeiro jogo, entra em questão o valor colectivo da comunidade; no segundo, o valor individual. Ambos os jogos relevam a valentia, a força e o vigor corporal, que se quer exhibir em todo o esplendor.

A “bola de Pau” circula, no tempo, entre as aldeias ganhadoras. O pano de saragoça desfaz-se pelo uso corporal, tem valor utilitário, como objecto de consumo. A pedra ou “barra”, instrumento material do jogo, vista simbolicamente como coisa sacralizada, fica guardada na capela de um ano para o outro, isolada do mundo profano.

A festa, que surgiu como manifestação de agradecimento a São Pedro, por ter intercedido, como patrono divino, pela preservação dos corpos dos “catorze” indivíduos, transformou-se, por causa do jogo, num campo de conflitos, de desavenças e de zaragatas entre as populações das três freguesias, provocando mortes e aleijões nos corpos, como testemunham algumas pessoas, como Manuel Henriques, da Fatela⁽¹⁷⁾.

Em relação às desavenças no Catrão, refere o Juiz Ordinário do Alcaide: “Não só deste rusticíssimo liso resulta grandes danos... nos corpos dos homens

valentes; imensos crimes de crellas, e outros, em razão da imulação dos Povos q. ali se apresentam armados p^a. a todo o custo trazerem a dita bolla e pano p^a. a sua povoação. Não he tanto pello intrece como pella chamada honra de vencerem huns aos outros. O motivo não pode ser mais próprio p^a. as dezavenças entre estes Povos”⁽¹⁸⁾.

Na festa, geram-se condições para a formação de grupos ligados por sentimentos comuns, a partir de normas culturais, costumes e disposições psicológicas das comunidades. Os esquemas estruturais da “acção social”, a emulação dos vencedores e os ressentimentos dos vencidos despertam conflitos, sempre latentes entre aldeias, em que o sistema adaptativo de integração social, ajustando a um modelo ideal de costumes, favorece a tensão com o “outro”, o “de fora”, em relação ao qual há desconfiança.

Verifica-se que a festa do Catrão, com a finalidade de proteger a integridade física, na qual se integrou o Jogo da Barra, para evidenciar o esplendor corporal, exibido ritualmente no campo do sagrado, com as componentes física e destreza, imbrincadas no pendor místico religioso, é motivo de querelas sociais e agressões ao corpo, que leva o Juiz Ordinário do Alcaide a pedir a extinção do Jogo da Barra, no Catrão, “visto q. não tem outro fim mais do q. matar homens, ou deixá-los encapazes de trabalho com os icesos q. ali fazem”⁽¹⁹⁾.

São dois os aspectos que contribuem para as agressões do corpo o esforço físico para lançar a “pedra” muito pesada e as zaragatas ou lutas entre os homens das três povoações. Afirmção de personalidade colectiva, identificação comunitária, emulação, humilhação e ajuste de contas entram na linguagem das emoções, que pode conduzir ao conflito aberto, que passa da agressão verbal e gestual à agressão física, maculando o corpo, num jogo de acções e reacções, sobrevivências de ritos instintivos e da afirmação social dos grupos, numa ritualização cultural, que se segue ao cerimonial do triunfo dos comportamentos do não-conformismo de não ganhar orienta-se para estados agressivos, que desencadeiam no “outro” reacções violentas, com as consequentes dores físicas e morais.

Como foi referido atrás, a degradação do vigor do corpo, pela doença ou pelas acções físicas, quer provocadas pelos próprios, quer por outros, tornou-se, nos princípios do século XIX, um problema para os governantes, pois, a boa condição física contribuía para garantir a integridade das sociedades, assegurando a sua continuidade. O Governo do Reino manda fazer inquirições sobre as desordens e lutas entre pessoas e mandava publicar Avisos ao Público sobre o modo de proceder perante doenças e epidemias, como maneira de controlar o estado de saúde e conhecer a harmonia entre as populações,

No recinto sagrado da festa, surge o jogo como exercício lúdico de competição e de demonstração das artes e habilidades do corpo, no seu esplendor atlético.

necessários para o bem estar social.

Porque as condutas humanas, nas festividades, não eram concorrentes com as exigências da contenção dos excessos, pois, as forças dispendidas nos divertimentos, nos jogos e nas lutas comprometiam o vigor dos corpos, com perda de homens e desequilíbrios na sociedade, o Governo do País, através das entidades policiais e judiciais, passou a exercer um controlo social para minimizar ou evitar os desmandos. Esse facto levou o Juiz Ordinário do Alcaide a pedir, em 30 de Junho de 1830, a abolição do Jogo da Barra na festa de São Pedro do Catrão, em virtude dos “rústicos e bárbaros acontecimentos que todos os anos acontecem”⁽²⁰⁾, como foi referido atrás.

O Intendente-Geral da Polícia e do Reino e da Corte, contrariando o parecer do Corregedor da Comarca de Castelo Branco e do Juiz Ordinário do Alcaide, que propunham a extinção do Jogo da Barra no Catrão⁽²¹⁾, exarou o seguinte despacho: “Ao juiz do Alcaide se diga que não deve alterar os costumes antigos, porém, fazer toda a diligência que lhe competir para conseguir o socego ele ocasião da festividade que trata o seu ofício”⁽²²⁾.

Concluindo, regista-se que o Jogo da Barra, entre os “valentões” do Alcaide, da Fatela e de Vale de Prazeres, extinguiu-se nos finais do século XIX, mantendo-se a festa do São Pedro até à actualidade, e evidencia-se que, no século XIX, surgiu uma preocupação com a defesa da integridade do corpo, para prevenir e minimizar os danos causados por doenças, epidemias, agressões e outros desmandos provocados por lutas corporais, com um activo controlo, por parte de médicos, como nos casos de Alpedrinha, e de corregedores e juizes, como nos acontecimentos do Catrão, no sentido de ser efectuada uma educação corporal, evitando desperdícios de forças e de energias, para uma formação vigorosa do Corpo e a sua manutenção em esplendor físico e moral, evitando situações dolorosas, como contribuição para o progresso e o desenvolvimento económico e social, como projecto de valorização da vida humana.

* Licenciado em Antropologia Cultural e Social. Mestre em Ciências Antropológicas.

(1) BALBI, Adrien

1882 *Essai Statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Vol. I, Paris, pp 192-193.

(2) ROLÃO. Jorge Gaspar de Oliveira 1814 Breve descrição topográfica da Vila de Alpedrinha e seu distrito, na Comarca de Castelo Branco, *Jornal de Coimbra*, VI, XXV, Lisboa, p 21.

(3) Idem, p.18.

(4) Idem. p. 18.

(5) CRESPO, Jorge 1990 :A História do Corpo, Editora DIFEL, Lisboa. p 146.

(6) CARDOSO, José Inácio 1848 *Orologia da Gardunha*. Tipografia da Silva. Lisboa. pp 5051.

(7) *Correspondência dos Corregedores das Comarcas do Reino e Juizes de Fora para a Intendência Geral da Polícia*. ANTT Maço 280, Documento 304. Sumário de Testemunhas de 28 de Agosto de 1830.

(8) Jose Inácio Cardoso (1848-50) refere 14 famílias, as testemunhas inquiridas no Sumário de Testemunhas, de 28 de Agosto de 1830. Doc. 309, Maço 280, *Correspondência dos corregedores...* ANTT, referem 14 pessoas.

(9) CARDOSO, José Inácio, obra referida p. 51.

(10) *Correspondência de corregedores...* ANTT-Maço 280, Doc. 309. Sumário de Testemunhas, de 28 de Agosto de 1830.

(11) CARDOSO, José Inácio, obra citada, pp. 5152.

(12) *Correspondência de corregedores...* ANTT-Maço 280, Doc. 309. Ofício do Juiz Ordinário do Alcaide, de 30 de Junho de 1830.

(13) A antiga capela, situada no Monte Santa Clara, no lado direito da antiga estrada real, já na subida da serra, foi destruída, sendo as pedras utilizadas na construção de muros em fazendas.

(14) *Correspondência de corregedores...* ANTT-Maço 280, Doc. 309, Sumário de Testemunhas, de 28 de Agosto de 1830.

(15) Ibid. Maço 280, Doc. 307, Ofício do Corregedor da Comarca de Castelo Branco. de 10 de Setembro de 1830.

(16) DURKHEIM, Émile 1960 *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*, Presses Universitaires de France, Paris.

(17) *Correspondência de corregedores...* ANTT - Maço 280. Doc. 309. Sumário de testemunhas, de 28 de Agosto de 1830.

(18) Ibid. Maço 280, Doc. 309-ANTT - Ofício do Juiz Ordinário do Alcaide, de 30 de Junho de 1830.

(19) Ibid.

(20) Ibid.

(21) Ibid. Maço 208, Doc. 307-ANTT - *Ofício do Corregedor da Comarca de Castelo Branco*, de 10 de Setembro de 1830.

(22) Ibid.

O jogo da Barra servia para mostrar os homens fortes e valentes, de corpo mais vigoroso, que apareciam para competir segundo o código de honra masculino, demonstrado por três factores: força física, coragem e valentia

O POVO DA ALDEIA DO MALHADAL PERANTE A DOR

por Maria da Assunção Vilhena Fernandes*

Este trabalho aborda, em parte, o mesmo assunto que apresentei nas 1^{as} Jornadas em 1989 -Medicina Popular - incidindo principalmente no problema da Dor - Dor física, Dor moral; o povo perante uma e outra, procurando aliviá-las; no primeiro caso, com a maior brevidade, servindo-se de todos os meios ao seu alcance: no segundo, procurando a íntima resignação com a ajuda da fé e da solidariedade dos vizinhos.

Não me refiro a datas porque não as conheço com precisão, nem a documentos porque julgo que não existem.

Antes da publicação de «A Flor do Feto Real», parece-me que nada se tinha escrito sobre esta aldeia.

Cheguei ao Malhadal em 1950; nunca tinha vindo à Beira-Baixa e nada conhecia sobre as suas gentes. Vim aqui encontrar, em toda a sua pujança, uma cultura que achei interessante mas estranha, sobretudo no que se refere à doença. Para a cura de todos os males, quer físicos, quer psicológicos, encontrei duas espécies de medicina - a das mezinhas, quase sempre baseada nas plantas, e a das práticas mágicas com ensalmos e esconjuros. Esta, principalmente, destinava-se à cura de doenças - para mim, completamente desconhecidas - estrepasso, cobrão, cabrita, farpão, quebranto...

Não faço ideia desde quando este povo terá começado a usar esta medicina mas, velhotas de mais de 80 anos disseram-me ter aprendido algumas mezinhas com o barbeiro das Relvas e outras, assim como as práticas mágicas, com as suas avós e bisavós, o que nos faz recuar ao séc.XIX.

O que é curioso é que, perto do fim do séc.XX, apesar do progresso que se tem verificado na mentalidade deste povo, graças às estradas novas, meios de transporte, televisão. etc.. a antiga medicina popular ainda se pratique corriqueiramente.

I - A Dor física

Os habitantes desta aldeia que, durante gerações, foram tão pobres, porque pobres são os terrenos, sofreram de muitas carências. Searas fracas e a falta da castanha que, noutros tempos, fora a base da sua

alimentação, levaram-nos a uma miséria extrema, não só no fim de século passado, como as velhotas recordavam com tristeza, mas até aos anos 60, como ainda tive oportunidade de observar. A situação deste povo, esquecido ou ignorado pelos governantes, só melhorou quando alguns rapazes, mais corajosos e aventureiros, conseguiram emigrar para os países mais ricos da Europa.

Vivendo num dos lugares mais recônditos da serra, isolado por falta de estradas, este povo teve de se bastar a si próprio, apenas com a solidariedade dos vizinhos, para resolver os seus problemas, incluindo o da saúde e da Dor. Sem dinheiro (os produtos da terra transaccionavam-se por trocas), nem meios de transporte para poderem recorrer aos benefícios da Medicina - os médicos eram poucos, estavam nas vilas e nas cidades e cobravam honorários - o pobre aldeão tinha de se socorrer das mezinhas e das benzedeiras que prestavam os seus serviços gratuitamente. Aqui lhe nasciam os filhos, quase sempre numerosos, ajudados a nascer pela comadre parteira, sem os mínimos cuidados de higiene. Por isso, a mortalidade infantil era grande, não só nos primeiros meses de vida, mas mais tarde, quando grassavam as epidemias: gripe, bexigas, tifo, etc. .

A Dor, como é do conhecimento geral, é uma constante na vida. Segundo H. Gregório Pereira "Nasce-se, vive-se e morre-se... em Dor!". A mãe, para dar à luz, sofre uma das «supremas Dores». (Para Guy de Oliveira as «supremas dores» são três: a da mãe, a do filho recém-nascido por falta de aconchego do útero-materno e a da ante-visão da morte.). No Malhadal, procurava-se abreviar a Dor da mãe dando-lhe chá de «corrilhão»(cravagem de centeio) para provocar as contracções do útero. Se, apesar disso, o parto era demorado, enviava-se alguém à igreja mais próxima, a pé ou de burro, para dar três badaladas no sino, para que a comunidade rezasse pela parturiente, ou atava-se-lhe a um dedo do pé um saquinho contendo uma pedra miraculosa. E rezava-se, rezava-se sem descanso, a Deus, à Virgem, aos Anjos, aos Santos da sua devoção, não só durante os partos

mas em todos os casos de doença e Dor. Vejamos um exemplo: depois de rezar o Credo, 7 Padre-Nossos, 7 Avé-Marias e 7 Glórias a S. Cornélio, dizia-se:

Com estes 7 Padre-Nossos
Estas 7 Avé-Marias
Estes 7 Glórias
Que eu rezei
E ofereço a S. Cornélio
Que tire a Dor
De onde ela estiver.

A criança nasce na Dor, porque perdeu de súbito o aconchego e o conforto que o útero lhe proporcionava. Passadas poucas horas, sofre outra Dor, talvez maior que a anterior, a da fome, que procura acalmar sugando o seio materno. Nesta aldeia, se a mãe ainda não tinha leite e a criança chorava, davam-lhe uma chucha de pão molhado com açúcar, enrolado num trapo de linho e atado com um fio, o que era uma frustração para um estômago vazio ansioso por se saciar. Às vezes, lá havia uma vizinha que, estando a amamentar o seu filho, se oferecia para lhe dar de mamar e a Dor era dominada. Outro sofrimento, para o frágil ser que acabava de entrar no mundo, eram as cólicas de estômago ou de intestinos que as mães ou as avós tentavam combater com a tradicional folha de couve ratinha aquecida ao lume e untada com azeite ou qualquer unto sem sal.

De Dor em Dor, assim ia crescendo o novo habitante do casal, até que, já capaz de andar se expunha ao ar livre e começava a sofrer as agressões da Natureza - o frio, o calor, a sede, as quedas, os ferimentos e, em tempos recuados, sempre a fome. Enquanto não tinha préstimo para fazer qualquer coisa, por lá andava atrás da mãe ao rigor do tempo. Mas cedo começou a levar as cabras ao pasto, desde manhã cedo, com uma pequena fatia de broa como jejum, desejando que o tempo passasse para voltar a casa e encher o estômago de papas de milho, couves, ou nabos e metade - às vezes a terça parte - de uma sardinha...

Descalço, mal vestido, exposto às intempéries, facilmente apanhava resfriamentos com as consequentes dores de ouvidos, que eram combatidas com umas gotas de leite de mulher; dores de garganta que eram aliviadas com chá de ervas quente e adoçado com mel ou, se já era capaz de gargarejar, fazia-o com uma infusão de alhos ou amoras de silva; dores de cabeça, cujo remédio mais rápido era a capela de mentrastos ou de coroas-de-rei, que se tinha guardado para o efeito na noite de S. João, posta na cabeça, ou umas rodela de batata aplicadas na testa. De Inverno, quando soprava a nortada, enchiam-se-lhe as mãos e os pés de frieiras que causavam uma Dor insuportável que tentava aliviar urinando-lhe para cima; o cheiro gretava-lhe a pele, cuja Dor era suavizada

com azeite ou sebo virgem. Mas, até à cura total, quanto sofrimento!

Se era picado por abelhas ou vespas, tentavam acalmar-lhe a dor fazendo pressão com a lâmina de uma faca sobre a picada. Se acontecia queimar-se com a fogueira ou com qualquer líquido a ferver, deitava-se-lhe imediatamente vinho sobre a queimadura para aliviar a Dor e impedir que ampolasse. Quantas vezes caía e se feria! Ensinado pelos mais velhos, era ele próprio que partia um ramo de pinheiro virgem e fazia pingar a resina sobre as feridas, apertando-as com algum farrapo e suportando a Dor, de lágrimas a escorrer cara abaixo. Também, por vezes, a Dor de dentes o atormentava. Tentava combatê-la com bochechos de aguardente ou um dente de alho que a mãe (ou a avó) o obrigava a suportar no dente afectado ou em fricções no braço do lado contrário ao do dente cariado...

Se acontecia ter cólicas no ventre, a que chamavam "Dor de cólica", aplicavam-lhe um «telhador» (tampa de panela de ferro) aquecido e enrolado no pano mais engordurado que houvesse na cozinha. (Soube, há dias, que ainda há quem use esse tratamento...). O mesmo se usava nas dores reumáticas, além de fricções de álcool com dentes de alho esmagados, ou vinagre com farinha de mostarda.

Como viviam atolados em estrume, não só nos pátios dos animais, mas também nas ruas, onde todos os detritos eram expostos à putrefacção propositalmente para produzir o estrume para as terras, era frequente as crianças terem infecções e abscessos nos pés. Chamavam-lhes «mijação» porque os atribuíam à urina dos cães. Eram extremamente dolorosos e eram tratados com cascas de cebola com azeite aquecidos nas brasas e aplicados sobre os abscessos. Depois de rebentados, lavavam-se com água e malvas mas, como andavam descalços, voltavam a sujar-se e assim andavam durante meses neste estado permanente de Dor.

Hoje as ruas já estão, umas calcetadas, outras asfaltadas, portanto, razoavelmente limpas, mas toda a gente ainda conserva os tradicionais pátios dos «vivos» dentro da aldeia e alguns chiqueiros mesmo debaixo das habitações, o que causa, no tempo quente, enxames de moscas que tudo conspurcam. No entanto, as crianças já não andam descalças e, se não há epidemias é porque estão vigiadas pelos médicos que, graças às estradas e aos meios de transporte, são frequentemente consultados.

Como eram tementes a Deus e ao Demónio e acreditavam que algumas doenças e respectiva Dor eram obra do espírito do Mal, recorriam a ensalmos para se protegerem. Eram vários os nomes por que se referiam a ele; por eufemismo, em vez de Demónio, Diabo ou Satanás, chamavam-lhe Inimigo, Demongre ou Pecado. Eis um exemplo de ensalmo usado para se protegerem do Mal:

Ó Anjo da minha guarda
Semelhança do Senhor
No mundo me foste dado
Para amparo e guardador.
Peço-te ó Anjo bendito
Pelo vosso divino poder
Dos laços do Inimigo
Me queirais defender.

Mas para destruir ou expulsar a causa da Dor - o Demónio - usavam esconjuros com imprecacões e maldições; o que vou apresentar é uma parte do que usavam para a cura do «cobrão».

(...)
Aqui hás-de morrer
Aqui hás-de acabar
Aqui t' há-des secar
E daqui não há-des tu passar!

Para impedir que o Demónio entre nas casas ou nos currais, ainda há quem use amuletos como ferraduras ou «signos - saimão», estes desenhados a giz ou a carvão.

Nem sempre estes meios primitivos e algo ingénuos conseguiram suprimir a Dor, vendo-se os pobres aldeãos obrigados a recorrer ao barbeiro, ao encontro do qual mandavam um emissário a pé ou de burro, meio que também ele próprio usava para se dirigir ao casal, em socorro do doente. Acompanhado da sua inseparável malinha, que pouco mais continha que uma lanceta e algumas ventosas, fazia tudo o que estava ao seu alcance, aconselhando a família do paciente a chamar o médico quando via que não era mal que pudesse curar. Se se tratava de alguma apendicite aguda, ou qualquer outra doença que exigia cuidados médicos urgentes, às vezes já era tarde demais, porque também o médico se tinha de servir de uma cavalgadura, se a tinha, para ir ver o doente.

II - Dor moral

Perante a morte do ente querido o aldeão sofria uma Dor diferente, mas não menor - a Dor moral. Sempre solidários com os que sofrem qualquer espécie de Dor, neste caso da perda dum familiar, os habitantes do casal procuravam, por todos os meios, minimizar o seu sofrimento, com palavras de conforto, com a sua presença amiga. Em casa dos «doridos» (assim são chamados os familiares do falecido) não se cozinha enquanto dura o velório. São as vizinhas, as comadres ou aqueles, que foram por eles ajudados em caso semelhante, que levam as refeições preparadas, alternadamente: um grupo leva o almoço, outro o jantar, em cestos à cabeça, onde não falta sequer a louça, os talheres, a toalha de mesa e os guardanapos, de modo que, naquela casa, nenhum membro da família tenha de se preocupar com essas

coisas. Chegadas a casa dos «doridos», as mulheres procuram uma sala livre, onde põem a mesa e obrigam-nos a sair de junto do falecido, onde carpiam a sua Dor, e a ir para a mesa. Aí «rogam-nos» para que comam. Acabada a refeição, recolhem os restos e a louça suja nos mesmos cestos e levam para suas casas. Outras pessoas cuidam que nada falte nessa casa e levam para lá pão, bolos, filhós, etc., para confortar o estômago de alguém que, pela sua grande Dor, não tenha podido comer uma refeição completa.

Antigamente, levavam de casa as suas candeias de azeite para alumiar o morto, mas hoje já não o fazem porque se usam velas. Se o falecido é uma criança, a obra de misericórdia de consolar os tristes toma uma forma diferente. Além das palavras habituais - «é a vontade de Deus» - há que convencer os pais de que «é um anjinho que Deus tem lá no céu para pedir por eles». E com esta convicção, os pais ficam mais conformados e, embora a Dor seja grande, suportam-na com mais coragem.

Há pouco tempo, faleceu aqui uma criança duma forma tão desastrosa que emocionou profundamente os habitantes do casal. Passado pouco tempo, na acção de graças duma missa dominical, aqui na aldeia, as cantoras da igreja, entre elas a mãe da criança falecida, entoaram um cântico, que não foi composto por elas, mas que, principalmente a última estrofe, é mesmo o modo como esta gente aceita as grandes Dores:

(...)
"Te agradeço ainda, porque na Alegria e na
Dor de cada dia, eu Te posso encontrar.
Quando a Dor me consome, murmuro o
Teu nome, e, mesmo sofrendo, eu posso cantar:
Obrigado, Senhor!"

Alguns escritores, como Carlos Selvagem, António Arroio e José Pedro Moreira, que escreveram sobre o povo beirão, enaltecem "a sua íntima resignação a todas as desventuras e maus destinos" que eu também tenho encontrado, ao longo dos anos que tenho privado com o povo do Malhadal. Essa resignação vem-lhe da sua fé ardente. É por serem profundamente crentes, como acabamos de ver, que aceitam todas as Dores, todas as agruras da vida, tão dura e sacrificada, como sendo a vontade de Deus.

Henrique Gregório Pereira disse que "A vida é uma orquestração de sofrimentos e prazeres...". Antero de Quental parece também ter comungado desta opinião, ao compor os seguintes versos:

"O coração tem dois quartos.
Moram ali sem se ver
Num a Dor, noutro o Prazer."

Era o Prazer que os habitantes do Malhadal,

naturalmente preferiam e procuravam para esquecer a Dor. Embora Fialho de Almeida tenha escrito que “o beirão não tem alegria”, tenho observado, no Malhadal, precisamente o contrário. Também têm contado que, em tempos passados, este povo sempre teve grande prazer em cantar, mesmo nos trabalhos do campo; e em dançar, sempre que podiam. Ao domingo, quando ainda não tinham igreja e tinham de ir a Proença-a-Nova ou à Ermida, ao voltar da missa vinham cantando e, quando iam às cerejas, onde quer que houvesse um “meguelho” de terreno plano, aí se fazia um baile ao som da flauta ou das cantigas tradicionais. Quem já leu “A Flor do Feto Real” teve oportunidade de observar, apesar da vida trabalhosa e dura que levavam, como se dançava ao domingo na eira, no carnaval, nos magustos, na noite de S. João, em que até os velhotes saltavam a fogueira, cantavam e davam seu pé de dança. É como dizia Antero:

“Quando o Prazer, no seu quarto,
Acorda cheio de ardor
No seu esmorece a Dor.”

Quando não era possível cantar por o trabalho não o permitir e quando não se podia dançar por ser Quaresma, nem mesmo assim os habitantes do Malhadal, imaginativos e irrequietos, deixavam de procurar maneira de, ao menos, sorrir: «É preciso saber sorrir. O sorriso é resignação». Reunidos em casa de amigos ou vizinhos ou, em dias de sol, sentados no mato fresco que atapetava as ruas, entretinham-se com aquilo que nalgumas aldeias chamam «carrelhotas» e que os estudiosos da literatura chamam «oratura» (literatura oral e tradicional): contavam anedotas; recitavam anfiguris, lenga-lengas, trava-línguas; propunham adivinhas; jogavam jogos; contavam contos, fábulas, lendas, histórias fantásticas e recitavam romances tradicionais e de folhetos que se vendiam nas feiras, mas que, infelizmente, estão quase esquecidos.

Nos nossos dias, porém, essa parte da sua cultura que lhes proporcionou tantos momentos propícios ao esquecimento da Dor, está quase perdida porque a televisão a veio substituir. Apenas os idosos, por não saberem ler, por ouvirem mal e até por não compreenderem o significado de algumas palavras, não se interessam por ela, fechando-se no seu quarto para rezar o terço e recordar o passado. Estes, os que tem a sorte de ainda viver na sua casa, porque há casos de idosos em que a Dor moral os afectou de tal modo que perderam todo o gosto pela vida. Alguns, porque os filhos se radicaram no estrangeiro ou algures no país, longe da aldeia natal, deixando-os sozinhos a cuidar das propriedades que dantes davam que fazer a toda a família. Já muito pouco podem fazer, vergados ao peso dos anos e do sofrimento físico e moral. Nas férias, quando os filhos vêm ao casal,

observam o cansaço e ouvem os lamentos dos pais, insistem para que vendam ou abandonem as terras porque não lhes fazem falta, mas eles não têm coragem. Cada árvore tem para eles a sua história, cada bocado de terreno faz parte do seu ser. No tempo em que o pão era pouco e a família numerosa, ali passaram dias e dias, de sol a sol, de picareta em punho, suando em bica para fazer dum bocado de maninho, uma leira de terra onde se pudesse semear mais algum grão ou plantar mais umas couves; às vezes, esse trabalho extenuante era para fazer um pequeno botaréu para segurar uma oliveirita prestes a escorregar encosta abaixo, mas cujo azeite era imprescindível para temperar a panela. Ver as suas hortas e as suas árvores abandonadas, a cobrirem-se de silvados é, para eles, uma dor de alma.

Outros dividiram as propriedades pelos filhos, privando-se até da sua própria casa de habitação. Também eles foram distribuídos, passando um mês, dois ou três, conforme o estipulado entre os herdeiros, em casa de cada filho, onde genros e noras nem sempre os desejam. Aí, embora nada lhes falte, sentem-se uns «estorvilhos» e são muito infelizes.

Outros ainda, cujos filhos, pelo seu trabalho e habitação precária, não os podem ter em casa, estão internados em lares, onde os hábitos são muito diferentes daqueles que, durante toda a vida, tiveram. Vivem da saudade da modesta casinha onde viveram e até da pobreza que tiveram, do cônjuge que perderam, dos filhos que pouco os vão visitar. O luto que vestem é também o que lhes vai na alma. Quando recebem visitas com quem gostam de falar, costumam dizer, com um vislumbre de resignação: «seja em desconto dos meus pecados». Vê-los assim tão acabrunhados é «uma Dor de alma», como se costuma dizer no Malhadal.

* Licenciada em Filologia Românica. Investigadora.

Bibliografia

Oliveira, Guy de - a Dor. Ensaio Edições Glega, Lisboa. 1934.

Pereira, Henrique Gregório - A Dor. Separata de “O Médico”, nº 305, 1957. Tip. Sequeira, Lda., Porto, 1957.

ENTRE A VIDA E A MORTE

O problema dos Expostos no Concelho de Castelo Branco

por António Lopes Pires Nunes*

1- Aspectos Gerais.

Para quem desconheça a questão diremos que os Expostos eram crianças abandonadas por suas mães, normalmente no dia do nascimento, mas nem sempre, nomeadamente quando os filhos eram legítimos, em locais onde a recolha era certa, por pessoa que providenciaria pela sua assistência. Este uso, que parece já se praticar em Portugal desde o séc. XII, durante o qual D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, teria mandado construir, em 1272, o Hospital dos Meninos Orfãos da Mouraria, em Lisboa, para educar crianças abandonadas, atingiu especial relevância nos séc. XVIII e XIX.

Embora os Expostos fossem colocados à porta de Conventos ou das Misericórdias ou até de pessoas particulares, a responsabilidade da sua criação competia às Câmaras, pelo menos desde meados do séc. XVII.

Muito se tem especulado sobre o significado social do Exposto, uma vez que o abandono de um filho era sempre motivado por uma causa social, resultado de relações ilícitas ou de adultério que obrigavam a uma gravidez escondida, até ao nascimento da criança, ou por uma gravidez aceite claramente, sem que a criança pudesse ser assumida, após ter nascido, o que não se compreende e deve ter sido raro uma vez que a mãe já passara o período social mais difícil e, só por excepção, a vemos separar-se do filho que naturalmente amava.

Dificuldades económicas no caso anterior ou de uma mãe legítima, a quem o marido faltara por emigração, morte ou abandono do lar ou ainda, o que será extremamente raro, o abandono puro e simples por uma mãe que se sentirá aliviada do peso da sua criação, são outras das causas geradoras de Expostos.

Também há casos bem comprovados por bilhetes deixados junto da criança que mostram que ambos os pais tomaram a decisão de expor o Seu filho. Neste caso as dificuldades económicas do casal seriam insuperáveis. Curiosamente, é raro verem-se estudos

sérios sobre a relação do pai com a condição de Exposto, já que a mãe aparece sempre com toda a responsabilidade na situação da criança.

O Dr. Silveira Catana, no seu estudo sobre o concelho de Idanha-a-Nova, opina perante o número de Expostos que detectou no período de 1850 a 1860, em cada uma das freguesias do seu concelho, mais elevado nas de Idanha-a-Nova e Proença-a-Velha, freguesias onde o regime senhorial se implantara com

mais evidência, o que ainda hoje está patente na grande propriedade e nos grandes solares brasonados de ambas as freguesias, que os pais das crianças seriam os grandes senhores de então que tinham relações clandestinas com raparigas pobres debaixo do seu domínio económico e depois as abandonavam à sua sorte, em caso de gravidez.

Uma hipótese aceitável que tem o seu fundamento em números e até provável perante referências que vemos noutras regiões.

Mas já não será de aceitar a forma simplista, um tanto acintosa e certamente sem base em estudo

cuidado, algumas das razões que o Dr. Osvaldo de Sousa enumera no seu artigo na Revista de História - Os Expostos na Idade Moderna.

Ali, o Exposto é associado a filho de padre, e à prostituição nos conventos chegando mesmo ao ponto de afirmar que «o abandono não criminoso das crianças se processa às portas das igrejas e dos conventos» com a observação de que na maior parte das vezes vinham de dentro. Na circunstância, cita Aquilino Ribeiro que não terá sido um investigador de História mas teria tratado o assunto em termos semelhantes aos seus, em «Príncipes de Portugal, Suas grandezas e misérias».

Em livro algum de Registo de Expostos do Concelho de Castelo Branco, que consultámos com mais ou menos atenção, ou noutras fontes nos é sugerida, ainda que veladamente, esta hipótese.

O convento é sempre apresentado como uma casa de caridade com aptidão e vocação para tratar casos



humanos, pelo que não admira que fosse muito procurado para deixar os Expostos, tendo até muitos deles sentido a necessidade de construir, à entrada, uma Roda. Como já disse, em casos que seriam raros, o pai também participava da decisão.

O Exposto é sempre um enjeitado, mas nem sempre um abandonado, porquanto, no caso de não ser ilegítimo, continuava a ser acompanhado pelos pais.

Ainda nos referiremos ao funcionamento da Casa dos Expostos, mas podemos já adiantar que, por vezes, a sua mãe oferece-se como ama dessa casa para, a troco de um pagamento, vir a amamentar e cuidar do seu próprio filho.

Anotamos ainda outras situações de Expostos que ressaltam da análise dos seus Livros de Registos. Uma diz respeito a crianças que voltaram ao lar, assumidos por seus pais. Felizes destes que saltaram da morte para a vida!

Outra situação refere o internamento na casa «por esmola» de filhos legítimos e, por fim, a última relaciona-se com internamentos «por ordem do Doutor Juiz de Fora». Inicialmente na Roda, esta prática era proibida mas em 1895 foi aceite e institucionalizada.

A análise da relação do Livro de Registo de Expostos (Livro de 1782-1784) desde o Seu início até à instituição da Roda em Castelo Branco em 27 de Agosto de 1783, que alterou a Situação, mostra que a grande maioria dos Expostos tem expressamente referido que foram colocados à porta de particulares, que transferiram a responsabilidade para a Câmara como era de lei, que os registava, não sendo referido nenhum caso de aparecimento à porta da Igreja ou de um Convento.

São 4 os regulamentos que conhecemos visando o tratamento dos Expostos e o processamento da sua recolha no Concelho de Castelo Branco:

- Circular de Pina Manique de 27-08-1783, transcrita nos Capítulos Inéditos da História de Castelo Branco do Rev. Cônego Anacleto Martins.

- Regulamento para a Administração dos Expostos do Distrito de Castelo Branco de 6-8-1840.

- Regulamento da Administração dos Expostos e Crianças Subsidiadas de 15-10-1880.

- Regulamento para a Aprendizagem d'Offícios dos Expostos do Distrito de Castelo Branco de 3-5-1884. Afortunadamente dispomos do Regulamento de 1840 e o de 1880, distanciado de cerca de 50 anos e mais de 50 anos após a instituição da Roda em Castelo Branco, o que nos leva a centrar o nosso trabalho da sua análise sensivelmente no período inter-quartis do séc.XIX, dentro do qual nasceu e morreu o nosso conhecido médico e escritor Júlio Dinis.

2. Os Regulamentos dos Expostos de 1840 e 1880.

No séc. XIX, no período em estudo, a Medicina e os Serviços Médicos existiram mas seriam ainda muito incipientes em cidades isoladas e interiores como

Castelo Branco que sabemos, todavia, estar já dotada de algumas instituições hospitalares. Estamos, porém, convictos de que a grande acção sanitária e hospitalar na nossa cidade recaía sobretudo no Hospital da Misericórdia, e ainda que não existiria ao menos um embrião de Serviço de Saúde, tal como hoje o entendemos e pensamos. É provável que, em largos períodos, a urbe não dispusesse de um *facultativo*, como então se denominavam os médicos, à semelhança do que sucedia com muitas outras, conforme variados documentos o mostram.

A forma como o apoio sanitário aos Expostos é apresentado nos Regulamentos merece alguns reparos. Façamos um esforço e debrucemo-nos sobre o Regulamento de 1840 em especial sobre os seus aspectos médicos.

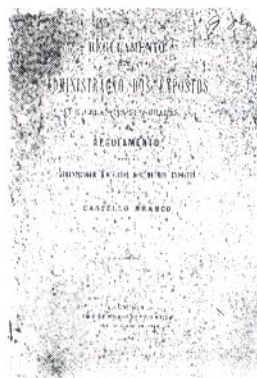
O Administrador Geral do Distrito tinha por atribuições, entre outras, a de autorizar as Câmaras nas despesas com os curativos dos Expostos e mandar pagar essas despesas legalizadas por atestados dos facultativos, ordenar a vacinação dos Expostos em épocas convenientes e a de ordenar a execução de mapas e estatísticas que lhe permitissem conhecer, a cada momento, o estado sanitário dos mesmos.

As intenções eram boas, a nível da Junta Distrital mas o papel do facultativo dilui-se depois - em documentos relativos a outras regiões fala-se do Facultativo do Partido (lembro que vivia-se um período post-Revolução Liberal de 1820 e da guerra civil que se lhe seguiu), mas nem sempre este Facultativo existia e o facto é que para o ano de 1841 há omissão de verbas para apoio sanitário dos Expostos no Orçamento da Junta Distrital e, se algum dinheiro havia para este fim, era tão diminuído que se diluía numa qualquer rubrica de despesas gerais.

Por outro lado, constata-se não haver, como hoje seria prática generalizada, um apoio médico ao Exposto no acto da sua deposição na Roda. Era tratado com toda a humanidade legal no que respeitava à sua saúde religiosa. O Pároco era imediatamente contactado e a preocupação de o baptizar era evidente, sendo mesmo obrigatória a presença do Secretário da Câmara, pois os registos assim o atestam, havendo mesmo vários casos em que o enjeitado foi batizado sob condição.

Quanto ao conforto do Exposto, também o apoio imediato não faltava em teoria e as Rodas dispunham de carpas, enxovais e abundância de leite, que a isso eram obrigadas, para as necessidades imediatas e o seu acompanhamento alimentar durante o pouco tempo que ali permaneciam, antes de serem entregues a uma ama. É tempo de dizer que vemos sempre a preocupação, em todo o circuito do Exposto, de lhe dar "leite de mulher", o que evidentemente nem sempre era possível. Mas fica-nos também a suspeita de que isso não era razões alimentares, mas económicas.

Contratada uma Ama, em estado de aleitamento, a alimentação do Exposto ficava garantida e gratuita. Esta prática possibilitava a mãe de se oferecer como ama e acompanhante do seu filho. Apesar destes cuidados, o Regulamento nada se refere quanto ao facto de o Exposto dever ser imediatamente observado pelo facultativo e, conquanto se veja, em fases



posteriores, preocupações sanitárias, a verdade é que o momento da chegada à Roda era o mais crucial, decisivo mesmo, como o demonstram os poucos dias de vida de muitos destes enjeitados, facto que é tão chocante e evidente que sugere que muitas dessas crianças eram depositadas na Roda em estado de saúde muito degradado e apenas para que esta suportasse as despesas

do funeral. Embora a mãe ficasse sempre na secreta esperança de o filho sobreviver, a morte era praticamente certa nestes casos.

O primitivo Regulamento de 27/08/1783, que estabeleceu a Roda em Castelo Branco, referia mesmo que a Roda deveria ter sempre prontas várias mortalhas.

A omissão quanto à saúde do Exposto contrasta com as preocupações de saúde relativas à Rodeira, que estão bem expressas no Regulamento. Às Câmaras era cometida a obrigação de nomear mulher robusta, sem “suspeita de modéstias contagiosas”, que fosse casada, de boa vida e de costumes reconhecidamente dedicada à caridade. E iguais preocupações se expressam quanto à Ama que deveria ser mulher robusta, sadia, sem “suspeita de males venéros”, abundante em leite e de dócil génio e condição.

O vocábulo “suspeita” sugere que a confirmação deste sanidade poderá não ser de comprovação médica uma vez que se alude à “verificação da robustez e sanidade atestada pelo pároco e perito da freguesia” e este “perito da freguesia” não parece ser o facultativo, mas um leigo em medicina. Onde está o facultativo na letra do espírito da lei? Suplementar não está. Mas ao menos o Regulamento poderia impor a verificação do Estado sanitário do Exposto e a sua apresentação no Hospital da Misericórdia ou outra instituição e não o faz e sabemos o que um regulamento custa a fazer para que seja concreto, conciso e preciso.

Em relação à Ama diz-se nas obrigações do Secretário da Câmara que este cometerá crime “se abusar das Amas dos Expostos para fins libidinosos”. Repare-se que a nível da instituição da Roda, a mulher deve ser casada, o que pressupõe não ter doenças

venéras, mas admite-se que as poderá ter de carácter contagioso e quanto à Ama deixa-se a vaga e quase explícita impressão de que poderia ser e seria usualmente alguém pouco recomendável.

E era exactamente a Ama que ia tomar conta do Exposto e não a Rodeira! Um problema social a estudar em toda a sua incidência.

Quando era então o Exposto observado sob o ponto de vista sanitário? O que permanece da análise dos documentos é sempre a ideia de que as Câmaras fugiam aos seus compromissos, ainda que legal e constantemente recomendadas, nomeadamente aos compromissos financeiros para com a Roda, faltas tão usuais e persistentes que se lê no Diário do Governo esta determinação drástica: “...Manda sua Magestade, a Rainha, que o Administrador Geral do Distrito deve propor para serem dissolvidas as Câmaras que se recusarem ao pagamento das suas quotas, como fora deliberado...” e no relatório do Distrito de Beja se alude a que a Câmara de Vidigueira em 150 meses só pagou 59, o que acarretava dificuldades para pagar às Amas com manifesto prejuízo para “as misérrimas criaturas...” “malfadados Expostos...” “...desgraçadas criaturinhas...” “criaturas mais desgraçadas na escala dos infelizes...”, para usar expressões oficiais, e não minhas. O que se passava na Vidigueira era o que ocorria por todo o lado.

Acreditamos que, pura e simplesmente, a indiferença, era tal que o apoio sanitário aos Expostos não existiria. Morriam simplesmente, sem sair de uma máquina administrativa mais que duvidosa na prática e horrorosa na sua acção para com estes infelizes.

Noutros documentos refere-se que “...há câmaras que empurram os seus Expostos para outras Câmaras vizinhas, matando muitos deles no transporte...”.

Por aqui se pode deduzir a amplitude deste problema social.

Mas havia um momento que o Exposto era apresentado para uma inspecção sanitária. Tal facto ocorria obrigatoriamente no acto mensal do pagamento às Amas, só se dispensando a apresentação da criança, em caso de moléstia atestado credivelmente mas nem mesmo assim deparamos com a figura do facultativo. Este atestado parece não ser passado por ele e tão pouco consta a obrigatoriedade da sua presença no acto simultâneo do pagamento à Ama e inspecção do Exposto.

No caso de falecimento, a Ama comunicava ao Regedor da Paróquia, o qual fazia lavar o termo de falecimento, com a declaração da moléstia, passado não se sabe por quem pois, uma vez mais, o facultativo não parece estar presente, nem na morte.

O cuidado sanitário do Exposto aparece, assim, cheio de intenções vagas, escusas das Câmaras, que eram as directamente responsáveis pela administração e cuidados dos Expostos e o papel do facultativo é sempre pouco claro e omissivo e muito menos se alude,

ainda que implicitamente, à existência de um Serviço de Saúde. Em todas as exigências do Exposto só vemos o facultativo a atestar despesas e, mesmo assim, só em intenção.

Esta análise do Exposto permite-nos, contudo, saber ou deduzir alguns aspectos pertinentes no campo da medicina da época: a existência de serviço de vacinação obrigatório e parece que geral, mas não se fala no tipo de vacinas que certamente distintos médicos aqui prontos saberão pormenorizar; que seriam vulgares doenças contagiosas (julgo que a mais perigosa e que a lei visava era a tuberculose de que morreu, nessa época, Júlio Dinis); a vulgaridade de doenças venéreas em mulheres o que a verificar-se representava uma chaga social a não negligenciar. Esta degradação moral frequente de muitas mulheres está ainda expressa na passagem do regulamento que refere "...deve providenciar-se para que sem ofensa do sexo e sem perturbação das famílias honestas, as mulheres grávidas sejam vigiadas, a fim de se evitar infanticídios e abusos de criação...". O aborto seria pois um recurso vulgar com que as autoridades não concordavam. Definitivamente, o Exposto era um ser entre a vida e a Morte à nascença por impossibilidade de a mãe a criar, por motivos económicos ou sociais e morte na Roda por abuso, incúria e corrupção que levava os míseros dinheiros destinados a ela, e a ter que se colocar à porta das igrejas na caixa das esmolas para Expostos.

Fica-nos mesmo a ideia de que todas as entidades administrativas, menos os legisladores, ficavam felizes pelo desaparecimento dos Expostos e os facultativos eram postos com naturalidade à margem porque certamente não pactuavam com este estado de coisas, se chamados a intervir activamente.

No ano de 1840, algumas câmaras como a de Braga, que se escusavam a pagar as suas quotas de Expostos, estranha e paradoxalmente, propuseram a legalização do que vinham praticando-a administração da Roda poder receber até 10 filhos de pessoas miseráveis e indigentes, alimentando-os durante um ano com leite, ao que Sua Magestade a Rainha respondeu negativamente pois isso iria prejudicar os Expostos.

E é neste contexto de total desprezo por esta figura social, que ela luta naturalmente pela vida, em condições de luta tão desiguais, que só por milagre vence nesta selecção natural duríssima.

Mas alguns milagres sucederam mesmo! Quatro anos depois foi publicado o Regulamento da Administração dos Expostos e Crianças Subsidiadas do Distrito de Castelo Branco que é claramente um avanço sobre o anterior, relativamente ao papel do facultativo. A Roda termina e agora ao Exposto junta-se a figura de "criança subsidiada", filha de pessoas sem posses, na linha do que as autoridades pretendiam há anos, mas à custa do que se destinava

ao Exposto e que o Regulamento de então não permitia.

As crianças expostas em qualquer lado eram apresentadas nas Câmaras Municipais que as entregavam directamente a amas de "amamentação provisória" para prover as primeiras e vigentes necessidades dos Expostos e depois passavam a amas definitivas que, agora sim, deveriam ter informação do facultativo sobre se tinha ou não moléstias contagiosas. As amas definitivas eram obrigadas a apresentar as crianças para serem vacinadas, logo que recebessem aviso e, em caso de falecimento, participar aos regedores, apresentar a carta de criação ao pároco para, no verso, passar a certidão de óbito que, continua a não ser uma prerrogativa do facultativo.

Continua o novo Regulamento a impor que, mensalmente, as crianças sejam observadas no acto de pagamento à ama mas agora a criança é apresentada ao Presidente da Câmara, aos facultivos municipais, além de outras personalidades.

Os médicos municipais examinavam as amas e as crianças e propunha as diligências que julgassem convenientes, relativas à alimentação e tratamento das crianças, opinião que ficava exarada em termo próprio. Estas preocupações agora tão claramente expressas mais reforçam as considerações negativas que exprimimos para o período anterior. Parecendo insignificantes eram de fundo e correspondiam, na sua essência, à plenitude do médico assumido administrativamente, de um médico que nos aparece como médico público e municipal, mudança institucional que não deontológica pois a deontologia médica não está em causa, uma vez que já no séc. XVI, Amato Lusitano vinca bem a sua preocupação por uma ética profissional no juramento com que finaliza a VIIª Centúria. Não se compreenderia que 350 anos depois esse sentimento ético não estivesse bem arreigado nos profissionais da saúde.

Esta mudança do estatuto do facultativo, corresponde claramente a uma melhoria na condição dos Expostos, conforme comprovam documentos de outras regiões, já que não me foi possível detectar dados da nossa região.

É a exaltação do facultativo que se extrai dos dois documentos que muito nos apraz registar nesta reunião de História da Medicina.

3. Análise de livros de registos

Passamos agora a debruçar-nos sobre o primeiro Livro de Registos de Expostos da Câmara Municipal de Castelo Branco do ano de 1782, anterior ao estabelecimento da Roda na nossa cidade.

A simples existência deste livro mostra que, mesmo antes da oficialização da instituição, a Câmara Municipal era já a responsável pelo registo, controle e despesas dos Expostos.

Nesta altura, como vimos, eram postos à porta de particulares que certamente os entregavam a amas já contratadas, através do magistrado, tal como virá a suceder depois, faltando apenas, supomos, a instituição central executora de todo o processo.

Nele estão inscritos 23 nomes, transitados dos “Livro Velho” anterior, dos quais 6 têm a menção de “acabou” o que significa terem atingido os 7 anos e consequentemente mudaram de situação (26 por cento), 9 morreram (39 por cento) e 8 vivem ainda (35 por cento).

Devido à confusão e deficiência do sistema, oficialmente reconhecidos, sem qualquer fiscalização, os números não terão um grande significado. Todavia, já o Livro de 1782 a 1784 permite tirar as primeiras conclusões pois, a meio, em Agosto de 1783, instituíra-se a Roda, o serviço passou a estar organizado e as penas de negligência para os juizes eram pesadas.

Iremos abordar o período em duas fases:

a) - De Agosto de 1782 (início do Livro) a Agosto 1783 (oficialização da Roda).

Neste período o total de Expostos foi de 18, dos quais 12 foram postos à porta de particulares, pois o registo refere expressamente “aparecidos à porta de”. Desses “14 morreram (77 por cento) e sobreviveram 4 (23 por cento). A média de vida, se abstrairmos de 3 excepções que chegaram aos 2, 7 e 11 meses, respectivamente, foi de 17 dias.

A média de vida era curtíssima, como vemos, e a mortalidade muito elevada.

As crianças abandonadas, talvez de noite, à porta de particulares, ali ficavam em situação difícil até que alguém as visse e as recolhesse.

Pensa-se ainda que, pelo facto de os serviços não estarem organizados, algumas amas, sem escrúpulos, recebiam o dinheiro da Câmara e não tratavam convenientemente dos Expostos.

Não podemos considerar que 18 seja um número excessivo para 1 ano, numa altura em que o costume se praticava e se atendermos que a Roda de Castelo Branco servia todo o concelho.

b) - De Agosto de 1783 (oficialização da Roda) a Dezembro de 1784 (final do Livro).

O total de Expostos foi de 20, tendo todos eles sido colocados na Roda.

Morreram 7 (35 por cento) e sobreviveram ao período 13. A média de vida não considerando 3 excepções, que duraram alguns meses, foi de escassos dias. Um morre no dia da exposição, outro no dia seguinte, os restantes 2 com 8 e 13 dias.

A Roda neste 1º ano de funcionamento não fez aumentar a média de vida dos que morreram, mas é

evidente que baixou substancialmente o número de mortos com o consequente aumento de sobreviventes que transitam para o Livro seguinte.

Os números fazem pensar que muitas crianças poderiam ter sido expostas para que as Câmaras fizessem as despesas do funeral.

A título de curiosidade diremos ainda que, nesta época, uma mortalha custava 250 réis e um vestido 2.000 réis.

Não obstante a ostentação que o ouro brasileiro provocou no nosso país, por todo o séc.XVIII, a pobreza do povo seria extrema.

Não se nota nos dados disponíveis qualquer discriminação no respeitante a sexos, aparecendo meninos e meninas em número não significativo.

Os nomes dos Expostos são vulgares mas alguns sugerem nomes de santos.

Se a oficialização da Roda fez diminuir o número de Expostos no

Concelho de Castelo Branco, no seu 1º ano de funcionamento, ou seja de 27 de Agosto de 1783 a 31 de Dezembro de 1784, isso não constitui surpresa pela fiscalização apertada a que a Instituição ficou imediatamente sujeita razão pela qual o reduzido número de 20 Expostos, desse ano, deverá merecer outro confronto.

Iremos agora analisar o Livro de 1808 a 1810, englobando os anos de 1808, 1809 e 1810 e o Livro de 1811 a 1813, respeitante aos anos de 1811, 1812 e 1813.

É um largo período de 6 anos, afastado do primitivo Livro de Registo, de cerca de 25 a 30 anos, intervalo que julgamos ser suficiente para considerar a Instituição consolidada no seu funcionamento, no número anual de Expostos que será agora já muito mais próximo do normal e no aspecto da fiscalização que provavelmente entrou já numa fase rotineira de acção.

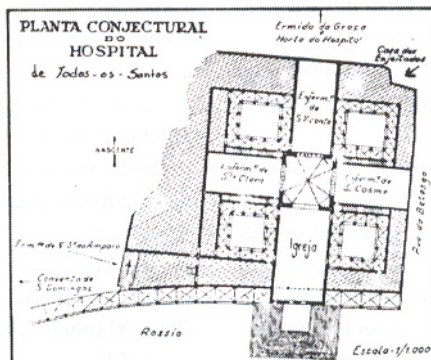
Este período talvez mostre melhor o verdadeiro funcionamento da Instituição.

Eis os dados referentes àqueles 6 anos:

- Total de anos - 6 anos;
- Total de Expostos - 202;
- Média anual de Expostos - 34;
- Mortes - 113 (56 por cento);
- Atingiram os 7 anos - 31 (16 por cento);
- Transitaram - 58 (28 por cento).

Constatamos que a média anual de Expostos continua a não ser elevada tanto mais que diz ainda respeito a todas as freguesias do concelho (Lisboa por esta altura teria uma média diária de 5 Expostos.).

A média de mortalidade (56 por cento) subiu para um valor que talvez já seja o normal e está próximo



de valores que estudos doutras regiões apontam e devem ser considerados, muito altos para uma Instituição que deveria ter-se tornado modelar. Sabemos que isso não sucedeu por variadas causas, como veremos.

Também pensamos ser diminuta a percentagem dos Expostos que atingiram os 7 anos. 31 em 6 anos dá uma média de cerca de 5 por ano.

As crianças passaram a ter uma maior duração de vida, morrendo agora com vários meses de idade ultrapassando algumas delas o ano, o que não abona a eficiência do sistema.

Porque não conseguirá a Roda fazer sobreviver as crianças que já conseguiram viver aquele tempo? Incúria da Roda? Dificuldades em manter esta instituição para além de um nível mínimo de sobrevivência? Falta de apoio médico? Falta de apoio das autoridades que suportam monetariamente a Roda?

Provavelmente de tudo um pouco. O que parece evidente é que a Roda não cumpre. Tudo se passa como se os sobreviventes fossem os mais resistentes numa verdadeira selecção natural.

De onde provêm os Expostos no Concelho de Castelo Branco? Dos Registos é possível concluir o seguinte para estes 6 anos:

- Alcains - 52;
- C.Branco - 48;
- Escalos de Baixo - 47;
- Benquerenças - 13;
- Escalos de cima - 10;
- Salgueiro - 8;
- Lousa - 7;
- Malpica - 7;
- Total - 202.

Os valores têm um especial significado quanto às freguesias de Alcains, Castelo Branco e Escalos de Baixo.

Que se teria passado com incidência social nestes anos de 1808 a 1813 nestas povoações que provocasse tal anormalidade? As invasões napoleónicas deveriam ter provocado aumento de Expostos em todas as freguesias, se a causa fosse essa.

Estaremos em presença de um acentuado regime senhorial-dominial nestas 3 freguesias nesta época? Eis um verdadeiro problema a estudar noutras áreas.

Do período entre 1 de Julho de 1834 e Janeiro de 1837, cerca de 25 anos após o último que tivemos em análise, obtivemos de fonte histórica diferente daquelas a que nos vimos referindo - o Livro de Assentos de Nascimentos das Freguesias da Sé e de Santa Maria do Castelo -, alguns dados com interesse. O referido Livro que diz respeito a todas as crianças da cidade de Castelo Branco engloba os Expostos aparecidos na Roda da cidade e aqui baptizados e conjuntamente os nascimentos que

seguiram tramitação normal, permitindo-nos tirar as seguintes conclusões:

1. Naquele intervalo de dois anos e meio registaram-se 166 crianças das quais 96 Expostos(aparecidos na Roda). A percentagem de Expostos, relativamente às outras crianças é de 57 por cento.

2. A constatação anterior reflecte uma realidade se antendemos a que a média anual de Expostos (96: 2,5 = 38) de 38 está dentro dos parâmetros que já havíamos detectado um quarto de século antes e que, como vemos, se mantêm.

3. Os nomes dados às crianças não Expostas são vulgares com predominância para Maria, Joaquim, José, João, Manuel, António e Ana.

4. Quanto aos Expostos, que se apresentavam no Registo com a Ama Rodeira e 2 testemunhas, têm nomes pouco vulgares. Anote-se uma pequena relação: Dioclesiano, Eustáquio, Remígio, Pelágia, Serapião, Leucádia, Apolinária, Satyro, Tecla, Ruffo, Basilipsa, Lutgardis, Diploma, Eufrasina, Melânia, etc.

Que significará esta evidência? Porque não eram dados aos Expostos nomes que não os distinguissem dos restantes?

5. De Dezembro de 1835 a Janeiro de 1837 ou seja durante cerca de 1 ano, só há registo de Expostos. Não teria nascido qualquer criança em Castelo Branco no ano de 1836 ou estaremos perante nova forma de discriminação que levava os nascidos a serem registados noutras freguesias?

Não se compreende qual a vantagem desse procedimento pois, vivendo os Expostos na Roda, não havia confusão possível. Mas pode ter sucedido pretender-se terminar com qualquer ambiguidade, consequência do antecedente. Um hiato de 1 ano não deixa de causar perplexidade pois não acreditamos na ausência de nascimentos numa cidade como a nossa.

E atingimos a época do Regulamento de 1840 que já analisámos com a constatação de que o problema dos Expostos e da sua esperança de vida continuava a ter grande acuidade.

4. Conclusões

Este breve estudo histórico da problemática dos Expostos e da sua esperança de vida mostra-nos que o problema dos Expostos nunca foi cabalmente reduzido, e que a Roda não cumpriu o fim para fora criada, não obstante o esforço oficial para que este assunto tivesse solução humana.

* Licenciado em História, docente da Universidade Lusófona (Pólo de Castelo Branco).

EXPOSTOS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NO SÉCULO XIX (1820-1920)

por António Maria Romeiro Carvalho*

1. As fontes e o método

As *Fontes* a que se recorreu neste trabalho são os *Livros de Expostos* do Concelho de Idanha-a-Nova, de 1820-1921, com algumas pequenas faltas, e os *Livros de Expostos* dos extintos Concelhos de Salvaterra do Extremo, de 1837 a 1854, e do de Monsanto, de 1839 a 1846. Todas estas *Fontes* manuscritas se encontram no Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova.

Numa época em que o Estado se começa a preocupar seriamente com a sua população, porque a considera o principal factor de riqueza de uma Nação, é de crer no empenho dos responsáveis e na exaustão das *Fontes*. Não se pense, contudo, que essa exaustão não deixou qualquer exposto de fora. Há expostos que não chegam ao conhecimento da autoridade central concelhia acontecendo, também aqui, tanta mais fuga, quanto maior a distância à sede do poder. A prová-lo, se fosse preciso, um caso do Ladoeiro, uma das freguesias base no nosso estudo. O *Livro da Correspondência Oficial da Regedoria do Ladoeiro*, 1883-1916, apresenta oito expostos entregues a Maria Carvalha, de 1888 a 1909: 3 em 1888, 1 em 1897, 2 em 1900, 1 em 1902 e 1 em 1909. Os *Livros de Expostos* do Concelho apenas apresentam um, em 1888.

2. Expostos

2.1. Expostos: uma preocupação do Estado

Com o século XIX, os Estados preocupam-se cada vez mais com a sua população. Não que essa preocupação tenha a haver com uma diferente postura ética ou moral, mas com uma diferente posição social e económica: a população de uma Nação é a sua principal riqueza. Os iluministas dizem desde o século XVIII: «o homem vale pelo número; quanto mais numerosa for uma sociedade, mais poderosa é durante a paz e mais terrível durante a guerra. Logo, o soberano deve ocupar-se cuidadosamente da multiplicação dos seus súbditos». ¹ uma preocupação tanto mais acertada, quanto é certo que a partir dos finais do século XVIII, na França, e do século XIX, para os restantes países europeus, se assiste a uma preocupante baixa de fecundidade. Esta baixa de

fecundidade tem igualmente a haver com a mortalidade quer da mãe, quer da criança. Nos princípios do século XIX, morrem de parto cerca de 3% das mulheres e nas maternidades, que se iniciam na década de '60 do século XIX, nomeadamente para as parturientes pobres, a mortalidade vai dos 5% aos 13%: aterradora. A cesariana é posta em prática pelo professor Bar na década de '80 do século XIX, mas continua a ser mortífera durante largos anos, de 6% a 20%, ainda em 1920. ² Assim sendo, há pois que velar pelo número e qualidade dessa riqueza que é a população.

Uma preocupação que começa logo pela gravidez de mulheres solteiras e maiores ou com a gravidez de mulheres das quais se receiam que venham a expôr o filho ou, muito simplesmente, o façam desaparecer. Por isso, em 1909, faz o Regedor do Ladoeiro um «Auto de Gravidez», onde «ordena e intima-a a dar conta da criança quando a der à luz». ³ Um cuidado nada exagerado pois que «o infanticídio constitui uma prática rural corrente». Uma prática que é, habitualmente, «acto de mulher só, jovem, rural, frequentemente celibatária, pobre, em geral analfabeta». ⁴

Uma segunda preocupação tem a haver com a alimentação e sobrevivência do exposto. Logo que encontrado era feito um «Auto de Assentamento» pelo Regedor da freguesia dirigido ao Presidente da Câmara e o escrivão camarário lançava-o no Livro de Expostos. Em seguida, fazia-se a entrega a uma ama, escrevendo-se o respectivo «Termo de Entrega». É o caso do Regedor do Ladoeiro, em 3-2-1900, que escreve ao Presidente da Câmara: «Levo ao conhecimento de V^a Ex^a que na noite de 6^a Feira, dia 2 do corrente às 10 horas da noite, pouco mais ou menos, foi encontrada exposta uma criança...» ² O escrivão da Câmara lança o «Termo de Assentamento» do exposto, por exemplo, o n.º 235- Vicente, entrega-o a uma ama, lavrando o «Termo de Entrega do Exposto n.º 235-Vicente a ama Maria da Conceição, solteira, d'Aldeia de Santa Margarida». ³

O exposto era, então, entregue à ama e levava, para se distinguir e ser reconhecido, uma medalha suspensa do pescoço por um fio de seda. Como diz a *Fonte*, «cujo exposto leva suspenso do pescoço, por

meio d'um cordão de seda, uma medalha de chumbo com as seguintes letras **CB**

51 L 3°

1881

a qual para melhor se conhecer a identidade do exposto, lhe não poderá ser tirada senão no fim da criação, ou quando esta cesse...»⁵ O prazo legal de criação era de 7 anos, mas poderia ser de cinco e é esta idade a mais normal de criação. Porém, a esmagadora maioria dos expostos não soube o que era criar-se...

2.2. Expostos: abandono e exposição

Os locais de abandono eram os mais variados. Encruzilhadas, portas de moinhos, capelas, igrejas, soleira da porta de algum casal sem filhos, da porta de um lavrador abastado ou remediado ou à porta do próprio pai. Com o andar dos tempos, o mais normal era abandonar a criança na «roda». Regra comum era abandoná-la em local de imediata percepção e acolhimento.

As crianças podiam ser expostas na própria freguesia, mas não se creia muito nesta regra. Muitas iam para a sede concelhia e outras para as freguesias vizinhas. Outros, ainda, eram largados na vizinha Espanha, fosse das freguesias fronteiriças, fosse mesmo das mais distantes levadas por feitores ou criados de casas ricas. Os bebés eram abandonados com roupas e, geralmente, um bilhete indicando o nome e se já se encontravam baptizados. É o caso deste exemplo:

19cm

Nasceo a 9 de Março de 1841. Vai por Baptizar - pede-se que quando a Baptizem se chame Izabel -

6cm

As roupas poderiam, ou não, identificar a mãe da criança, principalmente se era de mãe da freguesia onde era abandonada. Pela peça de roupa, que poderia ter sido feita de uma saia da mãe, pela riqueza dos trapinhos, era possível, às vezes, identificar a mãe. Isto, claro, para além do caso de gravidez sem aparecer o fruto! Quando tal acontecia, era a mãe obrigada a receber o filho e a criá-lo, recebendo o subsídio camarário dado às amas ou às mães subsidiadas. No normal, as crianças levavam, as que levavam, 4 casacos, 4 camisas, 4 coeiros, 4 carapuças, 4 corpetes, 6 baetas e o lenço onde iam embrulhadas, como foi o caso do exemplo dado do Ladoeiro, de 3-2-1900.⁵

2.3. Expostos: exposição e falecimento

Os expostos eram entregues à ama que recebia, no geral, \$600 mensais. Em valores aproximados, a décima parte do salário de um jornaleiro. O equivalente a um alqueire de trigo ou a três quilos de carne de porco fresca. Um salário, pois, nada espectacular! Não admira que, tentando aumentar o orçamento familiar e aproveitar ao máximo os poucos meses de leite nos seios, a ama tivesse mais que um e todos fossem durando pouco. (Além disso, as amas eram sempre muito poucas para os bebés expostos.) O seu cuidado com o filho alheio estava longe de ser precioso. A debilidade do bebé e os débeis cuidados ministrados deixavam marcas inconfundíveis: o tempo de vida de um exposto é de tal modo curto que, quase, ser bebé exposto é ser bebé morto. Os dados do

Quadro 1 - Expostos: Tempo de vida 1820 - 1919

Tempo	%
0-30 dias	17,6
1-3 meses	26,3
4-12 meses	36,1
1-2 anos	13
2-3 anos	3,5
3-5 anos	1,7
+ 5 anos	1,7

Fontes: Livros de Expostos dos Concelhos de Idanha-a-Nova, Monsanto e Salvaterra do Extremo

* Nota: o total de expostos em análise é de 1.743

Quadro 1 e Gráficos 1 e 2 provam o que se afirma.

Apenas 1,7% dos expostos vive mais de cinco anos e 80% não ultrapassa o ano de vida. Os poucos que sobreviviam também não tinham a vida facilitada, fosse no campo da saúde, fosse no campo social. As doenças em que nasciam e cresciam deixava-os débeis para toda a vida. Fracos e instáveis, não era a melhor a sua propensão para o trabalho e, principalmente quando juntos, eram um autêntico perigo para a estabilidade e paz social.

Observem-se agora o Quadro 2 e o Gráficos 3. A percentagem de exposição de expostos distribui-se regularmente pelos doze meses do ano, não sendo possível verificar uma *lei*, salvo esta mesma, a sua regularidade. De

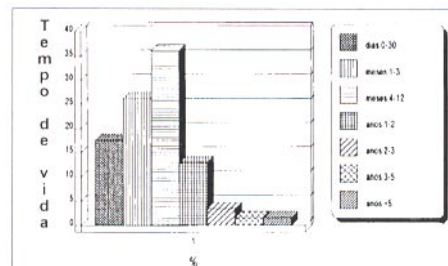


Gráfico 1 - Expostos. Idanha-a-Nova. Tempo de vida 1820-1919

facto, da percentagem mínima (6,4 no mês de Junho) à percentagem máxima (10 nos meses de Janeiro e Abril não há diferenças acentuadas ou a predominância de qualquer mês. A exposição apresenta-se tão natural quanto o nascimento.

Os meses de mais falecimentos são os de Julho, Agosto, Setembro, e Outubro. Quase metade dos expostos, 48,7%, morre nos meses finais do Verão (Julho-Agosto) e nos dois meses que imediatamente lhes seguem (Setembro-Outubro).⁶ São as águas impuras e os menores cuidados e atenções dedicados às crianças devido aos afazeres do Verão. É o leite «envenenado» das amas e mães, envenenado pelos fortes calores do Estio e por dolorosos trabalhos. São

os frutos ainda verdes, que se comem. São os cuidados de higiene que, sendo poucos ao longo do ano, ainda o são menos no Verão. É, por fim, o desenlace mortífero de doenças contraídas no Verão e que enchem de «anjinhos» os primeiros meses do Outono.

Quadro 2 - Expostos: Meses de exposição e falecimento 1820-1919

Mês	Exposição %	Falecimento %
Janeiro	10	7,7
Fevereiro	9,8	4,7
Março	8,4	5,9
Abril	10	5,8
Maio	7,9	4,7
Junho	6,4	8,4
Julho	7,5	13,1
Agosto	8,2	11,6
Setembro	7,5	11,3
Outubro	9,5	12,7
Novembro	7,9	7,3
Dezembro	8	6

Fontes: Ibidem

2.4. Expostos: distribuição no concelho

Os expostos, lançados nas Fontes, finalizam,

no Concelho, no ano de 1921, sendo já a segunda década do século XX de pouco significado numérico. Uma visão geral sobre um século de expostos diz que há um aumento significativo a partir dos anos '30 do século XIX até à última década do mesmo século. A partir daqui, os números vão descendo até terminarem. Na década de 1820-1829 há: 14 expostos e na de 1880-1889 há 405. O ano de 1921, o último, tem 2 expostos apenas.

Tomando como referência as três décadas de maior número de expostos (1860-1889), a percentagem sobre o total da população concelhia é de 1,8. Acima da percentagem média do Concelho se situam as freguesias de Proença-a-Velha (4,7), Aldeia de Santa Margarida e Idanha-a-Velha (4), Medelim (3,7), Idanha-a-Nova (3,3), e Monsanto (2,3). Nitidamente abaixo da média concelhia estão Alcafozes (0,8) e Ladoeiro (0,7). Abaixo da média,

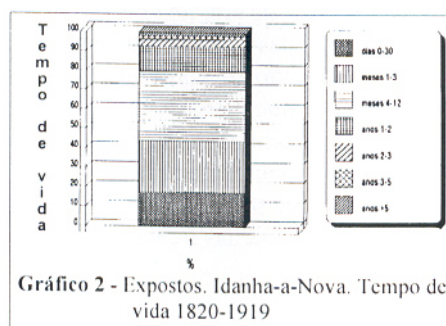


Gráfico 2 - Expostos. Idanha-a-Nova. Tempo de vida 1820-1919

São Miguel de Acha (1, 1), Oledo (1, 2), Salvaterra do Extremo (1,3), Zebreira e Rosmaninhal (1, 3) e Penha Garcia (1,4). Semelhante à média geral concelhia está Segura (1,7). Observe-se o mapa do Concelho e vejamos se algumas conclusões são possíveis.

As freguesias com maior percentagem de expostos

situam-se no Norte, num triângulo com os vértices em Idanha-a-Nova, Monsanto e Aldeia de Santa Margarida. Em segundo lugar, os valores médios situam-se no Nordeste, Este e Sudeste, isto é, nas freguesias fronteiriças a Espanha. Os valores mais baixos pertencem a duas freguesias que rodeiam a sede do Concelho. As três freguesias de maior percentagem, 4% ou mais, são Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha e Proença-a-Velha.

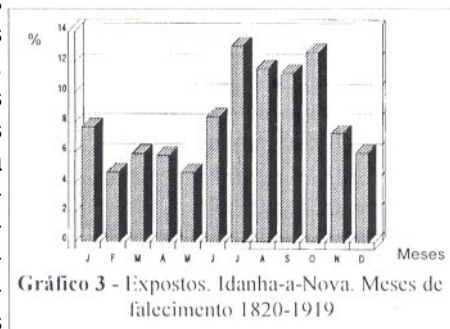


Gráfico 3 - Expostos. Idanha-a-Nova. Meses de falecimento 1820-1919

Um primeiro passo para a explicação é o domínio de casas brasonadas e/ou com poucos mas grandes proprietários. Há freguesias que pertencem a duas ou três famílias, como Idanha-a-Nova e Proença-a-Velha, senão mesmo a uma só, como Idanha-a-Velha. A miséria e a falta de trabalho fora dos meses da ceifa e debulha sempre foi grande nesta região e «as pessoas tinham de sujeitar-se»! Uma sujeição que todos conheceram e falam ainda. Seja desses tempos longínquos, seja de tempos mais recentes, os da construção da Barragem Marechal Carmona, no Rio Ponsul, em que o encarregado ou o engenheiro perguntavam se o homem que ia

pedir trabalho tinha uma filha... Assim, senhores, filhos segundos, feitores, lavradores abastados ou padres eram pais destes filhos da miséria. Desempenhavam-se, deste modo, duas funções: ao mesmo tempo que havia trabalho para a jornaleira, ou para o marido, havia satisfação sexual por parte de quem, por opção vocacional ou por opção sócio-familiar, escolhera ou aceitara o celibato ou por quem, muito simplesmente, não se satisfazia no casamento e possuía bens e prestígio suficientes para dar algo valioso em troca. De pais passavam a padrinhos, e não eram só os padres, como diz a maliciosa quadra:

Não há fruta como o medronho,
nem lenha como a de azinho,
nem filhos como o do padre,
que chamam ao pai, padrinho.

Para a segunda metade do século XIX, em Monsanto, o padrinho era, maioritariamente, o feitor

da Casa Visconde da Graciosa. Na freguesia de Idanha-a-Velha era o maior proprietário, António Pádua Marrocos. Na freguesia da Zebreia era o Regedor.⁷

2.5. Expostos: Onomástica

Ao contrário do que há séculos acontecia e ainda hoje acontece em tribos ditas primitivas, o nome atribuído à criança já não é dado atendendo ao seu significado interior. Hoje escolhe-se o nome por ser mais bonito, por ser o do pai ou o da mãe, por ser moda ou por qualquer outra razão de menor importância. No século XIX eram os padrinhos que escolhiam os nomes, mas também já sem qualquer significado. A distribuição dos nomes não passa aqui de um simples jogo de curiosidades!

Nas crianças do sexo feminino, só o nome de Maria assume percentagem significativa. Mais de 50% das bebés são baptizadas com o nome hebraico de «terra fértil». O nome que se lhe segue é o de Isabel, o nome hebraico de «mulher, casa de Deus», com cerca de 10%. O nome das duas primas grávidas. (Lc 1,39-45). O nome de Amónia aparece algumas vezes, mas com percentagem inferior a 0,5%.

Nos bebés do sexo masculino utilizam-se bem mais nomes. O nome de José é o mais frequente. «Que Javé multiplique» é nomeado mais de 30%. Seguem-se-lhe o nome de António, «ramalhete de flores», com mais de 20%, o de João, «agraciado por Javé», (18%), Manuel, «Deus connosco», (16%) e o de Joaquim, «engrandecido por Javé», com 5%. Para ambos os sexos, não são muito diferentes as percentagens dos nomes utilizados para o geral da população. Mas, por questão de curiosidade, aqui fica uma pergunta: haverá alguma relação entre a utilização destes nomes hebraicos, onde António é excepção, nomes relacionados com os favores de Javé, favores de multiplicação e frutificação (dcf. Job 42,10-17), com o igualmente dominante orago no Concelho, N° S° da Conceição, ou equivalente, que, igualmente, tem a haver com a frutificação e multiplicação de homens, animais e natureza?!

2.6. Expostos: Alguns problemas e conclusões

Deixou de haver livros de lançamentos de expostos, e expostos, pelo menos a nível de Concelhos do País, mas não acabaram as situações de exposição de recém-nascidos ou de abandono de crianças. A Misericórdia de Lisboa recebeu 150 crianças abandonadas nos últimos dez anos e, de quando em vez, são estas situações motivo de notícias e reportagens de destaque nos meios de comunicação social, provocando sentimentos de repulsa, incompreensão e reprovação por parte da população, em geral. é o caso das notícias vinculadas pelo Telejornal da RTP 1 do dia Mundial da Criança de 1993, 1-6-93. Segundo essas notícias, há 50.000 crianças abandonadas em Portugal. O seu número duplicou

nos últimos sete anos. No respeitante a crianças maltratadas, afirmam que Portugal é o País da Comunidade com maior número de crianças maltratadas.

Os filhos passaram a ser um produto tão raro e precioso que é crime ser lançado fora, isto principalmente nos países mais desenvolvidos. Lembre-se que, nos últimos dez anos, Portugal teve um déficit de nascimentos à volta dos 0,7 filhos por casal, um número indispensável à reprodução e renovação da população nacional. Para além deste facto social recente, que colocou Portugal a par dos países mais desenvolvidos da Europa, a cultura portuguesa, pelo menos nos últimos séculos, considerou os filhos como a maior riqueza do lar. Ter muitos filhos é ser um casal rico e a religião católica abençoava este lar, cuja imensa prole era prova do agrado divino. Porém, para que o problema dos expostos ou crianças abandonadas seja correctamente analisado é necessário abordá-lo não esquecendo dois pontos. Um, o referente à época, o século XIX. Outro, o referente à formação e permanência de certos tabus e frases feitas, que são autênticas mentiras.

A acreditar num autor do século XIX, pais e mães enjeitavam os filhos por uma, ou mais, das três razões que se enunciam: «1º pelo perigo que corrião, se fossem conhecidos; como acontece em uniões clandestinas, em que há todo o interesse em ocultar os partos; ===2º pela suma pobreza dos Pais: ===3º pela sua perversidade, que suffoca em seus corações os sentimentos do amor paterno, e lhes faz considerar a criação dos filhos com hum pezo, de que procurão alliviar-se:».⁸ São três razões viáveis e compreensíveis, mas não suficientes, mesmo conjugadas. É que, não eram todos os casais, nem a maior parte, que, nestas situações abandonavam os filhos... Para entender um pouco mais é necessário perceber o conceito de «honra». Na sociedade do século passado, a exposição era ou não um acto condenável conforme o status da mulher que expunha. «A sociedade de então (...) aceitava que a mulher «honrada», isto é, com algum tipo de nobreza (...) expusesse o filho natural, ao passo que a plebeia devia enfrentar sozinha a situação».⁹ Mesmo hoje é fácil constatar uma situação deste tipo. Tomem-se dois casos semelhantes de duas jovens mães-solteiras da nossa aldeia: uma de um estatuto social mais alto que o da outra. As pessoas da aldeia referir-se-ão ao caso da primeira com condescendência, «coitada da Mariazinha, foi enganada»! À segunda, referir-se-ão com expressões do tipo de «aquela puta anda com uns e com outros; se calhar nem sabe quem é o pai»!

Até à Idade Moderna, a moral colectiva permitia que o filho bastardo vivesse com o legítimo, basta lembrar os de D. Diniz; permitia que o padre criasse os seus filhos¹⁰ e permitia que os conventos, para onde iam

os filhos segundos e as filhas, fossem bordéis. A Contra-Reforma e o seu rigor religioso-moral veio alterar tudo isto. Como os filhos bastardos não acabam por legislação, como por ela também não acabam os «vícios» nos conventos, não resta senão dar outro caminho aos bastardos: «o aborto e o infanticídio sempre foram condenados, tanto moral como judicialmente. O adultério feminino é condenado com pena capital. A única solução é parir a criança em segredo e abandoná-la».¹¹ Com o século XVI aparece então o «Exposto» e nasce a «Roda», oficializada no século XVIII. As facilidades em os pais exporem eram de valor equivalente à burocracia, quase inexistente. O Hospital de São José já tinha impressos próprios. Bastava escrever a data de nascimento, o sexo e o nome das crianças.

No referente à permanência de frases feitas, é necessário referir que a mulher não nasce mãe, educa-se. É a sociedade que propaga aquela afirmação como verdade incontestável. Nem é necessário recorrer a Elisabeth Badinter, feminista assumida, para provar a veracidade da negação desta verdade incontestável. Continuamente reafirmando o amor maternal e a beleza suprema de ser mãe, a sociedade luta pela sua manutenção *in aeternum*. Perfeitamente entendível e justificada tal atitude! Uma outra confusão frequentemente enunciada é a que refere a religião católica como a causa desta mudança de atitude face aos filhos, quer louvando o acto de ser mãe, quer penalizando fortemente o abandono dos filhos, o desleixo na sua criação e educação e o aborto. Não se nega o papel da religião. Porém, não se confunda causa com efeito: a religião é a cristalização de uma cultura e modifica-se obedecendo aos normativos dessa mesma cultura; não o contrário.

Quando os pais expunham, os seus bebés sabiam que as possibilidades deles sobreviverem eram mais que reduzidas. Expor um filho era condená-lo à morte. Há pois razão na 3ª razão apontada por Gouveia Pinto e na referida ausência de amor paternal ou maternal.

Unões ilícitas, clandestinas e pouco recomendáveis, socialmente falando, há-as desde sempre e o fruto dessas uniões raras vezes é assumido às claras, a partir do Concílio de Trento. Se o aborto não for conseguido ou se o filho não for desejado, a exposição é o passo mais natural pois que, a situação de mãe solteira na sociedade e cultura portuguesa (e católica) é de nítida inferioridade para toda a vida, seja a vida dela, seja a vida de seu filho. O aumento da população urbana, aliado a um aumento do nível académico geral e a uma entrada da mulher em cargos e lugares até há bem pouco masculinos, pode proporcionar uma vida normal a uma mãe solteira numa grande metrópole, mas nunca semelhante a uma mãe legítima, por mais bocas que o afirmem, leis que o determinem e Constituições que o consagrem.

A segunda razão de Gouveia Pinto tem também

razão de existência e prova-se quer pela positiva, quer pela negativa. A pobreza é um forte *handicap* à existência de famílias numerosas, na actualidade. Um casal dos dias de hoje não quer mais que dois filhos. Nem a casa, nem o orçamento familiar, nem as exigências de uma educação para a sociedade contemporânea se compadecem com necessidades de aumento populacional. Negar-se a criar um filho em condições miseráveis é prova de consciência por parte dos pais. Mas é, igualmente, se não mais, uma prova de individualismo e egoísmo da parte dos progenitores. Mais do que a miséria, a «libertinagem» e o «deboche», como apontam os moralistas da época, haverá sim que falar, como diz F. Lebrun, numa «miséria material e moral». A ruralidade, apoiada pela cultura popular portuguesa, pela religião e pelo Estado, acha os filhos, tal como colheitas fartas, uma benção de Deus, que é pecado deitar fora. Um filho é um bom investimento: cria-se mão de obra que, mais tarde, vai ser amparo dos pais. Assim, não cremos que, ontem como hoje, a pobreza seja razão suficiente do abandono.

Casos haverá explicados por estas três razões, por outras aqui indicadas e por nenhuma conhecida. Todos sabemos que a verdade está, muitas vezes, no que ninguém vê ou aponta! Os problemas relacionados com a sexualidade só agora começam a fazer parte dos temas abordados pelos estudiosos e a cultura portuguesa continua a opôr fortes resistências à sua análise. Por estas razões, a investigação é difícil e as conclusões podem revelar-se de pequeno alcance.

* Investigador do I.E.D.S. da U.N.L. Técnico da Equipa Nacional do Programa de Promoção e Educação para a Saúde do Ministério da Educação

2.7. Fontes e Bibliografia

2.7.1. Fontes Manuscritas

Livro de Expostos do Concelho de Idanha-a-Nova, 1820-1921

Livro de Expostos do Concelho de Monsanto, 1839-1846

Livro de Expostos do Concelho de Salvaterra do Extremo, 1837-184

2.7.2 Bibliografia

BADINTER, Elisabeth. «Quand les Parents de Débarrassaient de leurs Enfants», *Historia*. nº410, Lib. Jules Tallandier, Janeiro de 1980, pp. 69-78

CARVALHO, António Maria Romeiro. «População do Concelho de Idanha-a-Nova (1860-1910)- Primeira Abordagem», *Revista Medicina na Beira interior*. nº 5, Castelo Branco, Outubro de 1992, pp. 32-34

CATANA, António Silveira, *Aspectos da Vida Económica e Social no Concelho de Idanha-a-Nova (1850-1860)*, Idanha-a-Nova, Trabalho Dac-tilografado. 1977. pp. 77

LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, s.d., pp. 167

PINTO, António Joaquim de Gouveia. *Compilação das Providências que a Bem da Criação e Educação dos Expostos ou Enjeitados se Tem Publicado*, Lisboa. Impressão Régia. 1820, pp. 52

SILVA, Maria Beatriz Nizza, «O Problema dos Expostos na Capitania de São Paulo», *Revista de História Económica e Social*, nº 5, Lisboa, Edições Sá da Costa, Janeiro de 1980, pp. 95-104

SILVA, Josette, «Expostos», *Dicionário de História de Portugal*, Vol.II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 511-512

SOUSA, Osvaldo. «Os Exposto na Idade Moderna», *História*, nº 28, Lisboa, O Jornal, Fevereiro de 1981, pp. 40-45

THÉBAUD. Françoise, «O Medo no Ventre», in *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Lisboa, Terramar. 1992, (1991). pp. 311-124

Apêndice 1

1909-6-17, Ladoeiro. Idanha-a-Nova. Auto de Gravidez

Sumário: Por determinação do Administrador do Concelho, o Regedor da Freguesia do Ladoeiro obriga Carolina dos Ramos Mendes, grávida, solteira e maior, a jurar dar conta da criança quando ela nascer.

«Auto de Gravidez

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e nove aos dezasseis dias do mês de Junho do dito ano, neste povo do Ladoeiro.

e casas de morada do Regedor da paróquia, João Magro e Silva, compareceu depois de intimada pelo Regedor Carolina dos Ramos Mendes, solteira, maior, deste mesmo povo; e lhe foi lido um ofício do Ex.mo Sr. Administrador deste Concelho. número 257 de 15 do corrente, em que ordena e intima-a a dar conta da criança quando a der à luz, o que ela, dita Carolina dos Ramos Mendes, prometeu cumprir debaixo do juramento dos Santos Evangelhos: foram testemunhas presentes Manuel Antunes Gaio e António Nunes Marques, casados, este sapateiro e aquele carpinteiro deste mesmo povo que vão assinar comigo, não assinando a intimada por não saber escrever. E eu Manuel Antunes Pereira, secretário do Regedor que a escrevi.

Testemunhas (Assinaturas) - Manuel AntunesGaio
“ Antonio Nunes Marques

O Regedor - João Magro e Silva»

Fonte: *Livro da Correspondência Oficial da Regedoria do Ladoeiro*. 1886-1916

Apêndice 2

1900-2-3. Ladoeiro. Idanha-a-Nova. Lançamento de um Exposto

Sumário: O Regedor da freguesia do Ladoeiro comunica ao Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Idanha-a-Nova o aparecimento de um exposto.

«Levo ao conhecimento de V^a EX.^a que na noite de 6^a f'eira dia 2 do corrente e às 10 horas da noite, pouco mais ou menos, foi encontrada exposta uma criança do sexo feminino à porta da casa de Sebastião Nunes Rapozo e de Isabel Rita, jornaleiros, desta freguezia, na rua da Ladeira, da mesma freguesia, cuja criança vinha acompanhada das seguintes roupas:

4 casacos, 4 camisas, 4 coeiros, 4 carapuças, 4 corpetes, 6 baetas e um lenço onde vem embrulhada, tanto a criança como os sobreditos objectos. Remeto a V^a Ex.^a acompanhando tudo a sobredita Isabel Rita e seu marido Sebastião Nunes Rapozo. É quanto me cumpre participar a V^a Ex.^a para os devidos efeitos.

Deus guarde V^a Ex.^a

Ladoeiro, 3 de Fevereiro de 1900

Ilm^o Ex.mo Snr. Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Idanha-a-Nova

O Regedor (Assinatura) João dos Reis Sénior»
Fontes: *Ibidem*

Apêndice 3

1872-10-27. Idanha-a-Nova. Termo de Assentamento de um Exposto.

Sumário: Termo de Assentamento do exposto Vicente de Aldeia de Santa Margarida.

(margem esquerda) «Exposto
nº 235

Vicente

Termo d'assentamento do oposto nº 235

Vicente ==

Aos dezasete dias do mez de Setembro de mil oitocentos setenta e dois, n'esta villa d' Idanha a Nova e Paços do Concelho d'ella, por Maria da Conceição d'Aldeia de Santa Margarida, à ordem do respectivo Regedor de Parochia, foi apresentado um exposto recém-nascido sem signal algum natural, que por meia noite do dia dezeseis do referido mez exposto à porta de Joaquim Gonçalves Mouta, na rua do Largo das Ciras da mesma freguezia, envolvido em especial enfaxe, que constava de duas mantilhas um feleco de felpa branca tres pannaes de pano cru, um dos quaes tinha renda, 15 dois lencinhos de poncinho branco e

um vestido de chita riscada. Foi baptizado pelo Reverendo Francisco Matins Duarte desta Aldeia, que no acto do baptismo lhe poz o nome de Vicente, e foram padrinhos Joze dos Reis Colmedo e sua mulher Maria da Natividade da mesma freguezia. Do que, para constar, se lavrou o presente termo, que vai ser competentemente assignado. Eu Augusto Leitão Moreira, escrivão da Camara o escrevi.

(Rúbrica)

Faleceu o exposto no dia 27 d'Outubro de 1872

O Escrivão da Câmara

(Assinatura) Augusto Leitão Moreira»

Fonte: *Livro de Assentos de Expostos*, 1872

¹ Diderot. «Homem». *Enciclopédia*

² Dcf: Françoise Thébaud. «O Medo no Ventre». pp. 314-315

³ *Correspondência Oficial da Regedoria do Ladoeiro*, 1900

⁴ Citações de Françoise Thébaud, *Opus Cit*, p. 315. A última pertence a Michelle Perrot.

² Ver Apêndice 2.

Livro da Correspondência Oficial da Regedoria do Ladoeiro, 3-2-1900

³ Ver Apêndice 3.

Livro de Assentos de Expostos do Concelho de Idanha-a-Nova, 1872

⁵⁴ *Livro de Registo das Cartas de Guia de Criação de Expostos*, nº 51, 12-3-1881

As letras inscritas na medalha dirão: 51= nº da Carta de Guia; L 3º= Livro 3 de Registos; CB= Castelo Branco; 1881= ano.

⁵ *Livro da Correspondência Oficial da Regedoria do Ladoeiro*, 1900

⁶ Verifica-se a tendência da mortalidade geral para o Concelho de Idanha-a-Nova.

Dcf. António M.R. Carvalho, «População do Concelho de Idanha-a-Nova...», p. 34

⁷ Dcf. A. Silveira Catana, *Aspectos da Vida Económica e Social...*, p. 59

⁸ António J.G. Pinto, *Compilação das Providências que a Bem da Criação e Educação dos Expostos...*, p. 3

⁹ Maria Beatriz N. Silva, «O Problema dos Expostos na Capitania de São Paulo», p. 98

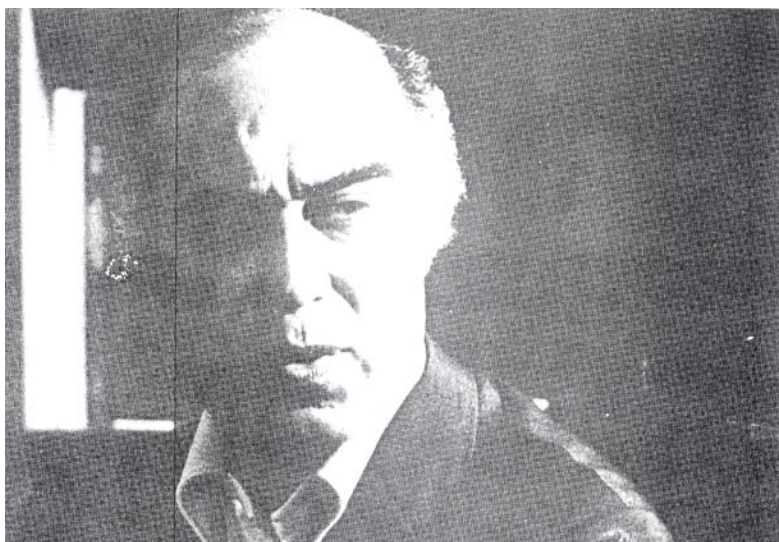
¹⁰ Há exemplos destes padres em todas as aldeias. Ainda na memória dos vivos, há exemplos de padres que fizeram filhos em mulher alheias e que iam ajudando os seus «afilhados», como há exemplos de outros padres que, de forma corajosa assumiam os seus actos e criavam os seus filhos. É o caso do Padre Manuel do Ladoeiro.

¹¹ Osvaldo de Sousa, «Os Expostos na Idade Moderna», p. 42

¹² François Lebrun, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, p. 148

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA BEIRA RAIANA NO OLHAR DE FERNANDO NAMORA: O corpo - dor e esplendor

por Maria Adelaide Neto Salvado*



“A medicina por um lado foi a minha tarimba de homem, o mergulho decisivo na vida vivida por dentro, no que esta tem de mais terrível e de mais euforizante, e, por outro, foi ela que me desvendou e recolheu o material literário.”

Fernando Namora.
Encontros Lisboa, Bertrand, 1981

Ressonâncias vindas de muito longe no tempo possui a busca de relações entre as características do espaço geográfico e as particularidades do Corpo e da Alma dos homens que a habitam. Foi na Grécia, no século IV a.C., que Hipócrates, o grande iniciador do método científico da arte de curar, traduz no seu livro intitulado “Sobre ares, águas e sítios”, as primeiras reflexões acerca das marcas indeléveis do clima de uma região em toda a dimensão do Homem.

Escreveu Hipócrates: “...se os asiáticos são hesitantes, sem coragem e de carácter menos belicoso e mais doce do que os europeus, é preciso procurar a causa essencial disso na natureza das estações...” (1) Como uma vaga de fundo, as idéias hipocráticas no respeitante às relações Homem / Ambiente, percorreram o tempo para, na Alemanha do séc. XIX, emergirem com uma nova força e uma nova roupagem.

Uma multiplicidade de factores, em que se entrecruzam interesses políticos e económicos (reunificação da Alemanha e início do seu

expansionismo colonial extra europeu) com atitudes científicas marcadas pelo Positivismo, pelo avanço da Biologia e pelo triunfo do Evolucionismo, que conduziram à transferência de conceitos e teorias das Ciências Naturais para as Ciências Humanas, foi esta multiplicidade de factores que tornou, em finais do séc. XIX, as relações entre o Homem e o Espaço Geográfico objecto de uma atenção renovada.

Com Frederico Ratzel (1882) são lançadas as bases do chamado Determinismo geográfico. O homem é, como tudo o que existe, parte da Natureza e, tal como qualquer planta ou animal, sofre a sua influência dominadora.

Escreveu Ratzel: “A concepção da Terra que considera o elemento sólido, líquido e aéreo, igual a toda a forma de vida que deles emane e que neles floresça, como um todo inseparável, unido com a história e por acções recíprocas, ininterruptas, chamo-lhe eu uma *concepção orgânica* da Terra e contraponho-a àquela que separa estas partes do globo terrestre, como se se encontrassem acidentalmente reunidas e crê poder compreender um sem as outras”. (2)

A esta luz, o comportamento do Homem e as suas obras são, pois, o fruto do cunho dos lugares que habita. Embora Ratzel tivesse reconhecido quer aos povos, quer ao Homem individual, a capacidade de defesa contra a força dominadora do clima,

conseguindo respectivamente ora através do progresso da civilização, ora através do trabalho e permanência num dado local, a sua concepção orgânica da Terra teve ressonância profunda no seu tempo.

Ellen Semple, a discípula americana de Ratzel, foi mais longe. Escreveu ela: “O Homem é um produto da superfície da terra. Isto não significa apenas que ele é filho da Terra, pó do seu pó, mas que aterra o concebeu, (...) lhe impôs tarefas, dirigiu pensamentos, criou dificuldades que lhe robusteceram o corpo e lhe aguçaram o engenho.”()

Era o triunfo das idéias de Hipócrates, na América, no limiar do nosso século.

Hoje, são outras as linhas de força que orientam a pesquisa das relações do Homem com o Espaço Geográfico.

Compreender a estrutura do espaço existencial, onde a distância e o tempo possuem uma conexão afectiva e não métrica, captar o modo como se urdem os laços de afecto ou de repulsa em relação aos lugares e às paisagens, entender como nascem e se organizam os subtis e fortes sentimentos de pertença aos lugares que nos viram crescer, são algumas da multiplicidade de questões que guiam, a partir da década de 70, a pesquisa da Geografia marcada pela fenomenologia existencial.

Como captou Fernando Namora, com o seu coração aberto às coisas e aos seres, o Espaço físico da Beira raina, onde cresceu como Homem e onde se iniciou como médico? Poderá o olhar de um Homem que não é geógrafo mas que foi médico, poeta e romancista, abarcar a realidade identitária de um espaço físico real multifacetado e diverso?

Poderão os traços de uma paisagem física ser transmitidos com rigor científico preciso através de uma linguagem metafórica e poética?

Como apreendeu Fernando Namora as marcas do Espaço físico raiano, duro e agreste, no Corpo e na Alma dos Homens, num tempo em que as conjuncturas sociais e políticas redobravam a intensidade da dureza natural, e a projectavam num existir de angústias, de revoltas, de medos e de esperanças?

Numa palavra: num existir de Corpo talhado na Dor apenas algumas vezes amenizada com raros clarões de um esplendor de Esperança. É na tentativa de resposta a estas questões, através do percurso de três livros de Fernando Namora: *A Nave de Pedra*, *Retalhos da vida de um Médico* e *A Noite e a Madrugada*, que se estrutura a minha comunicação.

“A vista, para ir longe, quer amplidão. Tanto como a penetração das coisas pede o fluir moroso do tempo. Na província vasta, no campo indolente, os olhos vêem mais, o sentir enche-se de mais coisas penetradas”, escreveu Namora⁽⁴⁾.

Talvez porque os horizontes vastos desta Beira

raiana tivessem dado a Namora a faculdade de ver mais fundo nas coisas que nunca a individualidade e diversidade morfológica do Espaço físico desta região, nem a captação do diálogo do Homem com esse Espaço belo e sáfaro, foram descritos com tanta precisão e originalidade como Namora o fez, em passagens destes três livros.

Em *A Nave de Pedra*, são as particularidades das áreas de xisto em que a fragilidade e impermeabilidade da rocha porporcionam uma rede hidrográfica densa, e uma topografia marcada por uma sucessão de cabeços arredondados, cortados por valeiros, geradora de um solo de pouca espessura, onde a vegetação timidamente cresce, que se encontram descritos com precisão e originalidade. Assim descreveu Namora a realidade geográfica da área de xisto da charneca beiroa: “Aí transposta que é a charneca com a sua cabeleira rala, nos cômodos a ferida aberta das ribeiras que descem o Tejo, por entre sobressaltos de xisto...!”⁽⁵⁾

Que outro modo mais expressivo de descrever a fraca densidade da vegetação arbustiva da charneca do que falar em “cabeleira rala”; de referir o movimento das colinas xistosas do que falar em «sobressaltos de xisto»; de salientar a fragilidade da rocha e a densidade da rede hidrográfica e a sua acção modeladora do que usar a expressão “ferida aberta das ribeiras”?

Nunca um Inselberg ou Monte-ilha (é este o nome geológico do relevo de Monsanto, da Morracha, e da Moreirinha), foi descrito de modo tão rigoroso e belo.

Relevo residual, testemunho, aqui como em qualquer parte do mundo, de climas semi-áridos (com chuvas raras mas concentradas e fortes), são estas formas da superfície da Terra caracterizadas pela inserção em ângulo agudo numa superfície aplanada da qual bruscamente irrompem como ilhas das águas do oceano. Daí o nome que a Geologia lhes deu.

Namora captou deste modo em *A Nave de Pedra* toda a originalidade desta forma geológica. Monsanto foi por ele escrito como: “...um dorso de monstro a crescer para nós até tomar conta de quase todo o céu”⁽⁶⁾: “uma nave coalhada”⁽⁷⁾, que Namora desaba a observar de vários ângulos: “Vejam-na da estrada, a enrugar o seu carão de penedias”⁽⁸⁾; e numa outra passagem: “Vejam-na dos cimos, como se observa uma saia rodada que em todos os seus Folhos tem vista”⁽⁹⁾ - escreveu ele.

A inserção brusca de Monsanto na superfície aplanada da Campina da Idanha e os contrastes morfológicos entre estas ditas formas de relevo, bem como os retoques com que a erosão foi adoçando a rigidez do ângulo da inserção nalguns locais, tudo isto se encontra com precisão em *A Nave de Pedra*: Ouçamos Namora: “Todas as suas lombas são uma floresta de alcantis que se vai amainando no encontro com a planura e nela se esbate ainda em surtos de

**Como
apreendeu
Fernando
Namora as
marcas do
Espaço físico
raiano, duro e
agreste, no
Corpo e na
Alma dos
Homens, num
tempo em que
as
conjuncturas
sociais e
políticas
redobravam a
intensidade da
dureza natural,
e a
projectavam
num existir de
angústias, de
revoltas, de
medos e de
esperanças?**



fúria ou já em oásis de macieza”⁽¹⁰⁾.

Os afloramentos graníticos em regiões de clima temperado reagem à erosão constituindo formas de relevo que se caracterizam por conjuntos de blocos de vários tamanhos e feitios que se amontoam num equilíbrio instável, que em cada momento parece quebrar-se.

Que melhor forma de expressar essa realidade geológica, e o sentimento de insegurança opressiva que ela gera, do que do modo como Namora o fez: “Por aqui, dizia eu, se encontra Monsanto. Onde a fraga se torna pesadelo”.⁽¹¹⁾

E numa passagem de *A Noite e a Madrugada*, Namora capta a imponência da crista quartzítica de Penha Garcia, e a acção erosiva do Porisul que nela nasce e que a modela com a força das suas águas.

Escreveu: “As fragas caíam do adro da igreja de Penha Garcia sobre o abismo, o rio amaciava-as de espuma ou corroía-as de furor, cavando olhos e buracas, e nos portos, em que as águas, mansas e alaistradas, alisavam a rocha, abriam-se filões de uma cor vermelha ou dourada...”⁽¹²⁾

Como percepcionou Namora as marcas da topografia rude deste espaço no Corpo e na Alma dos Homens?

Em *A Nave de Pedra*, referindo-se aos montaninhos, escreveu:

“Gente que não poderia ser invulnerável a esse contágio de rispidez. Por isso a achamos prudente no calar, de humildade austera merencória como o seu terrunho natal, mas, quando preciso acerba.”⁽¹³⁾ E numa outra passagem: “Homens e panoramas desta estremadura beiroa, de desconfiança em alerta, nos oferecem pois a idéia de um viver tão duro quanto marginal”.⁽¹⁴⁾ Em *Retalhos*, a idéia da fusão dos Montaninhos com a rudeza do monte e da rocha é assim expressa:

“Essa gente granítica, com os ossos a esticarem uma pele morena”⁽¹⁵⁾ E mais adiante: “Aquele povo soturno, endurecido a subir e a descer abismos”.⁽¹⁶⁾

O ritmo contrastante do clima mediterrânico de feição continental desta Beira raiana, em que a Verões escaldantes e secos se sucedem Invernos rigorosos

de temperaturas baixas e varridos por ventos gélidos que sopram da Raia, quando um anticiclone térmico se instala no centro da Península, é-nos admiravelmente transmitido por Namora.

Escreveu ele nos *Retalhos*: “A Campina no Estio, quando as hastes tórridas se dobram ao peso do grão, não tem o afago duma árvore (...)”.

(...) Mas em entrando Dezembro os vendavais desembestam das serras da Raia e encontram uma planície dócil...”⁽¹⁷⁾

Mas ao olhar atento de Namora não escaparam os movimentos turbilhonares desses ventos nem os efeitos das suas correntes ascensionais. Essa realidade surge-nos assim descrita nos *Retalhos*: “Pegam no pó acamado e nas folhas mortas e erguem-nas no ar: forma-se um cilindro confuso de poeira que vai rodopiando, alucinado campina fora”.⁽¹⁸⁾

Numa passagem de *A Nave de Pedra* é realçado mais uma vez o ritmo contrastante das temperaturas ao longo do ano. Diz ela: “Aqui perante estes serros taciturnos, estes alqueives desnudos abertos à fornalha do Estio ou aos Invernos agachados sobre as moradas que lembram fojos (e a neve, a sombra azul sobre o imenso coágulo branco)”.⁽¹⁹⁾

E que de outro modo mais preciso se poderá descrever a instabilidade dos estados de tempo da Primavera da raia do que falar em “dias de céu vário”, usando esta passagem de *A Noite e a Madrugada*: “A Primavera tinha-se arrastado pelo verão dentro; dias de céu vário, chuvadas abrindo a atmosfera opressiva”.⁽²⁰⁾

Como captou Namora as marcas deste clima contrastado, destes ventos gélidos e duros dos Invernos raianos, no Corpo e na Dor dos Homens?

Acerca dos efeitos dos ventos, escreveu em *A Nave de Pedra*: “Todo o ano das lonjuras encapeladas, o vento lhe enrija o sangue...”⁽²¹⁾

E numa passagem de *A Noite e a Madrugada* põe na boca de um personagem a seguinte constatação:

“É rijo como eu pensava (...) o braço de um homem. -Isto é do vento destas serras.”⁽²²⁾

Relativamente aos efeitos dos calores excessivos do Estio, numa época em que os trabalhos do campo

eram esforçados e duros, lê-se em *A Nave da Pedra*:
 “Sob a soalheira tórrida, e começando mal a alba alumia, às vezes desgastado de maleias ou das febres do estio...”⁽²³⁾

Em *A Noite e a Madrugada* é a chegada avassaladora e súbita dos calores do estio e dos seus efeitos que assim são descritos:

“O verão tardio entrava de rompante, à bruta, ensopando tudo de lassidão e a planície era um mar colorido de ervas ruins, um mar de desânimo”.⁽²⁴⁾

E numa outra passagem:
 “E sempre o vento de Espanha a trepar a cordilheira da raia, mal roçando a planície requeentada, guardando-se inteiro para fustigar o morro (...) E o trabalho, as esperanças perdidas, a magreza, a penúria de todo o ano. Sesões e tifos. Sonhos e raivas encobertos em xailes e saias escuras, em fatos de bombazina de contrabando, gente de luto”.⁽²⁵⁾

Mas é numa passagem de *Retalhos*, que mais marcadamente os efeitos devastadores de uma epidemia de tifo sob os quentes estios da raia ganham uma palpável e angustiante dimensão. Pela magia da escrita de Namora perpassa ante os nossos olhos a confrangedora visão de corpos gemendo alinhados sobre esteiras, pressente-se o adejar do sopro da morte numa atmosfera quente e opressiva, ganha forma a partilha de sentimentos de desespero e de inutilidade, porque é a consciência da nossa própria fragilidade e incapacidade perante a Doença e a Dor que as palavras de Namora magicamente fazem brotar dentro de nós.

“O tifo pressentia-se à distância. Começava por ser um odor até o sentirmos como uma presença. E depois de observar (...) esses ventres escavados, esses rostos onde a febre já nada tinha para devorar do que a ansiedade ardente dos olhos, sentei-me num cepo, ao ar livre, para que a largueza da atmosfera varresse de mim, das minhas mãos e do meu cérebro, o contágio uniforme e repulsivo.

Mas o tifo insinuara-se na terra, no vento, nas árvores.”⁽²⁶⁾

Quanto aos efeitos catastróficos do Inverno nos males do Corpo e na miséria do existir, lê-se em *A Noite e a Madrugada*:

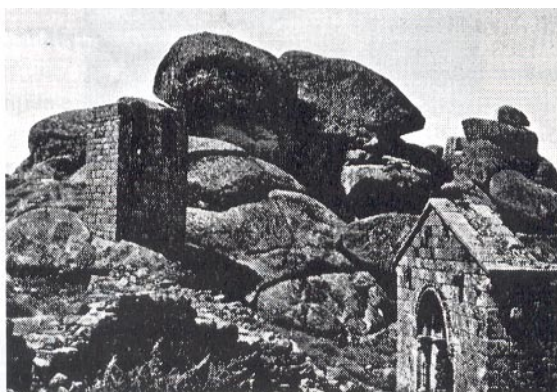
“Enquanto as tempestades e a neve cerravam os trilhos abertos nos matagais, a miséria hibernava sobrevivendo só pela vontade de sobreviver, amainando o tempo, soltava-se pelas estradas, exibindo doenças novas, chagas pelagras que inchavam e mordiam a pele”. Em *A Nave da Pedra* são as ressonâncias da

tristeza soturna do Inverno na sua própria alma que Fernando Namora nos transmite deste modo impregnado de sensível beleza: “...parece que as coisas exalam um frio de entranhas, se repassam de abandono, da distância, ora pura melancolia, com o silêncio, a unir o instante ao eterno”.⁽²⁷⁾

Referindo-se aos camponeses da campina e as aldeias perdidas nos confins da raia, Fernando Namora traça nos *Retalhos* os efeitos deste ambiente hostil:

“Camponeses bisonhos para quem a doença é acontecimento de solenidades e misérias”.⁽²⁸⁾ E mais adiante:

“Serão casas? dizem que sim. Pelo menos vivem lá Homens. E anseios e desilusões e doenças...”⁽²⁹⁾ Mas se são muitas as marcas da Dor no Corpo e na Alma dos Homens, foi na Dor que se forjou uma certa grandeza. Assim a captou e a transmite Fernando



Namora nos *Retalhos*:

“Estes são gigantes poderosos; homens que venceram as fragas, o chão xistoso e corroído, a incerteza do céu. A seiva da Terra é obra deles. E paradoxalmente vivem em casinhas tristes, de granito despido, eles os reis! São as alavancas do mundo, têm dentro de si as chaves do reino e de nada se servem”.⁽³⁰⁾

Mas se ao longo destes três livros prepassa uma dor profunda que se projecta no Corpo e no existir, Dor despreendida das agruras do relevo e do clima, eles deixam de igual modo adivinhar que essa Dor saída da Natureza é reforçada, agudizada, por uma estrutura fundiária distorcida, que tornava esta terra avara e agreste pertença apenas de alguns.

Por isso, uma outra Dor brotava das profundezas da Alma do Homens, quando uma realidade dolorosa era consciencializada e que Namora assim exprime:

“Nós temos os nossos corpos, corpos miseráveis. O dinheiro existe para comprar o esforço desses corpos. Nosotros temos o corpo vendido”⁽³¹⁾ “afirma uma personagem de *A Noite e a Madrugada*. Mas as breves e fugazes clarões de Esperança perpassam de forma pungente nestes três livros, retratos ímpares e autênticos⁽³²⁾ de um tempo desta Beira raiana. E é no Corpo que Namora projecta a chama dessa luz nova.

Quando duas personagens de *A Noite e a Madrugada*, depois da noite tempestuosa no Erges lutando com a fúria das águas assassinas, sobem a íngreme margem do rio ao encontro dos outros contrabandistas seus companheiros, escreveu Namora: “O grupo viu-os de longe, avançando em

passos arrastados; e depois o vento agitou as estevas, desnudando a rapariga, cujo corpo reflectiu toda a luz e todo o sonho renovado da madrugada”⁽³³⁾. Que de outro modo mais belo do que este, nessa Beira raiana em tempo de servidão, se poderia gritar a Esperança do Esplendor num modo de Homems solidários?

* Licenciada em Ciências Geográficas. Docente na Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Notas

- 1) Hipócrates, sobre ares, águas e sítios.
- 2) Frederico Ratzel, *Anthropogeographie*, vol. II, p.2. Citado em Horácio Capel. *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea*, Barcelona, Barcanova, 1983.
- 3) Ellen C. Semple *Influences of Geographic Environment*, p.1, 1ª edição, 1991.
- 4) Quirino Teixeira. “Vinte e seis anotações a propósito da entrevista em Outubro com Fernando Namora”. Lisboa, Flamingo, 1987, p.55.
- 5) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, Lisboa, Bertrand, 1981 p. 9
- 6) Fernando Namora, Op.cit., p.12
- 7) Fernando Namorei, op., cit., p. 9
- 8) Fernando Namora, op., cit., p. 18

- 9) Fernando Namora, op., cit., p.19
- 10) Fernando Namora, op., cit., p. 20
- 11) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, pag. 12
- 12) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*, p.25
- 13) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, pag. 21
- 14) Fernando Namora, op., cit., p. 13
- 15) Fernando Namora, *Retalhos da vida de um médico*, Lisboa, círculo de leitores, 1975, p.17
- 16) Fernando Namora, op., cit., p. 17
- 17) Fernando Namora, op., cit., p.136
- 18) Fernando Namora, op., cit., p.136
- 19) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, p. 10-11
- 20) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*, p. 241
- 21) Fernando Namora. *A Nave de Pedra*, p. 23
- 22) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*, p.124
- 23) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, p. 29
- 24) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*, p. 211-212
- 25) Fernando Namora, op., cit., p. 154-155
- 26) Fernando Namora, *Retalhos*, p. 507-508
- 27) Fernando Namora, op., cit., p.155-156
- 28) Fernando Namora, *A Nave de Pedra*, p. 11
- 29) Fernando Namora, *Relalhos*, p. 507
- 30) Fernando Namora, op., cit., p. 137
- 31) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*,
- 32) Fernando Namora numa das entrevistas publicadas em *Encontros* afirma: “Os meus livros traçam com fidelidade a jornada do homem: representam um itinerário das minhas andanças por terras de vários matizes (...)”. É essa fidelidade, essa autenticidade vivencial, esses retratos duma realidade pungente tornavam por vezes incómodos os seus livros.
- Do mesmo modo, numa das entrevistas de Encontros, F.Namora dá justamente a proibição da cinematização por António Macedo de *A Noite e a Madrugada* como exemplo de certas práticas de silenciamento“ e tentativas de “apoucar a ressonância” dos seus livros.
- 33) Fernando Namora, *A Noite e a Madrugada*. p. 149.

UM PARTO PRODIGIOSO EM CASTELO BRANCO NO SÉCULO XVIII

por Pedro Miguel Salvado*

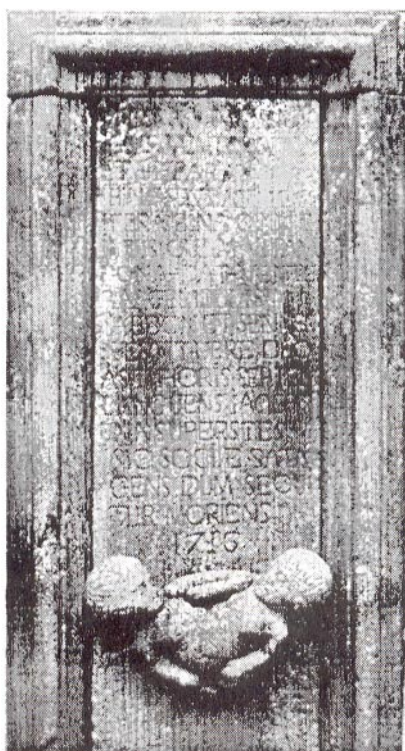
Existe na colecção epigráfica do Museu Francisco Tavares Proença uma inscrição que, mais pela representação escultórica que contém do que propriamente pelo seu texto, foi constituindo ao longo dos tempos um referente na construção histórica da memória albicastrense: - a chamada lápide dos gémeos siameses⁽¹⁾. Proveniente da já desaparecida igreja de S. Brás de Castelo Branco, o monumento é uma placa em granito cuja primeira percepção visual se concentra na escultura de duas crianças ligadas pelo abdómen. Ocupando quase todo o campo epigráfico, desenvolve-se um texto em latim sendo a sua tradução: “São uma só as vísceras, o baixo ventre, o sexo e o fígado: duas são as almas (vidas) e duplo (é) o resto, o que deixará de restituir a Deus a vida que a boa ventura dá. Porém, a única sobrevivente, enfraquecendo, vive sete horas, enquanto, a moribunda segue do mesmo modo a companheira. 1716”⁽²⁾. Relatório público de anatomia, a epígrafe transmite-nos hoje uma mensagem redigida e reproduzida com uma intenção perfeitamente identificável: a perpetuação para o futuro de tão singular caso de gemilidade.

A lápide foi mandada gravar por D. João de Mendonça, bispo da Guarda e fundador dos belos jardins anexos ao Paço Episcopal, construção de traça arquitectónica dos finais do século XVI, começada a ser edificada em 1586 durante o bispado de D. Nuno de Noronha e que funcionava como residência de Inverno dos prelados egitanenses. D. João de Mendonça, filho do 3º conde de Vale de Reis, estudou Humanidades e Filosofia no Colégio de S. Antão em Lisboa, e Direito Canónico em Coimbra onde foi lente das cadeiras de Clementinas e de Véspera. Assumindo o bispado em 1712, a sua ligação a esta vila do sul da Beira foi apaixonada e forte. De 1714 a 1717 presidiu à Misericórdia e, em 1730, aqui funda o

Recolhimento de Sta. Maria Madalena para convertidas. A 2 de Agosto de 1736, e depois de ano e meio preso ao leito, teve o seu encontro com a morte, *realidade* representada no seu recôndito e contemplativo jardim de S. João Baptista. Grande coleccionador, o acervo do Paço testemunha bem o seu interesse pelas artes e o seu grau de erudição. Mais do que as porcelanas, os quadros, as tapeçarias, as jóias ou o extraordinário conjunto numismático que possuía, foram os dois mil e duzentos e quarenta e cinco tomos que constituíam a sua livreria, impressos em várias línguas e abrangendo temáticas muito diversificadas, que nos possibilitam afirmar ter sido ele um homem perfeitamente inteirado do que era a cultura europeia, principalmente a peninsular, do seu tempo⁽³⁾.

Ora, que razão terá levado este bispo informado e perfeitamente aculturado ao novo espírito do Barroco, cuja obra máxima foi o jardim do seu Paço, uma autêntica comogonia nesta vila do interior de Portugal, a mandar gravar uma lápide comemorando um acontecimento tão insólito e a colocá-la na parede do lado da Epístola de S. Brás, en-

tre a capela lateral e o arco da capela absidal, quebrando assim as exigentes *Constituições* do seu próprio bispado? Nesses tempos encontravam-se em uso as *Constituições* mandadas imprimir em 1686 por Frei Luis da Silva. No capítulo III “Da decência, pintura e aprovação das Imagens sagradas estipula-se: - O Sagrado Concílio Tridentino nos encomenda que tiremos todos os abusos, superstições e indecências que nas Imagens Santas e pintura delas haja. Pelo que mandamos que nas igrejas e ermidas do nosso bispado não haja em retábulo altar ou parede, imagens que não sejam Cristo Nosso Senhor e dos seus mistérios da Cruz e da Virgem Nossa Senhora e seus mistérios ou dos Anjos ou Santos canonizados ou



ABDON e SÉMEN os santos escolhidos para o nome dos gémeos foram mártires romanos de origem oriental executados em Roma no séc. III. O seu atributo é uma espada nua instrumento do seu martírio.

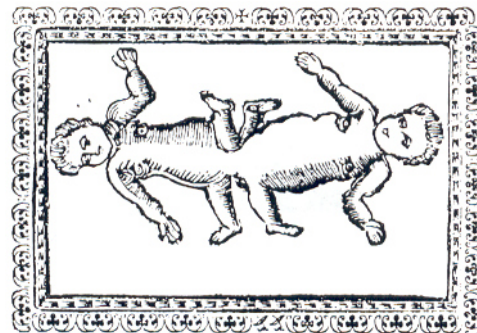
beatificados; se as houver sejam tão convenientes e decentes que confirmem com os mistérios da vida e milagres dos originais que representam e assim na honestidade dos rostos, perfeição e proporção dos corpos e no ornamento dos vestidos, sejam esculpidas ou pintadas com muita decência e conforme à verdade das histórias sagradas e não contenham ou representem cousas vãs, supersticiosas ou apócrifas ou que dêem ao povo matéria ou ocasião de erro⁽⁴⁾. As *Constituições Sinodais* constituíram a materialização dos ecos de Trento nesta periferia da Beira, região que se caracterizou quase sempre por um certo atraso cronológico e conservadorismo na aplicação e difusão na paisagem de novas formas artísticas. Uma realidade que poderá ser justificada pela sua situação fronteiriça com todas as instabilidades demográficas e de povoamento que lhe estiveram inerentes desde a sua formação. Com a aplicabilidade das normas emanadas de Trento, todas as actividades artísticas postas ao serviço de Deus passaram, e como afirma Vítor Serrão, a "ser visionadas sob a mais estrita vigilância, cuidando-se do rigor "histórico" das representações evangélicas, da clareza da sua mensagem alegórico-moralizante, da intensidade do seu convite à prática devocional dos fiéis e, naturalmente, proibindo-se as liberdades formais lidas por "obscenas", de "pouco decoro" (...) consideradas, por isso, impróprias para lugares de culto "⁽⁵⁾.

As normas tridentinas foram, nesta Beira rigorosa e rapidamente cumpridas. E ao reorganizarem-se todas as linguagens religiosas pré-existentes, provocou-se um grande choque psicológico nas comunidades pela introdução forçada de significativas mudanças nos seus sistemas de valores e das suas visões do mundo. Apontemos, e como exemplos, a parcial destruição das pinturas murais de Nossa Senhora de Mércules em Castelo Branco, as da capela-mor da ermida de Nossa Senhora da Oliveira da Orca (Fundão), ou o enterramento do magnífico cálvário gótico existente na capela de Nossa Senhora da Granja em Proença-a-Velha⁽⁶⁾.

As representações do corpo foram das mais atacadas e controladas. Daí, a interrogação do porquê da alteração por parte de D. João de Mendonça das linhas impostas pelas *Constituições* do seu bispado. O facto de ter mandado colocar a lápide comemorativa do nascimento num templo que à data servia de matriz da freguesia de Santa Maria, não nos revelará antes, e mais do que um esquecimento ou ruptura com o corpo normativo, uma nova atitude por parte do prelado face à construção de novos cenários comunicativos conviventes nos templos?

A inscrição remete-nos para outra questão. Ela constitui um objecto de memória. Ao representar os corpos dos recém-nascidos, faz reaparecer aquilo que desapareceu. Por outro lado, a presença do texto

escrito assume grande importância na medida em que qualquer relato transmitido através das inscrições ficar inalteravelmente fixado e o processo da sua composição definitivamente encerrado⁽⁷⁾. Mas as recordações são maleáveis e necessitamos compreender sempre como e, principalmente, por quem foram moldadas. Tanto o texto como o seu elemen-



to escultório formam apenas uma parte reduzida do acontecimento teratológico, provocando por isso mesmo a interrogação do que é que terá sido esquecido, tendo presente que neste período a censura oficial de recordações incómodas estava ainda bem viva. Isto é: que versão do facto se registou e preservou ou como foi construída, pensada e dada a ler? Temos bem presente o cuidado que acarreta ir dos discursos aos factos, já que as representações são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forja constituindo realidades de sentidos múltiplos. As fontes que possuímos para a tentativa de uma tênue construção biográfica do fenómeno são apenas meros instrumentos de mediação entre a verdade do facto e a sua representação.

Encontram-se já publicadas algumas fontes que nos possibilitam essa aproximação ao acontecimento: os assentos de nascimento e de óbito das crianças e uma notícia divulgativa do evento publicada na *Gazeta de Lisboa* poucos dias depois do parto.⁽⁸⁾ Ora, um acaso colocou-nos na pista de algumas das motivações que poderão justificar a feitura da inscrição e da compreensão das realidades que ela nos pretendeu transmitir. Compulsando a obra de Bráz Luis de Abreu *Portugal Médico* (...) ⁽⁹⁾, deparámos no capítulo "Homens Monstruosos" com a seguinte indicação: "Houve muitos que nasceram com duas cabeças, quatro braços e outras tantas pernas dos quais sirva de único exemplo entre tantos o monstro que se viu e de quem escreveu eruditamente com um discurso mui parecido ao assunto o Dr. Bernardo Pereira médico da vila do Sardoal."⁽¹⁰⁾. Consultando os fundos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e nas obras provenientes do antigo colégio de S. Pedro, localizámos o texto referenciado por Abreu. Trata-se do *Discurso Apologético que em defesa dos prodígios da natureza vistos pela experiência e qualificados por força de um sucesso para conhecimento de muitos efeitos e ocultas qualidades*, editado em Coimbra, no Real Colégio das

Gravura incluída no Discurso de Bernardo Pereira.

Artes da Companhia de Jesus em 1719, três anos depois do acontecimento teratológico. O discurso mereceria o seguinte comentário por parte de Barbosa Machado: “Este discurso é acerca de um monstro que nasceu na vila de Castelo Branco em que se mostra o autor sumamente versado em erudição sagrada e profana⁽¹⁰⁾. Dedicado ao ilustríssimo Bispo D. João de Mendonça, o discurso apologético enquadra-se já na charneira de um novo posicionamento científico, marcando o ténue início de um novo discurso, e testemunha elucidativamente esses tempos de transição e de construção da ciência médica que foram os do primeiro quartel de século XVIII. Começa o autor por reconhecer a dificuldade da abordagem do fenómeno. Recorrendo à metáfora do mundo como teatro, tão ao gosto do barroco, afirma que: “Acham-se no vastíssimo teatro deste mundo tão inextricáveis segredos e incompreensíveis efeitos da Natureza, que nem à força das mais futilíssimas raciocinações, nem por virtude do mais eficazíssimo discurso se podem conhecer, ficando só por conta do mais sólido juízo o admirá-los, já que não é possível compreendê-los; sem



D. João de Mendonça numa pintura anónima. O Bispo da Guarda introduziu o retrato como símbolo do poder na então Vila de Castelo Branco

que se possa conjecturar menos ciência quando a confissão da ignorância em semelhantes particulares é o mais acertado conceito”. Reconhece que “querer de tudo pode ferir a causa, investigar as razões é mais próprio dos indiscretos que dos entendidos pois as razões mais doudas confessaram a ver coisas tão ocultas, propriedades tão recônditas, virtudes tão específicas,

recíprocos consensos, simpatias e magnetismos tão imperceptíveis que a melhor razão destes segredos é o não poder investigar”. Será a partir de três questões (“que causa haveria para tal sucesso; se poderiam viver estas crianças; e se nelas haveria uma só alma”) que Bernardo Pereira construirá o seu texto. O autor embrenha-se num desenvolvimento semi-teológico/semi-experimentalista com a repetida afirmação de o *Discurso* ser o resultado da sua observação pessoal, “a ocular experiência (...) é mais adequada prova de credulidade”. Assim apresentou o caso: “Na notável vila de Castelo Branco uma mulher chamada vulgarmente a Bragança, casada com António Simão, natural de Caféde e moradores na dita

vila junto ao Castelo defronte da porta principal de S. Brás em 14 de Julho deste ano de 1716, pela uma hora depois do meio dia pariu duas crianças, que se conheciam ser diferentes por terem duas cabeças, quatro braços e quatro pernas. Porém com um só ventre em que ambas estão unidas de sorte, que dos peitos para baixo é tudo a mesma coisa, com um só umbigo para uma ilhargia, e dessa parte as pernas direitas e bem formadas, e via anterior do lócio, e uma só parte genital mulièbre, e outra parte, outras pernas, das quais uma só é aleijada e retorcida e ambas se vêem mal estando deitadas, e têm desta parte também virilhas sem sinal algum de qualquer sexo (...). Têm os rostos alegres e perfeitos, mãos e pés bem organizados e sem deleito algum mais que a dita monstruosidade da união. Finalmente são duas criaturas com um só ventre e duas vias somente para as dejeções alvinas e diuréticas que ambas se servem para a expulsão, mamam ao mesmo tempo, ambas pegando cada uma em seu peito, choram e riem em tempo e intervalos diferentes de tal sorte que uma ri e outra chora ao mesmo tempo, e muitas vezes, pelo contrário, ambas choram e riem”. Ainda que com a curiosidade maravilhada e fascinada, isso não impediu que o autor tecesse uma definição da sua análise - os casos monstruosos: “Suposto na opinião de muitos esta palavra monstro se deve tomar por coisa horrível e formidável sem semelhança de espécie e indivíduo, pois nem tudo o raro e que sucede fora do uso e costume natural se pode chamar monstro; Contudo eu o tomo aqui mais lato modo que tudo aquilo, que ainda que naturalmente suceda, extra ordinem, e consuetudinem evit, ou já representa, ou não aspecto de hendiondo e desagradável contando que não tenha a perfeição devida mas antes se veja defeito ou pecado da mesma natureza”. Monstro para o autor é, portanto, só aquilo que se afasta do curso da natureza. E, se este tinha sido o particular caso que, como diz, o tinha obrigado a escrever o *Discurso*, o assunto não lhe era de todo estranho, afirmando “Não tivesse lido vários a meu parecer semelhantes que ficam agora críveis por terem o abono do presente”. São alguns os casos relatados pelo autor ao longo do texto. Aí se misturam exemplos da mitologia clássica e tabulações fantásticas com outras recordações de casos medicinais estranhos como o descrito por Amato Lusitano que é assim referenciado:

“Como conta também Amato Lusitano cuja verdade se experimentou também na notável vila de Castelo Branco (onde há ainda testemunhas de vista) numa mulher já bem provecta na idade chamada por alcunha a Carramenha, que aviou uma sua neta com leite próprio se bem que isto se atribui a milagre de Nossa Senhora da Graça, a quem a ofereceu ⁽¹¹⁾. Relativamente à pergunta se se estaria perante uma ou duas almas, opina que: “Se aqui não dessem duas almas não haveria acções diversas a um tempo como

se experimenta de rir uma, chorar outra, querer mamar e a outra não, porque semelhantes acções não podem nascer de uma só alma “. Não admitindo ser possível a sobrevivência das crianças, aponta algumas causas genéticas, como a qualidade do sémen onde desautoriza a posição de Fonseca Henriques face ao problema, assumindo uma atitude de dúvida científica ao considerar a qualidade da sua observação: «O que suposto e deixar por averiguar se foi certo ou não, saírem aquelas de Castelo Branco, ambas com as cabeças ininteriores sem ter a mãe parto laborioso como costuma haver nos monstros, mas antes muito poucas dores e por breves espaços e se no tempo de gestação teve queixa alguma; porque a dita mulher me certificou lograra sempre saúde perfeita e que o parto saíra como digo e a outras pessoas disse o contrário o que é mau de averiguar para saber a certeza do que experimentou ou a quem falou a verdade». Ainda era difícil arrancar estes casos naturais ao domínio do oculto e do providencialismo divino, não sendo pois de estranhar as causas apontadas por Bernardo Pereira explicativas do fenómeno. Para o médico, «este prodígio teria por causa querer Deus nosso senhor mostrar anúncio feliz a toda a Cristandade, e funesto auspício aos inimigos da fé católica dando a entender ao Mundo que unidas as armas dos Reinos Cristãos com as do Invictíssimo Imperador Carlos VI saberão destroçar os bárbaros Otomanos (com pouca efusão de sangue católico) Os fundamentos para esta boa esperança se descobrem são o nascer estas criaturas em tempo, em que as armadas cristãs, e principalmente a Lusitana saíram gostosas rompendo os mares e líquidos espessos desse marítimo golfo” (...) foi a véspera do dia em que nasceu o em que a igreja solenizava Santo Anacleto Papa e Mártir, o dia depois, o em que festejava Santo Henrique Imperador, e o dia do nascimento foi, o em que tributava culto ao seráfico Doutor S. Boaventura, e vendo nos pontífices como o Santo Padre Clemente XI, impelido do amor da fé, os bispos, e todo o clero e mais cristandade do mesmo affecto arrebatador e, o invictíssimo Imperador na defesa da Igreja todo empenhado e nascendo as tais criaturas em dia, em que aquela tributava rendimentos a santos, que logramos mesmos títulos dos varões que à empresa tão relevante dirigem todo o seu cuidado, que devemos esperar senão uma boa ventura e que ficará redimida a escravidão, abatido o poder dos Turcos». O autor justapõe à estrutura do tempo profano do acontecimento uma outra que marcava o calendário do tempo sagrado, recuperando a função explicativa do que significava para a época a existência destes casos monstruosos. As mentalidades de então achavam que os monstros «serviam para mostrar vários acontecimentos futuros ou às monarquias ou aos príncipes». Mas, e perguntamos: quais terão efectivamente sido o contexto sócio-cultural e os

actores desta interpretação e das suas associações teológico-terrenas?

Notavam-se nessa altura por todo o país sintomas de inquietude e de apreensão pelo envolvimento armado do Estado numa situação de conflituosidade iminente e anunciada. Veneza tinha apelado para o Papa e para o Imperador Carlos perante perigo do avanço e ocupação turca do Mediterrâneo. O Imperador declara guerra ao Sultão em Maio de 1716, recorrendo o pontífice aos reis de Espanha e Portugal.

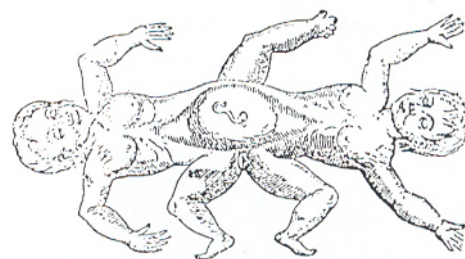
D. João V promete enviar uma esquadra de auxílio que sairá do porto de Lisboa sob o comando do Conde de Rio Grande, Lopo Furtado Mendonça, a 5 de Julho de 1716. Quando a armada chegou a Corfu, já as tropas do Sultão haviam retirado para Oriente.

A interpretação apresentada por Bernardo Pereira possivelmente terá sido a do próprio bispo. O autor segue ao longo do seu Discurso toda uma tradição escolástica disciplinadora da interpretação do fenómeno. A religiosidade controlava então todos os momentos da vida, e como afirma Iva Delgado: “A adesão sentimental e intelectual à verdade divina e a crença na perfeição da ordem racional são correlativas, já que a sabedoria consiste no conhecimento ou reconhecimento de que o divino existe na esfera do homem e na própria natureza”⁽¹²⁾. Por outro lado, o discurso interpretativo e a lápide foram instrumentos operativos ao actuarem sobre a comunidade, conduzindo-a nos seus comportamentos e recordando-lhe o poder que nela mandava. Ao associar o fenómeno a essas duas ordens de tempo, e com nítido aproveitamento político através da interpretação, o bispo não só terá determinado aquilo que era memorável como também a maneira como seria recordado ao apoiar a divulgação do caso.

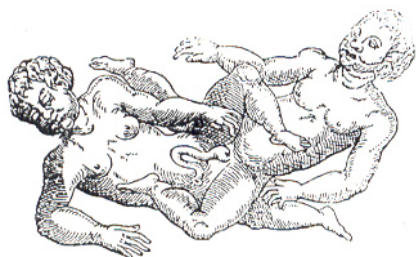
Isso mesmo nos informa Bernardo Pereira quando afirma que “bastava para tirar todo o escrúpulo, a pública fama, o cuidado desvelo, com que o Ilustríssimo Senhor João Mendonça procura eternizar este caso na memória dos vindouros mandando-o esculpir e fazer lâminas perduráveis para o conhecimento da prosperidade e admiração dos que



O caso albicastrense na visão da *Gazeta de Lisboa*



o virem”. Apontam-se assim as duas componentes justificativas que a feitura da lápide e das estampas poderão ter querido apreender e transmitir: a reprodução, para o futuro, do acontecimento, e, paralelamente, a continuidade da exploração da admiração que o mesmo provocou. Informa-nos Bernardo Pereira que “admiração excessiva causou este sucesso a quem dele teve notícia, ou o chegou a divisar com a própria vista e sei eu que algumas pessoas que o têm por fabuloso, pois por tal reputam



tudo o que não foi objecto dos seus olhos, seguindo o conselho de Alciato, que pintando em e m b l e m a um olho na

palma de uma mão deu a entender que era temeridade dar crédito aos que os olhos não chegaram a ver ou não foi palpável com as mãos”.

A lápide e as estampas confirmavam assim a realidade do fenómeno. As fontes disponíveis permitem-nos tecer algumas considerações a propósito de como terá sido sentido e vivido o estranho nascimento pela comunidade albicastrense de então. O parto ocorreu numa terça-feira do dia 14 de Julho por volta da “uma hora depois do meio dia”. A parturiente chamava-se Maria Mendes Bragança, conhecida entre a vizinhança só pela Bragança, casada com António Simão, jornalista natural de Cafede, povoação do alfoz de Castelo Branco. O casal habitava numa casa “junto ao castelo defronte da porta principal de S. Brás”. A zona envolvente da antiga fortaleza templária há já muitos anos que não era o coração desta vila fronteiriça. A própria silhueta, principalmente para quem vinha do Norte e do Este, tinha-se modificado com o avanço da malha urbana para os arrabaldes, com a construção de novos espaços habitacionais e de novas obras religiosas. O bulício do aglomerado concentrar-se-ia na Praça onde se situava a *domus municipalis* e onde confluíam todas as ruas das artes, e dos ofícios. De certo que estaria ainda presente na memória das gentes que habitavam na parte alta do monte as últimas e devastadoras incursões castelhanas aquando da Guerra da Sucessão. Até à data, o centro religioso da freguesia era o velho templo de Santa Maria que, numa descrição de um Tombo de 1706, apresentava o seguinte aspecto: “Tem cinco capelas, todas arruinadas e queimadas como está toda a igreja, destelhada e aberta de todo, por causa da invasão dos inimigos em dia de Corpo de Deus⁽¹³⁾. A igreja de S. Brás situava-se junto à porta do castelo, e o seu portal tinha sido erguido em 1701, “conforme a era

esculpida sobre o arco da porta, e dentro da cornija há, em meio relevo, um livro e uma mitra de pedra que denota ser ermida de S. Brás.(...). A sacrestia era pequena mas o vigário de Santa Maria quando passou para a ermida a freguesia, pediu a José da Costa, homem principal de Castelo Branco para lhe ceder um pedaço de quintal, o que este fez graciosamente”. Na altura do acontecimento, S. Brás era então a igreja matriz da freguesia. Ora, foi a este espaço que a população albicastrense terá ocorrido em busca de notícias do fenómeno. Durante as duas primeiras semanas de vida das crianças, a antiga rua do Mercado tornou-se o ponto de interesse do quotidiano da vila, com os múltiplos e distintos sons e odores. As fontes não nos indicam qualquer assistência ao parto por comadres parteiras como era hábito. As crianças foram logo baptizadas “por um homem que se achava na casa dos pais⁽¹⁴⁾”.

Nessa altura, o corpo era, através do baptismo imediatamente afectado pela religião e inscrito nele o texto da lei. Como se indicava nas *Constituições*, as determinações face ao baptismo eram rigorosas: “acontecendo que alguma criança (...) esteja em perigo antes de receber o Baptismo na igreja, pode e deve ser baptizado por expressão e em qualquer lugar, e por qualquer pessoa homem ou mulher, que presente se achar. (...). O Baptismo fica valioso, concorrendo matéria e forma e a intenção que a igreja requer. E quando o que baptiza disser as palavras da forma, irá juntamente deitando água sobre a cabeça, rosto ou corpo da criança”. O Baptismo do caso foi contudo reafirmado “sub condicione pelo vigário por lhe “parecer que o homem que as baptizou nessas necessidades do parto, se perturbou vendo tal prodígio”. Como indicavam as *Constituições*, “quando por necessidade se fizer o baptismo fora da igreja, mandamos aos párocos que logo no mesmo dia, ou tanto que tiver notícia dele, se informem diligentemente da parteira ou pessoa que fez o baptismo (...) e achando que houve alguma falta substancial (...) o tornarão a fazer logo se a criança estiver em perigo. (...) se contudo estiver em dúvida se foi valioso fará de novo, dizendo as palavras da forma condicionalmente na maneira seguinte, si none este baptizatus, vel baptizata Ego te baptizo in nomi di patris e Fili e spiritus santus amen⁽¹⁵⁾. A 21 de Julho foram lhes expostos os santos óleos falecendo a 31 do mesmo mês: “uma faleceu das 8 para as 9 horas da noite a outra na quinta-feira pelas 7 da manhã”. Durante os 16 dias de vida das crianças, o bispo e os seus médicos e boticários acompanharam o fenómeno e uma certa curiosidade científica terá provocado de certo a ordem episcopal para que se procedesse à sua autópsia. O prelado antecipou-se mesmo ao reitor da Universidade de Coimbra quando este, em 1739, chamava a atenção para a inexistência de práticas anatómicas na sua escola e recomendava ao novo lente de Anatomia que

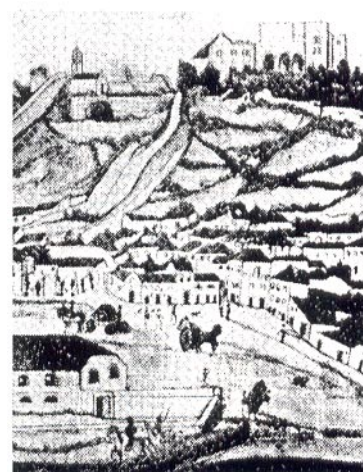
seguisse os autores modernos que melhor se parecessem ainda que as suas verdades fossem contrárias à de Galeno. Onde se terá efectuado a dissecação? No Paço, onde existia uma botica, ou no Hospital da Misericórdia?⁽¹⁶⁾

Depois da anatomia a tarefa do episcopal foi fomentar a perduração da memória do acontecimento através da lápide, das lâminas e do próprio *Discurso*. A publicação deste, foi a resposta semi científica a uma autêntica proliferação de falsos fenómenos que a Europa acompanhou durante a primeira metade do século XVIII. Esses tempos foram marcados por um certo tipo de literatura lida, recortada, ouvida e vista com grande avidez pelo grande público, a dos folhetos ou papéis volantes. As suas temáticas desenvolviam-se sempre a partir de relatos fabulosos do aparecimento em várias partes do mundo de numerosos fenómenos, monstros e prodígios da natureza. E esta fascinação geral pelo exótico foi aproveitada pelo poder político na medida em que desviava a atenção do público leitor por géneros literários mais críticos e fomentava o desinteresse pela ciência nascente. Por outro lado, na medida em que os relatos e a maior parte dos casos monstruosos e prodigiosos (que actuavam nos inconscientes colectivos causando temores, angústias e ansiedades) ocorriam em terras longínquas despoletavam no povo sentimentos de tranquilidade e de agradecimento ao poder pela paz interna, atitudes tão caras a um regime absolutista.⁽¹⁷⁾

As representações do fenómeno albicastrense assumem sentidos múltiplos. No caso das gravuras, por exemplo, a apresentada na obra de Bernardo Pereira afasta-se do modelo fruste da que foi publicada na *Gazeta de Lisboa*, esta talvez má cópia das de Paré,⁽¹⁸⁾ Boistuu ou de Gesner que então circulavam pela Europa. A existência de uma cercadura encimada por uma cruz, sacraliza e legitima a representação, individualizando-a face a outros modelos então existentes. Relativamente à lápide, qual terá sido o seu papel e função na então vila de Castelo Branco? Apenas a perpetuação do acontecimento para as gerações vindouras e que, segundo nos indica Pinto Garcia, passaram a comemorar a partir de então o acontecimento com festas sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Parto⁽¹⁹⁾, ou estaremos perante um discurso muito mais subtil por parte de D. João de Mendonça? A inscrição continha uma mensagem escrita apenas acessível a uma pequena minoria da comunidade albicastrense. Os antropónimos Abdon e Sénen, ainda que santos escolhidos do calendário religioso, eram estranhos à comunidade. Portanto, o elemento mais comunicativo deste monumento bicultural era sem dúvida o seu elemento escultórico. A sua própria localização, a marcar o lugar do enterramento das crianças “entre o altar do Nome de Deus e a porta travessa” da ermida, foi uma escolha

que pela sua particularidade espacial nos indicia o desejo de recordar o fenómeno. A escultura captava a atenção das gentes, qualquer que fosse a vez que entrassem no templo. Tal processo penetrava nos espíritos por caminhos que nada tinham a ver com a valoração dos elementos racionais, mas sim com o jogo e a excitação sensorial obtidos pelo deslumbramento e pela admiração repetida durante todo o calendário religioso.

É que, também aqui nesta vila do interior de Portugal, os medos e os receios perturbavam o equilíbrio dos seus quotidianos. Era então imperioso mover e controlar os seus desânimos e as suas vontades⁽²⁰⁾. No Portugal dos inícios do século XVIII, nesta vila que sofria o seu destino histórico resultante da sua posição fronteiriça, o nascimento prodigioso terá sido assim aproveitado para continuar a deixá-la em suspenso, a apaixoná-la com o novo, a surpreendê-la com a descoberta do não credível, em suma, a continuar a viver o seu dia a dia controlado,



Nesta pintura de Pires da Fonseca datada da primeira metade do séc. XIX, a igreja de S. Brás ainda nos surge intacta ao lado da antiga fortaleza.

* Licenciado em História. Docente no ISMAG - ISHT Universidade Lusófona

Notas

1) A primeira referência à inscrição é um trecho de um Auto constante do livro do Tombo da comenda de Cristo, datado de 13 de Outubro de 1753: “À parte de cima da porta travessa virada ao poente, está uma pedra metida na parede, na qual existe retratado um prodigioso parto que houve nesta vila no ano de 1716 (...)”.

Joaquim Augusto Porfirio da Silva, *Memorial chronológico e descriptivo da cidade de Castello Branco*, Lisboa 1853, pp. 81-82; António Roxo, *Monographia de Castello Branco*. Elvas, 1890, pp. 202-203; João de Orjaes “A ermida de S. Brás”, in *Terra da Beira*, Castelo Branco, 1936, p.4; J. Ribeiro Cardoso, *Castelo Branco e o seu Alfoz: Achegos para uma monografia regional*, Castelo Branco, 1953, p. 151-154, Manuel Tavares dos Santos, *Castelo Branco na História e na Arte*, Castelo Branco, 1958, p. 160-161; Anacleto Pires da Silva Martins, *Esboço Histórico da cidade de Castelo Branco*, Castelo Branco 1979, p. 10.

José Lopes Dias, em *Francisco Tavares de Proença Jr. fundador do Museu de Castelo Branco (Vida e obras)*, Castelo Branco, 1967, transcreve um “fragmento do roteiro que consta dum Caderno de Notas e Lembranças

de Tavares Proença Jr.". (op. cit. p. 132), onde se apresentam duas datas de entrada da epígrafe no museu: "(...) da capela de S. Brás. Entrou em 24-12-905. Of. pela Junta de Paróquia. C. Branco» (op. cit. p. 137-138) para mais à frente (p. 143) copiar que "a pedra dos Gémeos da Capela de S. Brás entrou em 24-1-909 oferecida pela junta da paróquia». Certamente que se tratará de um lapso de transcrição do caderno original.

2) Medidas totais; 140cm x 65.5cm; campo epigráfico 78cm x 37cm. Campo epigráfico rodeado por uma grande moldura de 7cm de altura. A parte inferior do campo termina coma representação escultórica dos recém-nascidos. As letras têm 3.3cm de altura, variando os espaços interliniars entre os 2,5 e 1,5 cm. Houve recurso a pontos auxiliares. Caracteres bem conservados de gravação com ponteiro fino, apenas havendo a lamentar pequenas falhas no texto assim como as Fracturas que atingiram os membros inferiores da escultura. Alinhamento à esquerda, excepto nas linhas 14 e 15. Nexos em ANIMAE e BINAE: na linha 4 e em SOCIAE na linha 14, Transcrição do texto: VISCERA , SUNT UNUM / IMUS VENTER, SEXUS / ET HEPAR: / BINAE SUNT ANIMAE, CAE/TERABINA, QUOQUE/ISTIS QUAM VITAM / BONA DAT VENTU/RA GEMELLIS / ABDON ET SENNEN / RESTITUERE DEO/ AST HORIS SEPTEM / LANGUENS IACET / UNA SUPERSTES / SIC SOCIAE SATI / GENS SEQUI / TUR MORIENS / 1716.

A tradução que apresentamos foi a de Luís Pinto Garcia. A lápide é, com certeza, uma produção das oficinas e dos estaleiros de granito que acompanhavam a construção do jardim de S. João do Paço do bispo ou outras empreitadas que, nesses anos, houve em Castelo Branco. Em 1971, aquando da reabertura do Museu F.T.P.J., o seu director de então Fernando de Almeida colocou-a numa das salas da colecção epigráfica portuguesa ao nível do chão, criando assim o erro aos visitantes da inscrição se tratar de uma lápide funerária e não de um monumento comemorativo.

3) Luis Pinto Garcia, D. João de Mendonça. O estudioso e o colecionador, Museu Francisco Tavares Proença Jr. Castelo Branco, 1978; Hermano Castro e Silva, *A misericórdia de Castelo Branco (Apontamentos Históricos)*, 2ª Edição, com prefácio, notas e II parte do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco. 1958, p.247.

Sobre o jardim do paço, e para além de todos os monógrafos locais citados na nota I, veja-se; "Paço Episcopal de Castelo Branco. Adaptação a Museu, in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* nº 124, 1966: António Salvado, *Reflexos dos descobrimentos na Beira Baixa*. Uma leitura iconográfica e iconológica da estatuação do Jardim de S. João Batista de Castelo Branco, Castelo Branco, 1989; Manuel da Silva Castelo Branco, "Um Jardim. Uma história", in *Década*, nº 0, Junho 1990, pp, 16-18 : Maria Adelaide Neto Salvado, *Visita ao Jardim do Paço - Uma Proposta de abordagem*, Secretariado Regional da Associação dos Professores de História, Castelo Branco, 1992.

4) *Constituições Synodales do Bispado da Guarda*, Lisboa, 1686 Tit. II, cap. III; J. Pinharanda Gomes, História da diocese da Guarda, Editora Pax, 1981, pp. 131-138.

5) Vitor Serrão, "As "Imagens de formosura Dissoluta" e a arte da contra-reforma. O caso de uma pintura quinhentista", in *Vértice*, II série, nº 3, 1988, p. 23.

6) Pedro Miguel Salvado. "Elementos para o estudo da pintura mural no sudeste da Beira Interior" in *Actas do 1º Encontro de História Regional*, Castelo Branco, 1986; Candeias da Silva, "A ermida de Nossa Senhora da Oliveira da Orca (Fundão)", in *O Mundo da Arte* nº 15, 1983, pp. 63-72, O calvário da capela de Nossa Senhora da Granja de Proença-a-Velha (Idanha-a-Nova), e depois de demorado restauro ao Instituto José de Figueiredo, encontra-se à guarda da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, não tendo ainda sido objecto do respectivo estudo monográfico que merece pelo seu indiscutível valor artístico e patrimonial.

7) Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Celta, Oeiras, 1993, p. 91.

8) Manuel da Silva Castelo Branco, "O Amor e a Morte... nos antigos registos paroquiais albicastrenses", in *Medicina na Beira Interior da Pré-história do séc.XX* - Cadernos de Cultura, nº 7, 1993, pp, 14-15.

9) Brás Luis de Abreu, *Portugal - Médico ou Monarchia Lusitana História, Prática, Symbolica, Éthica e Política* (...).Coimbra,1726. p,14.

10) Diogo Barbosa Machado, Biblioteca Lusitana (...), T.I., Lisboa, 1741, p. 525.

11) Bernardo pereira refere-se à cura XLVII da Primeira de *Curas Medicinais* de Amato Lusitano, onde se escreve: "(...) viram-se mulheres, a que faltou a menstruação pela sua avançada idade, veio-lhes todavia leite abundantíssimo às mamas só pela sucção de crianças que depois aleitaram, durante um ano e mais, e trataram como se as tivessem dado à luz. Destas mulheres conheci uma de Ferrara com cinquenta e cinco anos e outra em Portugal, uma nobre de Santarém, com perto de sessenta anos".

12) Iva Delgado, *Escritores políticos de seiscentos*, Biblioteca breve, Instituto de Cultura e Língua portuguesa, Lisboa. 1986, p. 26.

13) José Lopes Dias. "As igrejas e ermidas de Castelo Branco que pertenciam à ordem de Cristo", in *Miscelânea de Cartas e documentos albicastrenses*, Lisboa, Ed. Império, 1966, pp. 117 e 123.

14) Margarida Ribeiro, *Temas de Etnologia Maternidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 123 e segs; François Lebrun, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim. pp, 107-112.

15) *Constituição Synodals do Bispado da Guarda* (...), Título V, cap, VIII.

16) António Camões Gouveia, "Estratégias de interiorização da disciplina" in *História de Portugal* (Dirigida por José Mattoso), vol. IV, Círculo de Leitores, 1993, Manuel da Siva Castelo Branco. "Castelo Branco e seu termo, entre os começos dos séculos XVII e XIX" in *Medicina na Beira Interior da Pré História do século XX*-Cadernos de Cultura n° 3, 1991, p. 8.

17) Violeta Crespo Figueiredo, "Papéis volantes do século XVIII. O Mundo lugar de perigo (monstros e calamidades)" in *História*. nº 1, 1978, pp, 54-63.

18) Ambroise Paré, *Monstruos y Prodigios* (Introduccion, traduccion y notas de Ignacio Malacheverria). Ediciones sirueta, Madrid, 1987. pp. 26, 31, 34.

19) Luis Pinto Garcia, op. cit. p. 9.

20) Rui Bebião, *D. João V - poder e espectáculo*, Livraria, Aveiro 1987, Estante Editora.

AS FILHAS DE EVA - QUE ESPLENDOR?

por Maria Antonieta Garcia*

O tema tem feitiço: encanta-nos, enreda-nos, prende-nos. São muitas as ideias sedutoras que nos desafiam mas, sem esplendor da verdade que nos valha, decidimos assumir a transgressão e percorrer o labirinto onde o minotauro é senhor.

Desocultar o significado de esplendor na vida das filhas de Eva justificava a aventura. Vimo-nos em muitas encruzilhadas de opções diversas, mas escolhemos atender às vozes de mulheres preservadas por comunidades que, ao longo dos tempos, repetiram, adoptaram, privilegiaram o canto como forma de comunicação. Esplendor vivido, acreditávamos, de forma diferente, porque diferente é a mulher. Com Simone de Beauvoir afirmamos: “Não se nasce mulher; torna-se mulher”, porque não duvidamos que uma carga cultural milenar definiu papéis, funções que modelaram comportamentos, crenças da mulher e do homem. Por isso as quisemos ouvir no seu fazer e saber em momentos de esplendor. São as filhas de Eva, a pecadora original, castigada por não resistir à tentação de comer da árvore da ciência. O desejo pelo fruto proibido, pelo conhecimento, seduziu a mulher e o homem. Abertas as portas da árvore do bem e do mal, para que não fossem deuses, ficou guardado no Paraíso. “...o caminho para a árvore da vida”⁽¹⁾.

Um mito da criação que inscreve o apetite de conhecer e o deleite de satisfazer necessidades volitivas e afectivas contra as quais as Vulgatas pouco podem.

E Eva, a mulher, um espelho incomum onde nos revemos, foi tentada pelo alimento que faltava: o conhecimento. Pagou-o com o preço da morte. Porém, fez pacto com a vida e, aprender o bem e o mal, foi o início de uma caminhada marcada pela sede de sobrevivência que inclui o amor como sustentáculo de esperança de imortalidade. Todavia, foi esta maldição original que se transformou no “sal da

ciência” em busca de um tempo por que o espírito e corpo anseiam.

O desejo de uma Terra Prometida enunciado individualmente por um saber/querer divinatório, mágico, indefinível, cria a dimensão dos sonhos que alimentam a(s) vida(s). Sem padrões para medir sentimentos, vontades (esplendor e dor) aferimo-los, avaliamo-los através de uma semiologia complexa. A mulher, deusa primordial, pelo “fruto do ventre” era o ser próximo da Terra-Mãe que, anualmente, se renova em crias.

E foi cultuado esse corpo revelador de estranhas cumplicidades porque “... em conjunção cósmica com os astros, os mesmos que orientam as sementeiras, a fecundidade da terra”⁽²⁾.

Este corpo de afinidades mágicas, patrocinado pela Natureza, garantia à mulher um importante papel nos cultos propiciatórios da fertilidade. Revela-o uma antiquíssima literatura feminina que sacraliza o corpo. São cantos de amor que se iniciaram nos Templos e saíram para o adro das ermidas em tempo de

romarias e festas cristianizadas. Expressam o rumor de vozes iluminadas por chamas heréticas também ouvidas no Cântico dos Cânticos bíblico.

Cantam o amor desde que se anuncia e a mulher inocente e sonhadora deixa adivinhar a volúpia do prazer:

*Esta noite soprou vento
Com pontinhas de suão:
Abriram-se as rosas todas,
Dentro do meu coração*

Ou:

*Anda cá que eu também ando
Mortinha por te falar:
A vergonha me retira,
O amor me faz chegar.*



Sentimento que nasce sem razão, mas que o corpo denuncia. São os olhos que falam:

*Amavas-me e não dizias,
Junto a mim ficavas mudo;
Tua boca não falava,
Os olhos diziam tudo.*

Conhece a arte de amar e conduz o jogo, ora experimentada, ora ingénua. Usa linguagem ambígua e desafia:

*Francisquinho, cacho d'uvas,
Ai quem te depenicara:
De baguinho em baguinho,
Nem um bago te deixara*

Seduz e acende o desejo com uma dança de palavras em que a aproximação fonológica contrasta com a distância semântica:

*Andas morto por chegar
Ao meu coletinho preto.
Ao corpete chegarás,
Ao corpinho não prometo.*

Quando ama, assume o êxtase, o prazer sensual:

*Quando o meu amor me beija,
Não sei dizer o que sinto;
Fico parva, fico doida,
Falo verdade, não minto.*

E cede ao impulso amoroso, cultua-o, vive-o:

*Meu amor deu-me um beijinho,
Um abraço apertado.
Debaixo da oliveira,
Saímos de lá casados.*

Valora essa união que busca o Outro que está para além de si:

*António vem a meus braços
Unirmos peito com peito.
Ao depois desta união,
Ter-te amor não é defeito.*

São momentos de felicidade, de esplendor, vívidos numa intimidade mágica com a Natureza a colaborar com a mulher apaixonada:

*Fiz a cama na varanda,
Esqueceu-me o cobertor;
Deu o vento na roseira:
Cobriu-me toda de flor.*

Defende a soberania do coração:

*Foste pedir-me a meu pai,
Sem saber o querer meu;
Em tudo meu pai governa,
Mas nisso governo eu.*

A mulher conhece bem o poder do amor, sabe-o arredo a normas e convenções, desafiador de leis:

*Como pode um pai vedar
Que uma filha queira bem?
Se a lei do pai é sagrada
O amor mais força tem.*

Por isso reivindica, determinada, a liberdade de amar:

*Inda que meu pai me mate,
Minha mãe me tire a vida,
Minha palavra está dada,
Minh'alma está prometida.*

Afirma-se diferente, privilegiando a fidelidade e sente a superioridade que lhe confere o saber amar:

*Coração que a dois adora,
Que firmeza pode ter?
Só se for coração de homem,
De mulher não pode ser.*

Uma constância que sobrevoa a realidade física, que é eterna:

*Chamaste-me tua vida,
Eu tua alma quero ser;
A vida acaba com a morte,
A alma não pode morrer.*

Mas se a mulher experimenta e vive o esplendor do corpo e canta a alegria, o desejo, o arrebatamento, sabe/sofre a contradição, o desconcerto de um sentimento que:

*O amor quando se encontra,
Causa penas e dá gosto,
Deixa sem pinga de sangue,
Faz subir a cor ao rosto.*

Transforma a vida em festa, mas é sinfonia e requiem, "O amor e a dor engendram-se mutuamente", escreveu Unamuno.⁽³⁾ Diz a mulher:

*Eu se te não amo, morro.
Se te adoro, há quem me mate.
Se de toda a sorte morro,
Quero morrer e adorar-te.*

Com esta força, resistiu a quem o via dividido, como Platão: sensual para os homens vulgares, escravos da atracção feminina e espiritual, fonte de virtudes, para os pensadores. Um conflito, uma antítese, carne/espírito, a que a cultura judaico-cristã acrescentou o pecado, o sentimento de culpa. Agente de subversão, revelou-se indomável e, ontem como hoje, o amor cumpre o pacto com a Natureza. A verdade é que, como escreveu Philippe Ariès, o homem "... fez tudo o que podia para atenuar a violência do amor...",⁽⁴⁾.

Porém, porque liberto de amarras e avesso a convenções, o amor conquista um lugar de privilégio

No corpo da mulher ficavam as marcas do amor proibido:

*Minha mãe chamou-me Rosa
Para eu ser mais desgraçada,
Que não há rosa no mundo,
Que não seja desfolhada.*

O saber de experiência feito, secular, assegurava que a crítica, a desgraça acompanhavam, muitas vezes, o amar de mulher:



e a mulher, poeta, desoculta o seu sentir, Diz as vivências, os momentos felizes e simultaneamente portadores da dor, de sofrimento, "Quem muito ama, muito sofre". E assim se cumprem as palavras da profecia "Multiplicarei grandemente a tua dor". Porque ao amor, vivendo em terra de ninguém, inventam-se-lhe cânones que o espartilhem, que domem a componente dos sentidos. A religião, a sociedade interdita práticas e, sem que esta quadra tenha uma única palavra que remeta para o género feminino, ninguém contestará que estamos perante uma trova de mulher, que amou esquecendo as convenções:

*Por te amar, perdi a Deus,
Por teu amor me perdi;
Agora vejo-me só:
Sem Deus, sem amor, sem ti.*

*A mulher é desgraçada
Até no despir da saia;
Não há desgraça na vida,
Que aos pés da mulher não caia.*

É esse mesmo corpo, receptáculo misterioso que, durante nove luas, transporta, alimenta e ama um novo corpo. A simbiose é perfeita. Novo momento em que a mulher frui a plenitude: o nascimento dos filhos que o amor deu à luz. Maternidade ainda hoje a cumprir a Palavra: "... com dor terás filhos"⁽⁵⁾.

Depois do parto, a imagem paradigma da felicidade: as mães. Porque dar à luz é viver antecipadamente a imortalidade, é prolongar-se em carne da sua carne, Unamuno afirmou: "Na mulher todo o amor é maternal"⁽⁶⁾ É um amor maior, acrescenta, porque a mãe não conhece como justiça senão o perdão, senão o

amor como lei. E Zeca Afonso cantou:

*'Inda que seja ladrão,
Aquele que tenha mãe,
Mesmo no meio da luta
Sente os afagos de alguém.*

Mães que vivem entre as fronteiras do esplendor/dor. Senhoras da Conceição, da concepção são também as Senhoras das Dores e as Pietás, a divinização do sofrimento.

Guardiãs da tradição, Antígonas e Penélopes, teceram a sua história sobretudo com o sentimento. Vivem o quotidiano com o coração: escolhe amar e sofrer, Lemos: “Quem não sofre, não goza, como não sente calor quem não tem frio”.⁽⁷⁾

Rebelde a racionalismos é representação do agir pelo sentir, pelo amor. E canta-o como forma de exorcizar a morte. Abandona-se ao sentimento, à vontade, porque os rumores de incertezas acabam por rondar as verdades e as dúvidas absolutas dos profissionais do pensamento, Espectadora inteligente percebeu, *avant la lettre* que a felicidade se constrói com algo mais do que com o progresso, cujas leis escapam aos mais reputados analistas. A religião da Ciência com os seus devotos pode, apesar das inúmeras conquistas «...refazer na criação tudo o que pode ser recriado. Depois disso as crianças continuarão a morrer injustamente, mesmo dentro da sociedade perfeita. Mesmo esforçando-se o mais que puder, o homem só pode aspirar a diminuir aritmeticamente a dor neste mundo»⁽⁸⁾. Acrescenta Camus: “Em vinte séculos a soma total de crueldade não diminuiu no mundo. Nenhuma parúsia, nem divina, nem revolucionária se cumpriu”⁽⁹⁾.

A mulher, companheira do homem, é senhora de esplendor e dor, a mola da vida. Concluindo, permitam-nos esta divagação que desafia o saber saussuriano relativamente ao signo linguístico: não sabemos que estranha conjugação de acasos, reuniu a dor em esplendor. Em final de palavra, a dor que se situa nos antípodas do esplendor, a sugerir as sucessões, as alternâncias, o amálgama real experimentado no quotidiano?

A mulher com um capital de sonho alimentado pelo imaginário, procura o Paraíso que é desejo e memória, Um Paraíso que emerge à imagem e semelhança do querer. Sem padrões para definir o significado do corpo em esplendor-as dimensões divergiram de país para país, consoante o estrato socio-cultural, o contexto situacional...optámos pela abordagem da vivência do

esplendor pelo amor, um anseio que é denominador comum da Humanidade. A mulher abandona-se-lhe, Espiritual, sensual, místico, fraterno...é a mãe, a mulher, a santa, a companheira. Escolhida pelo mito da criação, como sedutora, redimiu-se noutros esplendores, porque entendeu que “O coração tem razões que a razão desconhece”?

E refractária à banalidade das coisas, dos códigos dos poderosos, exprimiu-se pelo canto e, em milagre de ternura, sintetizou o gosto de uma vida pautada pelo amor:

*'Inda eu era pequenina,
Acabada de nascer
'Inda mal abria os olhos
Já era para te ver*

Em suma: a mulher foi/é Antígona, a que luta por que a tradição se mantenha para que os seus irmãos tenham paz na sepultura; foi/é Danaide, a desobediente, que executa um trabalho sem fim e sem finalidade; foi/ é Penélope, a paciente que tece a teia e espera...

Encontramos poucas mulheres cientistas; poucas mulheres de poder, no poder... Porque escolheram o esplendor do amor, viver pelo sentimento, com a emoção?

* Professora e Investigadora

Notas

(1) Génesis 3.24

(2) Joaquim Teresa, *Dar a Luz*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, p.36

(3) Unamuno, Miguel, *Do sentimento trágico da vida*, Lisboa, Relógio d'água p,

(4) Ariés, Philippe *O Homem perante a Morte*, Lisboa, Europa- América, p.720

(5) Génesis 3.16

(6) Unamuno Miguel, op cit. p. 114

(7) Idem, p. 122

(8) Camus, Albert, *O Homem Revoltado*, Lisboa, Livros Brasil, p.408

(9) Idem. p.409

CORPO E DOR EXALTAÇÃO DA VIDA

Percurso documentado em Miguel Torga

por Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata*

*“Eis-me sem explicações
crucificada em amor:
a boca o fruto e o sabor “*
Natália Correia

O homem é o homem de carne e osso - disse-o Unamuno e muitos outros. A discussão da dualidade corpo/alma é complexa na constatação dessa unidade actuante que é o corpo e o espírito, passe então o duo, pois “todos os que pesamos sobre a terra” (Unamuno) somos os homens, o Homem - animal racional. E “afectivo ou sentimental” (ib).

Quando o corpo morre, morre o homem e será sempre campo de especulações o além desse final. Por isso, é na perspectiva dessa totalidade que vamos reflectir a dor no resplendor do corpo. Só resplendor enquanto corpo de carne e osso. Por isso, o medo da morte. Do nada, pela decomposição do cadáver. Do nada já, quando, ainda quente, o corpo inerte desliza para o “rigor mortis”, Mesmo que se acredite numa outra forma de vida para além desta. Eis porque a proposta é que nos posicionemos sob este ângulo de visão, encarando o resplendor do corpo como chama da vida, numa trajectória em que a dor é ainda fermento dessa mesma vida. A dor é condição de progresso, de conhecimento, arauto de que algo pode ser destruído. Como diz ainda Miguel de Unamuno, há “necessidade de conhecer para viver” e “as variações das ciências dependem das variações das necessidades humanas”. Primeiramente, o conhecimento está ao serviço da sobrevivência do homem, pela forte chamada do instinto de conservação. E o homem luta por essa permanência

na vida, assume-se nessa totalidade biológica que conhece - homem físico, racional, afectivo, Homem como se reconhece e que é unidade. Homem que está com aqueles outros que “*pensam com todo o corpo e toda a alma, com o sangue, com o tutano dos ossos, com o coração, com os pulmões, com o ventre, com a vida,*” (Unamuno). O percurso da vida traça-se com este sentimento trágico de assumpção na luta.

A vida vive-se na poética do instante, na efemeridade de um momento presente logo passado. A dimensão

deste passado aumenta a proximidade da morte. É nesta angústia e na dor desta consciência que o homem se debate. Mas é na dor que se aprende. O pedagogo albigac-trense Faria de Vasconcelos, na sua obra “O Pessimismo” (1902) propala esta verdade: “*A história da humanidade é a história da dor “ e “a vida é a dor, um tormento porque ela é a fonte do desejo e do pecado e a dor é a escola da felicidade*”.

Vamos percorrer um itinerário (breve) que tem por fim uma chamada à vida, à sua doçura e agrura, através de dois contos de Torga: “A CONSULTA” (Pedras Lavradas) e “O LEPROSO” (Novos Contos da Montanha). Ao esplendor dum momento, que e revérbero, se

seguem momentos de dor e angústia...

Em “A Consulta”, o conto começa por no-la anunciar como *coisa estranha e inesperada*, remetendo-nos para algo narrado depois de vivido.

O inesperado vai contrapor-se ao *pardo manto* da rotina, “*poço uniforme que engolia tudo*” com casos banais, “*gente sem outro interesse senão o de estar doente e sofrer*”. A própria empregada do consultório se integrava nesse igual do quotidiano. “*Onze anos de permanência ali tinham-lhe desbotado as cores*



do rosto e a garridice da alma. Integrava-se na brancura dos diagnósticos, na secura das ordens, solidária com a função alta e sobrehumana do patrão" (p.20). A concretização do inesperado dá-se com o aparecimento de uma cliente estrangeira, que se caracteriza como "espectáculo súbito e maravilhoso" duma "jovem, esbelta, loira" / "de graça, discreta" / "cabelos sedosos" / "pernas inquietas" / "olhos diria verde água" / "corpo flexível" / "muito formosa" / "muito feminina".

O esplendor deste corpo desencadeia o dilema do médico "tão profissional e tão técnico", "dentro da bata tal e qual tini monge dentro do hábito", emergindo o homem, que se debate entre uma natureza e uma ética: "O médico e o homem sucediam-se nele de instante a instante. E como o homem se excedia, o médico ligou apressadamente a corrente" (p.23).

Prisioneiro de um dever profissional, mas homem, perturba-se quando a ausculta: "Tocava-lhe a pele macia, desviava a cortina do cabelo, aspirava o perfume que subia do corpo, calcava os seios redondos e cheios com o diafragma do aparelho. E era tudo ao mesmo tempo inefável, puro, fantástico e real!" "Numa gradação crescente de vida, no decurso da consulta, a radioscopia inscreve uma intimidade: "E corou ao ver que os sentidos o atraíam, interessando-se por uma realidade de que toda uma ética os proibia. Não. Não tinha o direito de transpor a linha que separava o campo profissional do baldio emocional..." (p. 23).

Estamos perante a dor. A dor física regista-se na história clínica da jovem estrangeira. "A idade da primeira menstruação, as vicissitudes duma caverna no pulmão direito, a evolução favorável duma febre tifóide. Por último, descreveu os sintomas do mal presente" (p.19). A dor psíquica traz-nos o dilema dum médico em que acorda o homem na sua totalidade. A luta interior desencadeada vem dos chamamentos mais profundos da vida, o do instinto sexual, que, na narrativa, se traduz por "rebento espontâneo de uma sedução" (p. 26).

Incisivamente, inscreve-se a poética do instante, que o homem tenta fazer perdurar e que o médico impede, sem poder confessar àquela mulher que "viera lançar uma pedra na superfície quieta e pesada duma vida" (p. 28).

No discurso é preservado o instante que, como tal, desaparece num ápice, que subtilmente imprime a

partida, não já do corpo resplandente da jovem, mas da madeixa vislumbrada com indecisão de saída. Aliás, a hipálage reforça a efemeridade. "A última coisa que viu dela, foi uma madeixa de cabelo, loira, tépida, fina, que se demorou um instante, indecisa, à saída da porta" (p.29).

O conflito interior do médico/homem subleva a dor de não poder viver o instante, que é vital, e esse obstáculo traz-nos, por oposição, uma celebração de vida. A dor física, expressa numa história clínica, insere-se no respeito pela vida, na sua preservação ao prevenir a morte, na procura da continuidade do resplendor do corpo.

Se este conto de Torga aflora a dor física sem a expor na crueldade que, por vezes, lhe é peculiar, outras narrativas poderíamos referir, do mesmo escritor, que apresentam, num arrepio, as chagas do

corpo físico, que abrem chagas psicológicas. A título de exemplo, debrucemo-nos sobre "O LEPROSO" (Novos contos da Montanha).

A narrativa revela-nos um ser humano marginalizado que percorre uma via sacra até ao momento de uma morte terrível: queimado no meio de uma floresta incendiada por aqueles com quem tentava aproximação na hora de morrer.

Como o próprio título indica, deparamo-nos com a lepra que vai minando um corpo. A doença é indiciada quando alguém chama a Julião, meio por brincadeira, "leproso", Mas constatava o que já era desconfiança, porque "havia muito que

qualquer coisa em si medrava como o fungo nas espigas verdes". Cresciam-lhe na cara gomos de carne dura, insensível e vermelha" (p.66).

A evolução da doença é-nos dada pela pena de um narrador, que denuncia um autor médico. "Caíra-lhe ainda há pouco o polegar direito, a cara, inchada, nodulosa e deformada, dava-lhe um estranho e horrível ar de bicho, não sentia pedaços do corpo inteiro".

Todas as hipóteses de cura se transformaram em experiência, sem resultado.

Diz Edgar Morin: "O instinto, que é um sistema de desenvolvimento e de vida, é também um formidável sistema de protecção contra o perigo da morte". Assim, a luta pela preservação do corpo é um hino à vida, uma religiosidade assumida pelo simples facto de viver. Um hino que os poetas não se cansam de cantar:



*Não te importe, ó mortal, depois de morto
Desaparecer na curva do caminho.
Aqui és corpo; e injuriar o corpo
É pisar a sombra do divino.
Lúcida a carne, num fugaz milagre,
É de eternos assuntos a medida;
Do ar, água, terra e fogo sumidade,
Lugar de amor onde se ganha a vida.
Se concorrem na alma embuste e danos,
O corpo em qualquer língua é verdadeiro.
Pra que ao além não fie a Parca enganos,
Retrata-nos a morte em corpo inteiro.
Vem das estrelas o sangue que nos guia
E em amorosa perfeição na carne
Está toda a eternidade resumida.
Corpo! Sombra de deus. Simples verdade.*

Natália Correia ("Sete Motivos do Corpo" I)

Julião fez a última tentativa de cura do corpo: banhar-se em azeite. Transformado em pedinte, recolheu pouco a pouco, de esmolas, a quantidade necessária. Como num sarcasmo, banha-se tendo como única testemunha a Senhora da Agonia, em plena serra. O avanço voraz da doença aparece-nos com a força e o rigor da descrição:

"Só ele e a santa podiam olhar aquele monte de carne a apodrecer, a despegar-se, e ao mesmo tempo a dar uma impressão grotesca de renovo, numa proliferação desconforme.

Do mocetão que fora há pouco tempo ainda, restava agora um trambolho, engelhado aqui, balofo adiante, comido de mal da raiz à ponta. Os pés eram patorras informes, onde não se viam unhas nem veias; as pernas, ulceradas, pareciam pinheiros cascalhudos, sangrados sem piedade; no peito, medravam a esmo caroços, sôfregos como cogumelos num toco carunchoso. Mas no rosto é que os estragos da devastação se mostravam mais cruéis. Dir-se-ia que lhe tinham colado à cara natural bocados toscos de barro vermelho, numa tentativa demoníaca de caricatura impiedosa. Nenhuma imaginação por mais rica e ruim, seria capaz de deformar tanto a fisionomia dum ser." (p. 73 e 74)

Defraudado pela inutilidade do novo remédio, uma vingança é urdida por Julião, cuja alma se modificara na solidão de um sofrimento físico e na solidão de marginalizado pelo abandono dos outros, pelo distanciamento imposto: vender o azeite em que se banhara.

Entre a população instaura-se a desconfiança de "saber ao certo quem era puro ou impuro" depois da descoberta da proveniência do azeite.

Julião assinara a condenação e imolava-se como definitivamente proscrito.

Na derradeira hora, quando procurou Loivos, a terra

que fora o seu berço, para morrer, foi assassinado pelo fogo atado à sua volta, ficando um "negro tição, que dificilmente se distinguia do tronco de um sobreiro mal queimado" (p.82).

O sofrimento psicológico de Julião tem como causa primeira o corpo doente, que se negava à continuação da vida. Durante a progressiva deformidade, apesar de tudo, ainda "insistia em viver, agradado dos montes, da neve, das árvores, da vida, afinal" (p.78).

O medo de um contágio, que trazia o ferrete da morte, leva Loivos, personagem colectiva, ao repúdio e ao afastamento.

Mais uma vez se concretiza a dor como exaltação da vida, o sofrimento transforma-se num toque a rebata para o apego de viver e a recusa da morte. Consumou-se um homicídio premeditado por uma comunidade com uma culpa que usufrui da atenuante em prol da "conservação da espécie", ratificando a continuação da individualidade.

Como diz Edgar Morin, "*podemos inferir daí que um processo, fundamental da afirmação da individualidade se manifesta pelo "desejo de matar" as individualidades que estão em conflito com a primeira individualidade. No caso extremo, a afirmação absoluta de uma individualidade implica a destruição absoluta das outras*".

A afirmação de uma individualidade passa frequentemente pelo fazer algo que se considere heróico, que "liberte da lei da morte", como dizia o Poeta, de modo a subsistir na memória dos outros,

Unamuno ratifica esta mesma ideia:

"Aquele que vos disser que escreve, pinta, esculpe ou canta para seu próprio prazer, se der ao público aquilo que faz, mente; mente se assinar o seu texto, quadro, estátua ou canto. Pretende, pelo menos, deixar uma sombra do seu espírito, qualquer coisa que lhe sobreviva. É o que perpassa também neste poema de Natália Correia:

Meditação

A carne é flor ou consequência do seu perfume?
Seja o que for
é intensidade que a flor resume.

A mão é gesto que a ultrapassa. O gesto é além.
Porque a mão toca o horizonte
Que o gesto da mão contém.

O homem canta.
E enquanto canta o homem dura.
Porque o seu canto é perceber
que a voz prevalece à criatura.

Percorremos, assim, um caminho em que a dor está presente, um caminho do homem neste mundo, porque de outros paraísos fala uma tradição perdida

na qua-se eternidade do tempo, O homem assumiu-se neste mundo através dessa perda, através do simples facto de viver Aqui, ganhando por si próprio a redenção,

Corporizado, tentou prolongar a sua estada na Terra e uma vida de que tinha a certeza imediata. Preservou o corpo, porque o corpo com saúde é um corpo em resplendor. A esse resplendor, a chama, que Prometeu insuflou, veio ainda entretecer toda uma fruição estética. Assim, socorrer o corpo na dor foi apelo de instinto de conservação e um fundamento do querer conhecer.

Neste caminho percorrido, dois contos de Miguel Torga, que podem fazer emergir aspectos do quotidiano, foram suporte de exemplo.

Torga é médico e escritor. A sua pena sabe entrar nos meandros das dores do corpo e da alma. Toda a sua obra documenta o homem. O homem que se assume numa luta contínua pela vida, uma vida em solidariedade com os outros homens, com o sentimento trágico, que Unamuno expressa no que se pode considerar uma máxima: "... é melhor viver na dor do que deixar de ser na paz".

Porque a dor é exaltação da vida.

* *Mestre em Literatura Portuguesa*

Docente da Escola Superior de Educação de C. Branco

Bibliografia

MORIN, Edgar, *O Homem e a Morte*, Lisboa, Publicações Europa América, s/d/l vol.. Col. "Biblioteca Universitária". n.º 19.

TORGA, Miguel (Adolfo Correia Rocha), *Novos Contos da Montanha*, 9ª edição revista, Coimbra, edição do autor, 1980, 1 vol..

TORGA, Miguel (Adolfo Correia Rocha), *Pedras Lavradas, Contos*, 3ª edição, Coimbra, edição do autor, 1976, 1 vol..

UNAMUNO, Miguel de, *Do Sentimento Trágico da Vida*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1989, 1 vol.. Col. "Pensadores do século XX".

VASCONCELOS, Faria de, *O Pessimismo (Semeiologia e Therapeutica)*. Castelo Branco, Typ. de Arthur Silva, 1902, 1 vol..

O CORPO, O PUDOR, O AMOR, O CIÚME, O DESEJO, O EU (Excertos das memórias duma mulher)

por Raul d'Andrade*

Eu tinha completado o que naquele tempo se chamava o curso geral dos liceus e viera passar as férias do Verão à aldeia onde os meus pais viviam. Apesar dos meus catorze anos, era uma donzelinha ingênua, e andava normalmente alheada dos enredos mais ou menos romanescos e das curiosidades que a moral do tempo apodava de malsãs com que as minhas colegas alimentavam os seus fogachos de sensualidade. De resto o meu convívio com elas, era limitado aos curtos recreios entre as aulas. Por isso e também pelo isolamento a que me compelia a vida recatada de minha tia Gervázia em casa de quem eu me aboletava durante o ano da militância académica, conservara-me indiferente às seduições da maçã paradisíaca. Vivía para os livros (eu figurava sempre no quadro de honra do liceu com altas classificações) e os meus horizontes, que chamarei existenciais, não se demarcavam da pauta dos valores típicos duma família tradicional. Para mim, as emoções dúbias da adolescência que são como a antecâmara do reduto onde o corpo-espírito da mulher desabrocha plenamente, reduzia-se a um enevoado de pressentimentos que, por vagos, me deixavam indemne à turbacão dos sentidos; e se, por vezes, a sua nebulosidade parecia querer romper-se, era mais por indução da ribaldaria das companheiras do que por decreto de feminilidade própria. Nunca me passava pela cabeça a ideia de me alindar; de pôr em relevos os traços da minha beleza, até porque nem sequer julgava possuí-la, e nisto, sem mesmo o querer, me distanciava das condiscípulas que todas, mais ou menos, se exercitavam já nos prolegómenos do coquetismo, disputavam as atenções dos rapazes e soletravam nos namoricos, algumas com bastante desenvoltura, o “abc” do amor.

Às vezes, porém, o Diabo tece-as, como dizia a tia Gervázia, e a miúalha dum pretexto lhe basta para nos rasgar uma fresta sobre paisagens interiores de cujos luminosos ou sombrios recantos mal suspeitávamos. Foi o que aconteceu no dia em que parti para férias quando uma colega que viera despedir-se de mim, me atirou, em desbocada linguagem, este elogio inesperado: “És uma grande lasca, Maria da Glória, se eu fosse homem não me escapavas, até o tutano te chupava.” A explosão duma luz na densidade

negra dum túnel, não me teria deslumbrado tanto. Desconhecia o palavrão, mas apreendi-lhe imediatamente o significado e senti-me outra, diabolicamente outra, como se quebrado tivesse sido o meu encanto de Bela Adormecida, ou, de súbito, afastada uma cortina que a meus próprios olhos me ocultasse. Uma lasca! Quem diria! Uma mulher que arrasta atrás de si o olhar ávido dos homens! Um fruto real capaz de despertar a gula ao mais testudo abstinência! Em vez de me sentir molestada, rejubei intimamente como se dentro de mim uma festa se concertasse. Por milagre da chavasqueira esfrangalharam-se as roupagens que, em mim, cingiam o incoercível feminino. Percebi então que o hábito a que me entregava de pensar num colega da minha turma - o Jorge - quando sozinha, no meu quarto, me distraía dos livros, era algo mais do que uma banal decorrência da nossa camaradagem; que as nossas afinidades (ambos éramos bons estudantes e tínhamos idênticos gostos e preferências) não explicavam; que era enfim um gostoso tumulto interior que surgira sem eu saber quando, nem como, nem por que, e que querê-lo ou não querê-lo eu, teria utilidade igual à dum solário nas trevas da noite. E uma luz iluminou-me o espírito: eu estava enamorada do Jorge. Relembrei também a fixidez com que na rua os homens me olhavam. Esses olhares cuja intencionalidade acabava de revelar-se-me, focavam a mulher que eu já era, não a menininha que julgava ser ainda.

Quando cheguei a casa, a primeira coisa que fiz depois de beijar os meus pais e trocar com eles umas breves palavras sobre a viagem, foi dirigir-me ao quarto e olhar-medo alto abaixo ao espelho do guarda vestidos. Pareceu-me que o meu corpo não falseava a sentença da colega que eu descodifiquei nestes termos: proporções correctas, rosto bonito, pele sedosa levemente rosada, pernas irrepreensíveis no avolumar progressivo da sua confluência púbica como o constatei puxando as saias até à cintura, e por último os seios que, libertos do “soutien”, se perfilaram pequenos mas arrogantes como quem acaba de romper uma odiosa e injusta clausura, E a palavra “lasca” voltava, insidiosa e obsessiva, instalava-se-me no espírito como um hóspede que apesar de grosseiro

a gente acolhe de boa catadura porque nos lisonjeia a vaidade. Então despi-me completamente e fiquei a examinar ao espelho o meu corpo nu, a enamorar-me dele, ou mais exactamente, de mim, quase como aquele malogrado Narciso que, vendo-se no espelho de água duma fonte, se consumiu de amor por si próprio. Depois desloquei um psiché para diante do guarda vestidos e no reenvio recíproco das imagens pude ver sem limitação todo o meu corpo. Com que prazer eu me imaginei então a ser vista pelo Jorge. Tinha o desejo, quase necessidade, de que ele me visse nua. Para que ele me quisesse? Não estava bem segura disso. Parecia-me que a imagem que o jogo dos espelhos me enviava não dizia tudo o que o meu corpo exigia que lhe fosse dito. E pensava que o olhar do Jorge o saberia dizer. A imagem era uma coisa sem alma que só na minha vista existia, da qual o meu corpo nada tirava que o fizesse mais corpo, que o revestisse do esplendor que - pressentia-o - só dos olhos dele lhe podia advir. A relação que eu podia ter com a minha imagem no espelho, se de relação é legítimo falar já que em rigor não se concebe uma relação entre uma pessoa e uma ilusão senão metaforicamente, era como a do Narciso com o seu rosto espelhado na fonte, uma relação em circuito fechado, de sentido puramente reflexo, sem raiz nem repercussão no mundo, em suma, uma relação inumana. Não era, como poderia parecer, uma relação de interioridade porque uma relação desta espécie supõe sempre um fundo de interdependências humanas do qual nasce e no qual, em definitivo acabava por se resolver.

Eu reconhecia que do meu corpo só a figura óbvia era captável pelo meu olhar, e, em todo o caso, mediante o utensílio dos espelhos. A forma como ele me aparecia, excluído o relevo, tinha a correspondente identidade na forma como o fixaria uma máquina fotográfica, mas era com certeza muito diferente da forma como outrem o veria. O meu olhar não transcendia a estrita realidade física do meu corpo, mas algo me dizia que desta acanhada condição o olhar do Jorge o podia libertar. Talvez explique melhor a situação com estas palavras finais dum certo soneto: "Vénus de Milo triunfal e nua/p'ra todo o sempre só por graça tua/a carne fez-se espírito também." Era precisamente esse fazer-se espírito também que não podia acontecer por obra do meu olhar porque entre o meu olhar e o meu corpo não há distância fundidos como estão na unidade do meu ser, Essa transcensão só os olhos do homem a podem realizar por saberem apreender no corpo da mulher a graça, a sedução das formas, o rompante, o enleio, o pundonor, as pulsões que porventura o percorram, a expressão que do rosto brota e o ilumina da cabeça aos pés, as nuances da cor, a carga erótica concentrada nuns pontos, diluída noutros, o universo enfim dos dons com que Deus o dotou e em função dos quais ele é

modelado pelo olhar do homem, e, sem deixar de ser carne, se faz espírito também.

Não direi que tudo isso me tenha passado com esta clareza pela cabeça, mas lembro-me que o pressenti confusamente. Então uma ideia louca assenhoreou-se de mim. Por mau sestro meu ouvi passos no corredor para o qual dava o meu quarto. Espreitei e vi que era o marido da nossa criada que trabalhava também para nós. Sem me ter dado ao trabalho de reflectir, abri a porta fingindo que não me apercebera da presença dele e fiquei totalmente exposta aos seus olhares. Recolhi-me rapidamente com um grito de susto que já não foi inteiramente fingido porque logo caí em mim e me arrependi do despautério. Toda eu me remordi de raiva por não poder apagar do mundo a representação do louco entremez, e pus-me a considerar que nem a mais pesada penitência lavaria a minha alma do lodo em que acabara de atolar-se. Onde tinha eu a cabeça, santo Deus, para assim me ter descomposto. Se naquela altura me dissessem que alguma das minhas colegas, mesmo entre as mais destravadas, tinha cometido tão rematada loucura, eu não acreditaria.

Nunca mais esqueci os olhos do homem arregalados numa expressão de espanto, ao mesmo tempo risonha e velhaca, e ainda hoje o calor me queima as faces ao lembrar-me da cena.

Quando vim para a sala onde os meus pais me esperavam para jantar, estava profundamente deprimida. Parecia-me sentir quase fisicamente como flechas cravadas no meu corpo, os olhares lascivos do criado que sob falsos pretextos, duas ou três vezes veio à sala para melhor reimaginar - assim o presumo - o espectáculo que eu lhe dera. Estava vexada e odiava-o. Reconhecia que agira como quem não tem um pinga de pudor, Com que propósito? Nem eu sei ao certo. Talvez um impulso incontrolado de me afirmar como mulher contra a puerícia em que me julgava encasulada. Do que não havia dúvida é que eu voluntariamente me reduzi à condição de objecto do olhar de outrem. Mas seja de modo próprio que isso aconteça, ou seja por iniciativa do olhar alheio como será o caso dos banhistas duma praia reservada ao nudismo integral que não gostam de ser vistos por pessoas estranhas à sua grei, sempre a situação do corpo reduzido àquela condição é repulsiva ao ser humano. Daqui especialmente provinha, sem o eu saber, a minha vergonha, porque aquilo que constitui a essência do pudor e o torna um sentimento indestrutível de homens e mulheres qualquer que seja a moral que os norteie, é a relutância de se verem reduzidos à condição de meros objectos do olhar de outrem.

Frequentava eu o terceiro ano de filosofia e história da Faculdade de Letras de Lisboa quando conheci o António, o homem que veio a ser o meu marido. Foi num baile da Faculdade. Veio convidar-me para dançar,



e, sem que ele me tivesse sido apresentado, aceitei o convite, o que naquela época (estávamos em 1930) não era muito próprio duma menina de bons princípios. Encaramo-nos, olhos nos olhos, e pareceu-me ver no seu olhar um assomo de grão senhor como se quisesse significar-me que dali em diante eu ia pertencer-lhe, enquanto ele lia no meu, conforme mais tarde me declarou, um compromisso de submissão, no que ele se enganava redondamente porque era também de domínio o sentido do olhar com que eu o fixei. Enfim ficamos namorados. Ambos assumimos o papel de conquistadores sem termos a consciência muito clara de que os nossos êxitos nos remetiam necessariamente à condição de conquistados. Foi sobre esta reciprocidade de situações aparentemente opostas, aparentemente porque o conquistar e o ser conquistado têm que coexistir em cada um dos enamorados para que o amor se afirme, que a nossa ligação se estabeleceu e perdurou. Creio que é assim com o comum das pessoas. Se é compreensível a existência de matizes diferentes na expressão dos sentimentos porque o homem se julgue senhor e a mulher se assuma submissa em obediência a convenções ancestrais ou porventura a mandamentos da natureza, senão a uma acção conjunta dos dois factores, o certo é que tanto ele como ela são movidos por um espírito de posse, porque cada um vive em seu íntimo a exigência duma exclusiva, embora livre, entrega do outro. O homem quer ser dono exclusivo, não propriamente do corpo da mulher, mas da sua inteira disponibilidade afectiva e amorosa, e a mulher quer que o homem não tenha olhos senão para ela. Se o amor implica esta exigência, o ciúme está virtualmente presente em cada um dos amantes e irrompe, silencioso ou declarado, ao rebate duma suspeita de infidelidade mental porque é a infidelidade mental que se equaciona com aquela disponibilidade e é esta infidelidade que nem a mulher, nem o homem podem impedir. Quando a infidelidade física acontece e se torna conhecida, não é verdadeiramente o ciúme que determina o comportamento do “partner” traído, mas sim a ira, o ódio, a raiva, a humilhação, o desejo de vingança que nestas paixões se filia e nas quais o ciúme se desautonomiza e perde a sua relevância própria.

O nosso noivado foi uma doação mútua e sem reservas dos nossos corações. Eu vogava entre céu e terra, presa do enleio em que o corpo e o espírito se davam tão indissolúvelmente as mãos que a dedicação, o desejo, a ternura, a admiração, tudo enfim que o amor põe em marcha, se misturava e confundia gerando um estado de inebriamento que me alheava do convívio social quando precisava de estar atenta a ele, que me imobilizava quando devia ser activa, que me amolentava o ânimo em prejuízo da diligência que a vida requeria, que me lançava no mundo das inutilidades quando se me impunha

enfrentar as exigências utilitárias do dia a dia.

O casamento que se realizou depois da minha formatura, trouxe-me à percepção dos imperativos reais da natureza, e a minha relação com o António tomou um sentido cada vez menos romântico até estabilizar numa harmonia que qualificarei, sem intuito pejorativo, de burguesa, na qual os corações foram sendo envolvidos na manta de retalhos dos interesses materiais e evidentemente também morais do matrimónio. De qualquer modo o amor era algo que nós interiorizávamos, o que significa que a nossa relação não era uma simples comparticipação num objectivo exterior às nossas personalidades, uma pura relação em que as nossas almas não estivessem comprometidas, “engagées” como se diz dos artistas que põem a arte ao serviço duma ideia política ou social.

Esta dimensão de interioridade não deixará nunca de existir no amor. Contudo hoje na consciência das pessoas e no seu próprio estar na vida tomou relevo o lado externo da relação amorosa, isto é, o lado expresso na conjunção dos sexos com preterição do universo sentimental. E assim o amor vai acontecendo num clima em que se rarefazem a festa da imaginação, o jogo das expectativas, a problemática moral, o drama, a ternura, o próprio dinamismo psíquico, numa palavra, a reciprocidade afectiva que todos esses elementos, directa ou indirectamente, ela integra. Começa a prevalecer no amor o carácter efémero da realização sexual, o laço físico que no seu atar e desatar se resolve. Em consonância com este panorama, ou especificando melhor, com este predomínio da exterioridade na relação entre homem e mulher, a linguagem do amor simplificou-se e traduz a ideia que do amor se criou. Por isso se diz “fazer amor” como se o amor fosse um objecto que o homem e a mulher, em colaboração, fabricassem. Fazer é verbo transitivo, o que significa que aquilo que se faz é alguma coisa de exterior ao sujeito da acção. Ao conceito de amor que tinha a tónica no sentir, sucedeu o conceito cuja tónica recai no acto que se executa como coisa exterior à personalidade dos amantes.

Algum tempo depois da morte do meu marido, a minha colega e velha amiga Matilde disse-me um dia: Porque não voltas a casar-te? Bonita como és e nova como estás não te faltam de certo pretendentes. Ninguém te dá os 45 anos que tens, pareces mais irmã da tua filha do que mãe dela, e tanto ela com os seus 17 anitos, como o Luís com os 20 anos feitos, já pouca assistência exigem de ti.

A ideia, devo confessá-lo, não me desagradava porque afinal sou de carne e osso como toda a gente e como toda a gente sofria também as pressões do instinto. O desejo sexual não me era estranho obviamente, e o casamento seria o meio de o satisfazer sem o risco de escândalo. A verdade, porém, é que eu não tinha inclinação especial por qualquer dos



homens que já me tinham proposto casamento. É certo que eu não estava na idade em que se sonha com um príncipe encantado, nem o amor é imprescindível para constituir um casal estável. Quantos casais, a maioria deles talvez, se constituíram na base da simples relação que apenas o desejo sexual comandou. A necessidade duma companhia e os interesses comuns ajudando, desencadearam entre o homem e a mulher a confiança mútua, o compromisso moral e por fim o amor ou algo que com ele se confunde. De resto o próprio instinto, astucioso como é, traveste-se habilmente de amor. Contudo eu era muito ciosa da minha liberdade e não a queria perder. No segredo da minha consciência dizia de mim para mim que não era preciso casar-me para cumprir as exigências da carne. Se casasse apenas porque o instinto sexual o pedia, a situação criada levaria em si o germen da sua própria destruição, porque no desejo tanto o homem como a mulher querem conservar a sua liberdade e não aspiram a apropriar-se da liberdade do outro, ou, melhor dizendo, não aspiram a apropriar-se da disponibilidade afectiva do outro. Nisto o desejo se distingue do amor, e por isso também com muito maior facilidade o homem e a mulher variam de parceiro sem que isso tenha para qualquer deles, mesmo quando a ligação durou algum tempo, um impacto tão dramático como quando a ligação se alicerçou no amor. Cada parceiro faz do outro objecto carnal dos comandos da sua carne. A relação real a que o desejo conduz é, em si, uma relação predominantemente de exterioridade. Fazem amor, como hoje comumente se diz. Por isto eu creio que um casamento baseado apenas no instinto sexual não teria para mim grande futuro. Além disso havia outra razão que não sendo decisiva, eu não deixava de ponderar. Era a oposição do Luís. Uma vez aludira diante dos meus filhos à proposta de casamento que me fizera um velho amigo do meu marido um ou dois anos depois de eu ter ficado viúva. A Leonilde achou a ideia excelente, mas o rapaz increpou-me com arrogância como se fosse responsável pelo meu comportamento e declarou que sairia de casa se eu aceitasse a proposta. Ciúmeira própria de filho receoso de perder o afecto da mãe ou de o ver partilhado com um estranho? Não. Era mais do que isso, era mesmo ciúme de raiz erótica. O Luís encarnava o ciúme que o pai, se fosse vivo, sentiria perante a minha eventual infidelidade. Para o meu filho, e creio que para muitos rapazes órfãos de pai, sobretudo se os ligou a este um grande afecto, um novo casamento da mãe é sentido, no mais recôndito da carne, como uma infidelidade ao pai.

A última vez que vi a minha amiga Matilde foi na casa dela no dia em que festejou os seus 85 anos. Estava já muito debilitada. A doença lavrava-lhe implacavelmente o corpo. Queixou-se-me, meio triste, meio sarcástica, do emparedamento cada vez mais

cerrado a que a velhice a condenava. Estava surda, via muito mal e movia-se com dificuldade. “Minha querida Glorinha, disse-me ela, vão-se-me fechando todas as janelas sobre o mundo, o meu corpo dobra-se sobre si como o papel quando lhe deitamos fogo, mas eu não me identifico com ele.” Com isto quis ela significar que a doença e as mazelas físicas não lhe atingiam a integridade do espírito, nem lhe abatiam a ténpera corajosa que sempre a distinguiu. Afora algumas falhas de memória, a sua inteligência mantinha-se lúcida, e a longa experiência do mundo reelaborada na sua intensa vida interior enriquecera-lhe o espírito. Contudo creio que ela não deixava de reconhecer, em seu foro íntimo, que o domínio que orgulhosamente alardeava sobre o corpo era mais a ânsia de se exceder, uma ilusão conscientemente assumida de sobre humanidade, uma luta sem esperança com um inimigo ao qual não se queria render, do que uma real capacidade de superar o drama do seu corpo devastado pela dor.

A correlação necessária do corpo e do espírito - modos paralelos e solidários da trajectória de cada ser humano no mundo - implica uma hierarquia ambígua porque apesar de o espírito ser, por definição, soberania, ele só o é enquanto o corpo o consente. O cérebro da Matilde estava intacto e por isso ela podia ufanar-se de não se identificar com o corpo. O seu corpo continuava a consentir a soberania do espírito, Mas quem era ela como possuidora dum corpo e dum espírito? E a mesma pergunta faço eu a mim mesma, Quem sou eu? Se digo o meu corpo e se digo o meu espírito, quem é o sujeito que possui o corpo e o espírito? A alma, dirão alguns. Mas com isto nada adiantamos, porque a alma, se não for tomada no sentido de espírito, só poderá ser uma substância imaterial fora do alcance da razão. Numa apercepção naturalista das coisas esse ente possuidor de corpo e de espírito é a unidade corpo-espírito, mais expressivamente, é o corpoespírito, porque só como composto incindível de corpo e de espírito eu me conheço. O eu será portanto, não a alma ou qualquer outro ente metafísico, mas essa unidade real e inteligível,

A Matilde repudiava a infrangibilidade dessa unidade, e o seu espírito, a alma, o eu, pois tudo isso para ela era o mesmo, comportava-se soberanamente, independente como era das contingências do corpo. E contudo era das reduzidas forças do seu corpo destroçado que ela recebia a força para construir-se a sua ilusória sobre-humanidade.

Sentir-me-ia feliz se soubesse que ela a tinha conservado até ao seu último momento.



CENSURA & CENSURAS Um universo castrador

por Fernando Paulouro Neves*

É sempre contingencial falar de um universo absurdo como é o da censura e das censuras, das repressões liquidadoras e das fogueiras da intolerância que abrem as valas comuns na história. Mas vale a pena recomençar sempre, povoar os desvãos da memória com os tais demónios interiores que se comprazem a acompanhar o homem no seu refazer de caminhos. Mesmo que a contingência dos limites esteja presente e saibamos que jamais poderemos aproximar-nos das realidades feitas Hiroshimas ou das descidas aos infernos concretos que foram os Aushwitzes de todas as ignomínias, porque nessas viagens ao fim da noite o terror e o drama petrificaram em números e numa morte de rosto colectivo que não é possível imaginar. Sophia de Mello Breyner, e quem melhor do que os poetas para dizerem o indizível, bem avisou com o seu pranto:

*Nunca choraremos bastante quando vemos
O gesto criador ser impedido
Nunca choraremos bastante quando vemos
Que quem ousa lutar é destruído
Por troças, por insídias, por venenos
E por outras maneiras que sabemos
Tão sábias, tão subtis e tão peritas
Que não podem sequer ser bem descritas⁽¹⁾*

A verdade, porém, é que uma responsabilização ética nos convoca a questionar a história, e, nesse sentido, talvez valha a pena lembrar que um homem da estatura de Georges Duby considerou os jornalistas, juntamente com os antropólogos, historiadores e sociólogos, profissionais científicos da memória, a quem competia fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários.

Então, regressemos ao chão nosso da história e procuremos as linhas com que a história nos cose.

A primeira questão é mostrar como a Censura, na sua complexa teia repressiva, é um fenómeno castrador. Mutiladora do corpo e da alma. Fazedora de uma realidade deformada e deformante. Muitas vezes, ao pensar na actividade destruidora do Censor, e no universo repressivo adjacente, construtor de medos e de silêncios, lembrei a metáfora kafkiana do

sr. Joseph K, no labiríntico processo que visa condená-lo a uma gradual e definitiva desumanização. O tal absurdo erigido à categoria de realidade indiscutível, em que a finalidade da morte é o desenlace possível.

Aponta-se aqui a parábola kafkiana porque ela percorre com exemplar clareza o tempo de negação que envolve a ausência de liberdade.

Não são mensuráveis no plano social e cultural as consequências desastrosas que as diversas formas de Censura inflingiram à sociedade portuguesa.

A história portuguesa é uma história carregada de fogueiras, de autoritarismos, de séculos de liberdade vigiada. Não é possível avaliar o que seria, por exemplo, a dramaturgia portuguesa se Gil Vicente não tivesse sobre a sua obra o peso do rigor censório. E talvez não se encontre melhor exemplo - porque estas jornadas falam também do esplendor do corpo - das mutilações e dos avisos que a censura inquisitorial lançou sobre a obra do épico. Socorro-me de António José Saraiva que exscalpeliza o problema e mostra como «toda a alegria carnal tipicamente renascentista que aparenta Camões com um Miguel Ângelo ou um Ticiano e severamente castigada pelos censores de 1584». Assim «desaparece a estrofe do Canto V em que descreve a visão do branco corpo de Thetis aos olhos de Adamastor e desaparecem numerosas estrofes da ilha dos Amores, aquelas em que era mais flagrante a nudez das ninfas e o desejo físico dos nautas».⁽²⁾

*De uma os cabelos de ouro o vento leva
correndo, e de outra as fraldas delicadas;
acende-se o desejo que se ceva
nas alvas carnes súbito mostradas*

O censor suprimiu as «fraldas», as «alvas carnes» e por aí fora aquilo que AJS considera «a ingloria luta dos inquisidores para vestir decentemente as ninfas camoneanas».

Estaríamos aqui horas a fio se quiséssemos fazer a cronologia desta acção repressiva, que também fazia o varejo das tendas de livros, e não poucas vezes atirava com os autores para o lume brando da fogueira.

Mas sendo Amato a figura tutelar destas Jornadas, é bom lembrar que também a sua obra foi mutilada

pela censura, que não deixava escapar ao seu crivo o pensamento científico. Mau grado a reputação europeia de João Rodrigues de Castelo Branco, as *Centúrias* figuram no index, como obra a expurgar. Cito:

«O que impressionou os inquisidores foi o facto do autor ser judeu declarado e as suas obras conterem alusões a personagens, ritos e ao calendário, judaicos; e em segundo lugar o facto do médico tratar os fenómenos sexuais em termos que colidiam com a doutrina católica».⁽³⁾

Foram a informação e a cultura que dilataram as precárias unidades sociais, desde as palavras balbuciadas a medo ao fermento dos livros primitivos, desde a descoberta da imprensa ao espectáculo da mundialização do acontecimento, à nova factualidade da narrativa.

A libertação da palavra e do gesto, o diálogo entre a mão e o cérebro, foi o caminho que se fez caminhando para citar António Machado. Somos tributários de uma aventura que se iniciou para 25 séculos, quando se começaram a gravar mensagens na pedra. A volta da Galáxia Gutenberg gravitam muitos mártires numa batalha que é um começo sem fim.

A verdade é que, surgindo a imprensa em 1450, só em 1791, com a Revolução Francesa, se estabelecerá como direito «a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todos os cidadãos podem falar, escrever e imprimir livremente, salva a responsabilidade por abuso de liberdade nos casos previstos na lei».

Esses e outros princípios de dimensão ética universal tocaram, é verdade, a maior parte dos ordenamentos jurídicos. E, no entanto, quantas medidas de excepção, quantas censuras, quantas palavras amordaçadas? As inquisições de vários tipos ensinaram a acender fogueiras que permanecem no tempo. Quantos crimes contra o corpo e contra o espírito?

António Ferreira fixou essa fatalidade:

*A medo vivo, a medo escrevo e falo
hei medo de que falo só comigo;
mas inda a medo cuido, a medo calo.*

O controlo do pensamento, o medo à solta, o «*Portugal a entristecer*» de Pessoa, «*o país sem olhos e sem boca*» onde «*não acontece nada*» (Ruy Belo) «*espaço raso do silêncio e da solidão*».

A censura, sempre a censura, castradora do próprio sonho, fazedora de um povo resignado e indiferente, no retrato de Alexandre O'Neill:

*Rebanho pelo medo perseguido
já vivemos tão juntos e tão sós
que da vida perdemos o sentido*

O universo censório, desfigurando a realidade próxima e longínqua, limita o imaginário colectivo,

debilita a capacidade de sonhar. Lembro-me de um corte estranho da censura: era uma notícia, no início dos anos 70, e informava que a Espanha tinha experimentado a televisão a cores!

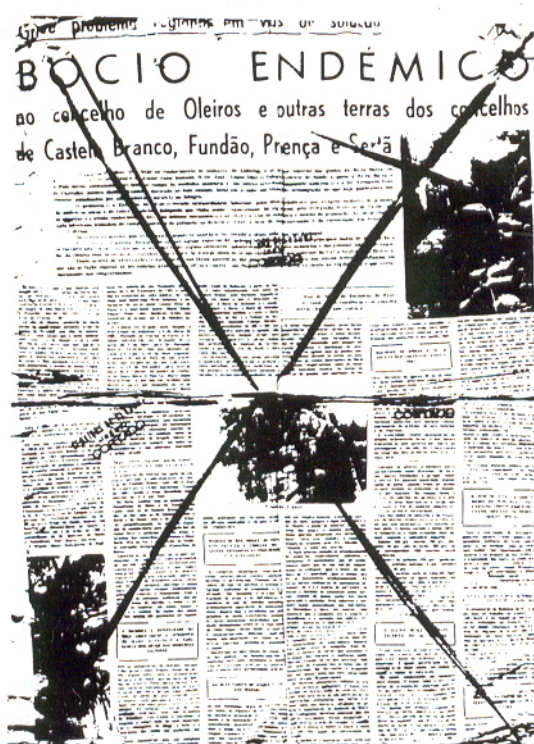
Num outro plano, amputava-se a vida e silenciava-se a morte. O que não é noticiado não existe, dizia Salazar para quem a Censura, numa célebre entrevista a António Ferro, constituía «a legítima defesa dos Estados livres contra a desorientação do pensamento moderno, a revolução internacional da desordem».⁽⁴⁾

Os que morriam na guerra colonial eram censurados a título póstumo e os vivos, os escritores, sofriam a morte antecipada do silêncio, que em muitos casos ainda hoje prossegue.

A lista dos livros apreendidos cobre todas as áreas. A apreensão da Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica, é um caso paradigmático. Ficou célebre, a pergunta que o meu amigo, o poeta Ernesto Melo e Castro lançou ao juiz que o interrogava:

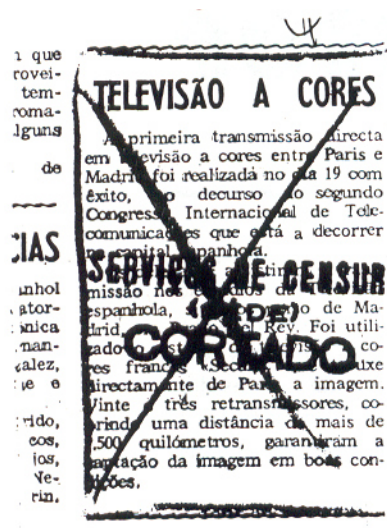
- V. Ex^a pensa que pode cortar o sexo às pessoas?

A prisão era o horizonte possível de quem pensava em voz alta. Confiscava-se a imaginação. E a vida. Nada traduzirá melhor a iniquidade do universo da Censura e o seu carácter criminoso do que um estudo sobre o bócio, endemia que flagelava boa parte do distrito de Castelo Branco. Era outro inferno anunciado, olhado como fatalidade irrecusável. Dois médicos, os drs José Lopes Dias e Dias de Carvalho, investigaram o caso e produziram um texto notável que ensinava como erradicar a doença. Foram duas



páginas integralmente cortadas no Jornal do Fundão. Julgo estarmos perante um documento dos mais significativos da história da imprensa portuguesa, e, simultaneamente, do carácter ominoso da censura e do poder que ela protegia.

Na alquimia dos papéis velhos, a realidade parecia



Quebrar as amarras que nos prendem a essas solidões redutoras, que traduzem a subalternidade cívica, é potenciar o diálogo. Um prémio Nobel da Medicina, François Jacob, escreveu um livro notável que intitulou sabiamente *O jogo dos possíveis*.⁽⁵⁾ É um ensaio sobre a diversidade do mundo vivo, um requisitório contra os dogmas que as censuras de todos os matizes desejam perpetuar. E o que ele ensina é que o ser humano tem provavelmente tanta necessidade de sonho como de realidade. É, diz o sábio, a esperança que dá sentido à vida. E a esperança baseia-se na perspectiva de poder um dia transformar o mundo actual num mundo possível,

julgado melhor.

É por isso, também por isso, que vale a pena recuperar a memória para que o silêncio não corresponda à melhor receita para ocultar um homem. O rumor das palavras, na sua fecunda inquietação, o fulgor das ideias, aí temos um sinal breve de futuro. Abro uma página de poesia de Ramos Rosa e retenho o verso:

Estou vivo e escrevo Sol.

Novembro/1993

*Jornalista. Chefe de Redacção do «Jornal do Fundão»

Notas...

(1) Andresem, Sophia de Mello Breyner, *Obra Poética*, Livro Sexto.

(2) Saraiva, António José, *História da Cultura em Portugal*.

(3) Saraiva, ob. cit.

(4) Ferro, António, *Homens e Multidões*

(5) Jacob, François, *O Jogo dos Possíveis*, Ensaio sobre a diversidade do mundo vivo.

O CORPO NOS MODELOS DO PINTOR

por J. Ribeiro Farinha*

Porque “o sapateiro não vai além da chinela”, alinhio algumas ideias sobre o corpo visto pelo trabalho do pintor, nos modelos individualizados pela pose ou nos tipos anónimos arrancados ao quotidiano, que o artista anima na tela.

“Pinceladas” breves, sem contornos rígidos, baseadas na minha experiência pessoal - que me desculpem o narcisismo...

Passe o lugar comum, a Arte é expressão da Vida, reflexo da aventura humana nesta nossa contraditória civilização, e o artista, intermediário e intérprete, testemunha privilegiada das eternas aspirações do Homem, dos seus conflitos.

No universo da Arte se espelha, pois, o universo do Homem e da Natureza em que se move. Da criação artística ressaltam os aspectos marcantes das múltiplas vivências e vicissitudes da nossa passagem pela Terra.

O corpo, em “dor ou esplendor”, ocupou sempre lugar cimeiro na temática dos artistas plásticos de todos os tempos: nas incontáveis formas do Nu artístico, nas simbólicas representações do sagrado, nas obras de carácter documental e histórico, etc,etc,... Sempre a figura humana a “falar” de emoções e afectos, mostrando toda a gama de sentimentos contraditórios que o corpo pode expressar: alegria e dor, amor e ódio, juventude e velhice, enfim, a vida e a morte... Tão vasto leque de símbolos e de máscaras da comédia da Vida, que não cabe neste apontamento, como não cabe, nunca,

no espaço da tela, tudo o que o pintor gostaria de fixar, na sua avidez de tudo abarcar.

O pintor trabalha, amiúde, com o modelo vivo. Mas serve-se, sobretudo, das imagens da memória, onde vai buscar os “modelos” que melhor servem as representações do colectivo em que se insere...

Imagens carregadas de inquietação, lembranças de afectos, sugestões de cores e de sons, gestos que se insinuam, sonhos que se cruzam. Como num caleidoscópio, passam os rostos apáticos e cansados da paragem de autocarro ao fim da tarde; as caras ansiosas que esperam no consultório; as multidões famintas de refugiados que buscam a paz e o pão, carregados com a dor dos seus mortos e das ruínas deixadas para trás; as procissões de crentes que, desencantados pela dureza da vida se agarram ao Sobrenatural; os velhos do jardim ou do albergue que, de olhos perdidos no vazio, sem lamentos nem esperança, se vão aos poucos apagando; alguns dos tristes passantes de domingo que, “como almas vagantes num espaço sem tempo”, vão ruminando uma



rotina de pesadelo...

Estes e outros são “modelos” que se impõem na tela em gestação. Aparecem, ocultam-se, reaparecem. Sob a batuta/pincel vão saindo do emaranhado de linhas em que o Artista, por vezes, se perde na teia que engendrou. Aos poucos, vão assumindo forma e consistência, ganham vitalidade cromática.

Corpos belos tocados de desejo; figuras exangues

a emergir da cor pastosa e densa como se buscassem um novo renascer; personagens patéticas envoltas em mágicas alquimias de luz em contraponto com outras, mergulhadas em silêncio de sombras a compor estranhas paisagens; rituais de sagração em clima apocalíptico sobrevoados por coros celestiais-coro de anjos ou exército de demónios?...

A figura humana domina o imaginário do pintor mesmo quando ausente no quadro... "Sempre o corpo a integrar a Pintura em composições onde o maravilhoso e o fantástico se confundem com a realidade objectiva, o onírico e o sonho invadem o império da razão,

O trabalho do pintor, com modelos ao vivo, não é tão linear como possa parecer: ao interpretar uma pose o pintor acaba por "transformar" o que, "a priori", pensava estar a copiar. Tentar captar a impressão emocional que o modelo transmite, não é o mesmo que fazer uma cópia maquinal, porque o belo Nu que posa ou a personalidade que se faz retratar, estimulam no artista tensões e sentimentos, acentuados pela brancura da tela que vão além da pura observação da "verdade física" imediata. Com a ajuda da técnica e linguagem pessoais, o pintor vai deixar na tela a sua marca expressiva, sem demasiada sujeição ao servilismo da fidelidade exterior. Depois, o modelo espera do artista a melhoria da sua imagem ocultando rugas ou eventuais defeitos físicos, escolhendo o ângulo mais favorável e se possível que conceda o milagre de um "rejuvenescimento" de alguns anos.

Como se pode calcular, um modelo fornece tantas expressões quantas as cópias realizadas por um ou mais intérpretes. O corpo presta-se, assim, a servir mil e uma situações exigidas na composição artística... tudo de forma plasticamente, flexível, sem rigor científico, obedecendo mais à intuição do artista do que a regras pré-estabelecidas que reduziriam a

força expressiva e espontânea da composição.

Prometi "pinceladas" breves e vai já longa a exposição. Sinto que o tema, o toquei só ao de leve, Mas há aspectos que gostaria ainda de aflorar, sobre o Corpo, ou melhor, sobre os corpos que enxameiam esta "colmeia" que habitamos.

Aqui corremos, corremos, sob as palavras de ordem dos mercadores que ditam as leis do consumismo. Uns comem o mel amargo dum tempo de névoas e de cinzas; outros são as personagens redondas e grotescas dos banquetes do desperdício e dos excessos,

A cada hora os "media" servem imagens de corpos marcados pelo terror bestial das guerras, da fome e da doença, a intervalar com os ondulantes manequins da "passerelle", tão super-corpos, tão excessivamente belos, alguns, que mais parecem figuras de cera; a cena dramática da mãe que, destroçada e já sem lágrimas, carrega nos braços o filho sem vida passam na "T.V.", a segundos de intervalo, das imagens de serenidade de outra mãe, feliz e ternurenta, a brincar com o seu menino - intervalo este que é, afinal, a distância que separa a vida da morte, a esperança do desespero total.

Ficam apenas aflorados alguns aspectos do corpo como modelo que influenciam qualquer criador. A Arte está cheia de fragmentos da vida e da memória dos Homens.

Quaisquer que sejam os métodos de trabalho de um pintor, raro é aquele que, na sua obra, não utiliza o corpo humano. E, como se tenta demonstrar, modelos não faltam à nossa volta. Basta olhar com olhos de ver.

* *Artista Plástico*

“FEBRE ROMÂNTICA:”

Da exaltação da morte jovem à doença como tragédia individual

por José Morgado Pereira*

Se a infecção nos teus pulmões não passa de um símbolo, então o conselho médico também é um símbolo. Pega Nele.

“Diário” Franz Kafka (1917)

Para alguns historiadores da medicina, cada grande época da história do mundo ocidental pode ser caracterizada por uma determinada doença. A Tuberculose seria o mal específico do século XIX, assumindo assim o papel anteriormente desempenhado pela lepra, pela peste e pela sífilis. A Tuberculose encarnou assim o mal e renovou as suas representações. Mal que nasceu connosco, na nossa carne e na nossa alma, e talvez a história dos Homens permaneça até ao fim a História do Mal. Quanto às representações, verificamos que as concepções “profanas” da doença, decorrentes do imaginário social, não são separáveis do desenvolvimento da Medicina, que, em cada época, contribui para as modelar.

O Século XIX é um período marcado tanto pelo amor romântico como pela miséria social resultante da Revolução Industrial, cujas grandes convulsões político-sociais, económicas, culturais e ideológicas surgem conectadas a importante explosão demográfica com êxodo rural para as cidades, cujas populações vivem em condições gerais de insalubridade, em casas pequenas, mal arejadas, com um baixo nível de higiene, tanto individual como colectivo.

É principalmente no começo do século XIX, onde há um grande pico da doença em termos epidemiológicos, que o imaginário colectivo elabora uma concepção da Tuberculose muito influenciada pelo romantismo dominante. A tísica é então considerada um mal familiar e hereditário. No princípio do século XIX, era incriminado o papel das “paixões tristes”, nomeadamente quando profundas e de longa duração (e o próprio Laennec o escreveu). Ela atingiria de preferência os ricos, os jovens, as mulheres, os seres mais frágeis, previamente tocados pelo “Mal do Século”.

Exacerba-se a sensibilidade e generaliza-se um certo desgosto pelo real, o tédio, o “spleen”, a melancolia. Todo este desencantamento do mundo se exprime na arte e na literatura.

Os desesperados podem não se suicidar, mas alguns, privados de tudo, tornam-se tísicos e morrem. E outros tantos, poetas, cantam-nos de forma privilegiada, descobrindo na sua fraqueza fisiológica sinais de uma especial qualidade espiritual.

E quase um novo tipo de beleza frágil e delicada que surge, fundando-se nos sinais objectivos da doença, realçando-se a palidez, a figura delgada, o ar sofredor e etéreo, até por vezes a tosse e as dificuldades respiratórias. Entre os burgueses, pelo menos, a doença vive-se na intimidade de um quarto, protegido pela família. Mais para o fim do século, as atitudes irão mudar, e a doença irá ter um espaço próprio - o Sanatório - no alto de montanhas e cumes nevados. Suspensa a responsabilidade familiar, so-



cial e profissional dos doentes, o Sanatório acabará por transformá-los numa elite, favorecendo o aparecimento de um pensamento, uma ética e estética idealistas (Sendrail). O arquétipo literário permanece “A Montanha Mágica” de Thomas Mann (1924).

Ao romantismo “Mal do Século” irá suceder ao caminhar-se para o fim do século XIX a paixão entusiasta pela ciência conquistadora, e o Progresso a ela intimamente ligado. O positivismo irá impor à ciência os limites naturais para a interpretação de todos os fenómenos vivos.

A medicina científico-natural, orgulhosa de um conjunto de descobertas decisivas, (e em 1882 Koch descobre o bacilo responsável pela Tuberculose) vai edificar-se sobre bases positivas, como um saber

claramente delimitado e totalmente objectivo.

Curiosamente, é já no início do século XX, quando a mortalidade começara a descer, que o terror em relação à doença se tornou maior. Mas agora a visão romântica desaparecera. As estatísticas vêm provar que a doença é afinal principalmente uma doença dos pobres e miseráveis, e a noção predominante passa a ser a de Tuberculose-flagelo social. Um grande esforço profilático começa, tanto médico como moral e social, configurando uma campanha de ensino e hábitos higiénicos, mas, igualmente, de controle e moralização das classes populares,

Os alvos da campanha higienista são não só a tuberculose, estigmatizando-se o portador de germes, mas também a sífilis, o alcoolismo, a loucura, todas as denominadas “doenças sociais”.

Esta visão médico-social, decorrente de um saber e autoridade novas, enuncia em termos científicos um diagnóstico e uma etiologia, e dita correspondentes regras de conduta. A concepção desta medicina biologisante ir-se-á radicalizando em todas as direcções, e, como se constatará progressivamente por meados deste século, acabou por isolar o doente da sua matriz social esquecendo a unidade psicobiológica do ser humano e separando doença e pessoa doente.

A melhoria do habitat, higiene, alimentação, nível de vida, foram aspectos que efectivamente contribuíram muito para o decréscimo do número de doentes e da mortalidade.

Os tratamentos verdadeiramente específicos só surgem nos anos cinquenta (a estreptomycina em 1945, e depois vão aparecendo outros tuberculostáticos). Mas as representações sociais continuaram a mudar. Da Tuberculose de aura romântica passou-se à visão obsessiva e aterrorizada, mas correspondente ao período mais científico. E hoje já não evoca nada disto, apagando-se quase toda a sua importância no imaginário social, pelo menos nos países desenvolvidos,

Em Portugal, o período de maior actividade na luta médica e social contra a Tuberculose inicia-se em 1881. Divulga-se a importância dos tratamentos pelos Sanatórios e climas de altitude. A Guarda e a Serra da Estrela começaram a ser invadidas por tuberculosos de todo o país, como conta Ferreira de Mira. A classe médica lança-se depois numa campanha de promoção da higiene pública e irá iniciar-se a construção de Sanatórios, com o consequente isolamento dos tuberculosos relativamente aos outros doentes.

O primeiro é o da Covilhã (1899), mas o primeiro Sanatório aberto pela Assistência foi o de Outão (1900), Seguem-se o da Parede, o de Carcavelos, e o Sanatório Sousa Martins (1907). Criaram-se também dispensários e surgiram disposições governamentais de higiene e profilaxia.

Alguns livros escritos por médicos ilustram alguns dos aspectos atrás evocados, no cruzamento das representações e concepções profissionais.

Em livro de 1934, Fernando Correia, depois de caracterizar a Tuberculose como a mais grave das doenças sociais, enumera também as outras: “sífilis, alcoolismo, cancro, lepra, loucura, cegueira, criminalidade e prostituição”, afirmando que a luta contra elas assenta essencialmente na higiene. No capítulo “A Higiene nas Beiras”, dá números importantes para o conhecimento da mortalidade da doença e calculando estatisticamente que a Tuberculose mata no total das Beiras (Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta) 1300 pessoas/ano (Congresso das Beiras em Castelo Branco, 1929).

Ladislau Patrício, que foi director do Sanatório Sousa Martins, em curioso livro publicado em 1938 e intitulado “Altitude”, tenta definir a “Alma do Tuberculoso”, apontando três sintomas psíquicos capitais:

1º) egoísmo sombrio, trágico, amoral: próprio de todos os seres frágeis;

2º) erotismo exaltado, febril, fim de raça: própria de todos os seres ociosos;

3º) optimismo falaz, obstinado, promissor: próprio de todos os seres que a morte ameaça, que não sentem o mal que os corroi... e que não querem morrer,

Quanto ao egoísmo aponta “Fel” de José Duro como modelo do tipo de doentes egocêntricos, revoltados contra tudo, exigentes e azedos. Dá também alguns exemplos de doentes autores de crimes passionais e políticos, e de outros que são místicos e idealistas apaixonados, concluindo que a doença atinge simultaneamente os pulmões e a alma, Curiosamente, considera que na origem de todas as afecções tuberculosas do pulmão, se encontra quase sempre um factor psicológico, afinal próximo da “Paixão Triste”, de Laennec.

Desgostos, lutos, ruínas, decepções, entram na etiologia do mal. E conclui: “uma reacção moral é precisa”.



O autor adota por vezes um (hoje, para nós) chocante distanciamento defensivo e a visão do doente em geral como alguém qualitativamente diferente do normal ("seja qual for a forma, natureza e gravidade da doença, todo o enfermo é, moral e intelectualmente, um anormal. Esse estado psíquico, produto de vários factores etiológicos além da própria doença - hereditariedade, educação, etc - vem com a enfermidade e desaparece por via de regra com a mesma enfermidade"). Mas, pouco depois, a visão mecanicista do médico parece ceder o passo à compreensão do poeta que também foi Ladislau Patrício: "Pobres tísicos". "Eu compreendo o suplício da sua tragédia íntima, vendo-os dias e dias a cismar, de olhos grandes, na sua solidão de proscritos, afastados da família, dos amigos, das relações sociais, longe das alegrias e dos prazeres fictícios que a vida lhes poderia dar, com saudades de tudo, estendidos horas sem fim numa longa cadeira de cura".

Bastante mais rica, até literariamente, e compreensiva e conhecedora do imaginário histórico da doença e a visão de José Crespo, que em "Medicina e Literatura" (1953) analisa a obra de António Nobre e José Duro em relação com a sua tuberculose. Depois de descrever o papel da tísica na literatura do Romantismo, faz a defesa dos "nossos semelhantes débeis, defeituosos ou doentes, que muitas vezes defendem e perpetuam os valores espirituais". E a tuberculose, acrescenta, "tocou os melhores bardos do romantismo: Soares de Passos, Guilherme Braga, Hamilton Araújo, António Fogaça, Manuel, Laranjeira, Manuel Penteado". Além de Cesário, Nobre, José Duro.

A análise mais rica parece-me ser a de José Duro, considerando que os motivos da sua obra se encontram em si mesmo, na doença que subverteu a sua mocidade, na tuberculose que cantou e de que morreu. Faz uma interessante distinção entre a tuberculose de Nobre, que considera "do rico", e a de Duro, "do pobre". Em Nobre há mais resignação e espiritualização do sofrimento, e a "tísica da alma". Duro descreve com realismo os sofrimentos físicos, a revolta predomina sobre a resignação, com frequentes explosões de raiva, azedume, fel (o título da sua obra principal). Mas a "morbidez da sua alma" deriva da doença que o atormenta, "tornou-me o que eu não era" escreve o poeta. Em 1895 escreve um poema, não incluindo em "Fel" que ilustra isto mesmo:

*O meu mal tem-me feito descontente
Tem-me dado só lágrimas a vida.
Ando a sofrer continuamente.
Vivo só com a Dôr.....*

*Perdi o Bem - o arquidoce fruto,
Perdi o Riso - a graça do meu canto
E tudo por Amor que não disfruto.*

*Por isso muita vez com ódio canto,
Numa voz de revolta, voz de luto,
Trágicos versos de um sombrio encanto.*

E em "Rústica" (em "Fel") descreve o seu ideal impossível de uma vida de bondade, amor, ventura e paz, como anotou Mayer Garção. De facto, parece-me que "Fel" é a única obra em português onde a relação entre o poeta e os seus temas poéticos está estreitamente ligado à tuberculose, numa altura (o livro é de 1898) em que a visão romântica tinha desaparecido e nunca aliás transparece nos seus versos.

*A doença que me mata é moral e física
De que me serve a mim ter esperanças
Se eu não posso beijar as trémulas crianças
Porque ao meu lábio aflui o tóxico da tísica?*

José Duro morreu com 24 anos, pouco depois da publicação do "Fel". Sentindo-se condenado, natural é o humor sempre triste e o pessimismo. A idade do amor confunde-se com a idade da morte. Ou melhor, o amor não é possível, está-lhe interdito, e o "élan" amoroso desemboca na sua poesia em cerimónia fúnebre ou necrofílica (poemas "O meu riso" e "Coveiro").

No último e extraordinário poema, "Doente", José Duro despede-se, convertendo o fel e o desespero em beleza e resignação dolorosa.

*E morro assim tão novo! Ainda não há um mês,
Perguntei ao Doutor: Então?... Hei-de curá-lo...
Porém já não me importo, é bom morrer, deixá-lo.
Que morrer é dormir...dormir...sonhar talvez*

*Por isso irei sonhar debaixo d'um cipreste
Alheio à sedução dos ideais perversos...
O poeta nunca morre embora seja agreste
a sua aspiração e tristes os seus versos!*

Impossível não dizer com George Gusdorf, a propósito de "Aurélia" de Gerard de Nerval:

"A doença, no criador, não deve ser compreendida como um elemento estranho ao seu próprio génio, como hóspede indesejável, Ela toma um significado existencial. Ela faz de qualquer vida uma experiência dos limites da condição humana. A doença não é somente perturbação e privação de possibilidades pessoais. Ela também abre possibilidades novas. Põe condições, fomenta exigências, revela as profundezas do ser, pode ser um convite à aventura criadora".

Já é possível falar das concepções populares e profissionais do passado com distanciamento. Nas concepções profissionais os avanços são lentos mas progressivos; mas também há erros e recuos. Nos anos trinta continuava a defender-se a existência de

um “carácter tuberculoso”, que se acreditava aliás derivado do influxo de toxinas do bacilo de koch sobre o sistema nervoso. Esta teoria tóxica, estritamente mecanicista, só pode ser percebida tendo em conta uma concepção de medicina que já mencionei, e que considerava o doente como um sujeito passivo ante a enfermidade.

Esta, quase sempre de causa externa, actuaria sobre o enfermo e determinaria sintomas, síndromes e entidades clínicas sem qualquer participação da personalidade da pessoa em causa.

Ignorava-se que o ser humano reage sempre, ante a doença, com todo o seu carácter, fundo afectivo e experiência vital, num complexo de sentimentos e ideias sobre a probabilidade de cura, consequências sobre a sua vida e dos familiares, pensamentos sobre a morte, etc. São por isso tão falsas as descrições de tuberculosos como pessoas com exaltada sensibilidade, inteligência e agudo erotismo como as que se lhes seguiram como seres pérfidos, cobardes e egoístas.

Também a antiga propaganda anti-tuberculosa terá contribuído para aumentar o terror perante a doença. Por outro lado, foi também durante muito tempo ignorada a influência da situação sanatorial prolongada. Os seus efeitos nocivos só foram sendo percebidos lentamente, com o reconhecimento dos fenómenos de dependência, regressão e passividade. O abandono e isolamento social e familiar, se era fonte de sofrimento podia também trazer benefícios secundários, e a sensibilidade alimentada as frustrações tornava-os vulneráveis a quaisquer afecções que atingissem tanto o corpo como a auto-estima, podendo assim surgir diversas reacções psicológicas (ansiosas, depressivas, eufóricas, de indiferença ou outras mais complexas, decorrentes da utilização de mecanismos de defesa dando lugar a reacção de negação, de agressão reaccional, etc. Percebem-se assim, alas em termos psicológicos, as antigas descrições críticas do “carácter tuberculoso”.

O risco de cronicização psicológica, aos poucos percebido e analisado, vai fazer, juntamente com os tratamentos específicos, com que o ênfase passe a ser posto (a partir dos anos 40/50) no diagnóstico e tratamento precoces, na criação de uma atmosfera psicoterapêutica durante o internamento, na educação e instrução dos doentes, na terapia ocupacional, no tratamento pós-assistencial, e no regresso a vida nor-

mal o mais rápido possível, sem cortes prolongados com a família, o trabalho e o meio ambiente.

Estamos no final do século XX e a Tuberculose já não ocupa quase lugar no imaginário popular. Mas quanto às representações, tentei mostrar que é sempre a sua ligação ao social o que os indivíduos exprimem através da sua visão do mal biológico. Ou, como diz Sontag, a doença é uma metáfora social, Mas os objectos para essas representações são outros. É o cancro e agora a sida que preenchem os lugares principais na cena histórica em que estamos presentes, e realçando o caso da sida que me parece mobilizar todos os medos face à alteridade.

A experiência da doença e o personagem do doente (e do médico) são pois também socialmente construídos e historicamente situados. Saibamos decifrar as representações actuais como forma de conhecermos e

compreendermos melhor os doentes que todos fomos, somos ou seremos.

* Médico Psiquiátrico.

Bibliografia

- BERMANN, Gregório, *Problemas Psiquiátricos*, Buenos Aires (1966).
 CRESPO, José, *Medicina e Literatura*, Porto (1953).
 CORREIA, Fernando, *Problemas de Higiene e Puericultura*, Coimbra (1934),
 D'ESAGUY, Augusto, *Torturados*, Lisboa (1919).
 DURO, José, *Fel*, 3ª Edição, Lisboa (1933),
 GARÇÃO, Mayer, *Os Esquecidos*, Lisboa (1934).
 HERZLICH, Claudine, Pierret, Janine, “*Malades D'Hier, Malades D'Aujourd'hui*”. Paris (1984).
 MIRA, Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa (1948).
 PATRÍCIO, Ladislau, *Altitude*. LisiJ.,a (1938).
 RUFFIE.J.: SOURNIA, J.C. *Les Epidémies dans L'Histoire de L'homme*. Paris (1984).
 SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Jornal d'um Rebelde*, Lisboa (1919).
 SENDRAIL, Marcel, *Histoire Culturelle de la Maladie*, Toulouse (1980).
 SONTAG, Susan, *La Enfermedad y sus metáforas*, Barcelona (1984),

V JORNADAS DE ESTUDO

MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XX



CONCLUSÕES

1- As vinte e uma comunicações apresentadas durante as V Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XX”, com o cunho bem marcado da interdisciplinaridade provaram uma vez mais a importância da concretização anual destes encontros de Castelo Branco, de modo a esclarecer e aprofundar o conhecimento da realidade do homem desta região, no decurso dos tempos.

2 - Os trabalhos desenvolvidos à luz da temática deste ano: 1 - “Amato Lusitano na história da ciência e da cultura portuguesa”; 2 - “O corpo dor e esplendor” mostraram ser inesgotável a matéria de estudo motivada por estes dois temas,

3 - Em consequência do leque de motivações provocado pelo número elevado de comunicações, achou-se por bem sugerir-se que esse leque possa ainda, de futuro, ser mais ramificado de modo a englobar outras Ciências Humanas.

4 - Reafirmou-se o grande interesse em que seja elaborada uma edição crítica das Sete Centúrias de Curas Medicinais, de Amato Lusitano e ainda a tradução do latim das restantes obras deste autor, bem como as escritas por outros médicos da Beira Interior, nomeadamente as de Filipe Montalto, tarefa que deve ser assumida pela Universidade, e cometida a especialistas de várias áreas do conhecimento.

5 - Os trabalhos deixaram uma vez mais bem patente a importância de se persistir na investigação de uma vasta e riquíssima documentação sobre a nossa região, nomeadamente de natureza biográfica, arqueológica, etnográfica, monumental, artística, etc., visando o conhecimento mais alargado da cultura regional.

6 - Os participantes congratularam-se vivamente com o gesto da Câmara Municipal de Castelo Branco

de atribuir a Medalha da Cidade ao Doutor Firmino Crespo, a quem o mundo científico de língua portuguesa deve o conhecimento das Centúrias de Curas Medicinais de Amato Lusitano. Na verdade, e posto que o ilustre médico albicastrense escreveu em latim, a não existência da tradução portuguesa da citada obra, diminuiria em muito o conhecimento de tão relevante personalidade.

7 - Decidiu-se propor à Câmara Municipal de Castelo Branco a atribuição do nome de Filipe Montalto, outro notável médico nascido em Castelo Branco, em

1567, e que também deixou obra relevante, a uma artéria desta cidade.

8 - Reafirmar o teor de sugestões feitas em anteriores Jornadas a Câmara Municipal de Castelo Branco - a criação do Horto Amatiano, etc.

9 - Considerou-se com muito interesse, devendo por isso ser acarinhado, o contacto destas Jornadas com a recém-criada Sociedade Portuguesa de História da Medicina de Filosofia Médica, cujo anúncio público foi feito na sessão de abertura. Foi entendido que a iniciativa desta ligação, por parte da referida Sociedade, traduz um significativo reconhecimento da importância dos trabalhos que tem sido levados a efeito, em Castelo Branco, materializados na realização das Jornadas e na publicação dos Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XX”, cujo 7º número foi precisamente distribuído durante a sessão inaugural.

10 - Finalmente foram marcadas as VI Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. XX”, a ter lugar nos dias 11 e 12 de Novembro de 1994, subordinadas à seguinte temática: 1 - Amato Lusitano na história da Renascença Europeia; 2 - As idades do Homem.